SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E CUSTOS DE TRANSAÇÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

CRISTINA FACHINI

Bacharel em Ciências Econômicas

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de Concentração:
Economia Aplicada.

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo - Brasil

Fevereiro - 2005

**SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E CUSTOS DE TRANSAÇÃO
EM UMA ORGANIZAÇÃO DE MICROCRÉDITO NO BRASIL**

CRISTINA FACHINI

Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. **ALEXANDRE LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS**

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade
de São Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de Concentração:
Economia Aplicada.

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo - Brasil

Fevereiro - 2005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Fachini, Cristina

Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil / Cristina Fachini. - - Piracicaba, 2005.
131 p.

Dissertação (mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2005.
Bibliografia.

1. Crédito 2. Custo de transação 3. Desenvolvimento regional 4. Economia (Solidariedade) 5. Indicador econômico 6. Microeconomia I. Título

CDD 338.5

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

DEDICO

Àquele que faz parte até do meu nome,
ele que me ensinou sobre a caridade
e dá graça ao meu viver,
a Cristo, meu mestre.

AGRADECIMENTOS

Posso me lembrar perfeitamente dos dias em que lia “O Banqueiro dos Pobres”. Foram dias de muita excitação descobrindo-me em meio a tantas novas idéias e motivações. Foi então que decidi partir para o mestrado... Só que como já me dizia meu amigo e professor Shirota, “...você entra no mestrado querendo resolver o problema do mundo e sai querendo resolver o seu único e suficiente problema!” E nessa mudança toda, do sonho para a realidade, gostaria de agradecer a muitos.

A princípio agradeço a todos os professores, colegas acadêmicos e funcionários da ESALQ, por todo o companheirismo e prestatividade.

Em especial dou graças a meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros por toda a sua atenção e pelas boas e novas idéias. Dou ênfase para mais três professores que me ajudaram muito na elaboração dessa dissertação e que abriram meus olhos para problemas importantes: Prof. Dr. Paulo Fernando Cidade de Araújo, Prof. Dr. Ricardo Shirota e Prof. Dr. Roberto Arruda de Souza Lima.

Agradeço a Maieli de todo o meu coração por ser a secretária mais amiga, “mãezona” e eficiente que já conheci.

Agradeço muito ao Fernando Amorim e ao Oswaldo Funfas e a toda a equipe do Banco do Povo- Crédito Solidário pela paciência, atenção, cordialidade e prontidão com que me receberam e atenderam minhas dúvidas.

A minha amiga do peito, que estava comigo no dia que descobri “O Banqueiro dos Pobres” em uma livraria de Piracicaba, e continua até o presente sempre companheira de crises e momentos de felicidade, πR .

A todas as garotas com que eu morei esse tempo de mestrado em Piracicaba, pela força e pelo aprendizado da convivência. Ao pessoal da ABU, queridos amigos.

A minha mãe e à família da banda de cá por todo o incentivo, afeto e paciência. A meu pai e a família da banda de lá, que não permitem que a distância afaste os laços afetivos que temos, obrigada também por toda o cuidado e preocupação!

Por último, àquele que é fonte de minha inspiração: meu Deus. Com Ele e para Ele eu cheguei até aqui.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE SIGLAS	xi
LISTA DE TABELAS.....	xiii
RESUMO	xv
SUMMARY	xvii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O problema e a justificativa.....	1
1.2 Objetivos	4
2 IMPORTÂNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO	6
2.1 Importância do financiamento para os agentes econômicos.....	6
2.2 Importância da intermediação financeira	9
3 HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO	11
3.1 Definição de microcrédito	11
3.2 História do microcrédito no mundo	12
3.3 História do microcrédito no Brasil	19
4 MICROCRÉDITO E AS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO FINANCEIRO.....	28
4.1 O Triângulo do microcrédito.....	28
4.2 Sustentabilidade Financeira.....	30
4.3 A questão do subsídio	37
4.4 Emprestando para os pequenos tomadores de crédito	42
4.5 Os custos de transação.....	43

4.6	O mercado imperfeito de crédito.....	48
4.6.1	Seleção adversa	50
4.6.2	Risco moral	51
4.7	As tecnologias empregadas dos programas de microcrédito	51
4.7.1	Finanças de proximidade.....	51
4.7.2	Grupo solidário.....	52
4.7.3	Incentivos dinâmicos.....	53
4.7.4	Pagamentos regulares agendados	53
4.7.5	Substitutos dos colaterais	54
4.8	Discussão sobre crédito solidário e crédito individual.....	54
4.9	Custos de transação associados ao risco de crédito e o cálculo da inadimplência	58
4.10	Custos de transação associados à administração do crédito.....	64
4.11	Eficiência e produtividade das operações de crédito	68
5	MATERIAL E MÉTODOS	76
5.1	Material	76
5.2	Métodos.....	78
5.2.1	A Demonstração de Resultados	80
5.2.2	O Balanço Patrimonial.....	83
5.3	Custos de Transação	86
5.4	Subsídios.....	87
5.5	Os indicadores financeiros.....	90
5.5.1	Sustentabilidade	93
5.5.2	Lucratividade.....	94
5.5.3	Rentabilidade.....	94
5.5.4	Qualidade da carteira.....	95
5.5.5	Eficiência da carteira.....	96
5.5.6	Produtividade	97
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	98
6.1	Indicadores financeiros	98

6.1.1	Sustentabilidade, rentabilidade e subsídios	99
6.1.2	Custos de transação, qualidade, eficiência e produtividade	106
7	CONCLUSÕES.....	116
	ANEXOS	120
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Maximização intertemporal do consumo através de aplicação financeira	7
2 Maximização do consumo intertemporal através do investimento	8
3 Oferta e demanda de crédito	10
4 Relação entre a fonte de recursos e instituições de microcrédito no Brasil, década de 80	20
5 Relação entre a fonte de recursos e instituições de microcrédito no Brasil, década de 90	21
6 O triângulo do microcrédito.....	28
7 Custos de transação nos grupos solidários e em empréstimos individuais.....	55
8 Custos de transação de diferentes instituições de microcrédito em Camarões.....	57
9 Composição dos custos de transação entre 1998 – 2003.....	110

LISTA DE QUADROS

	Página
1 Modelo da demonstração de resultados (DRE) usado para um período de 12 meses.....	81
2 Modelo de balanço patrimonial: ativo levantado no início de cada período contábil usado no estudo	84
3 Balanço patrimonial: passivo e patrimônio líquido	85
4 Custos de transação contabilizados no processo de empréstimos....	87
5 Indicadores	92

LISTA DE SIGLAS

BAAC	Bank for Agriculture and Agricultural Cooperatives
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
BKK	Badan Kredit Kecamatan
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balanco Patrimonial
BRI	Bank Rakyat Indonésia
BRI-UD	Bank Rakyat Indonésia - Unit Desa
CAC	Crédit Agricole du Cameroun
CamCCUL	Cameroonian Cooperative Credit Union League
CARD	Center for Agriculture and Rural Development
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CER	Carteira Em Risco
CFTS	Cashpor Financial & Technical Services Private Limited
CGAP	The Consultative Group To Assist The Poorest
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
Creceer	Freedom from Hunger Credit with Education
DRE	Demonstração de Resultado
ECT	Economia dos Custos de Transação
FIMAC	Fonds d'Investissement des Micro-réalisations Agricoles et Communautaires
FINCA	The Foundation of International Community Assistance
GA	Grau de Alavancagem

GB	Grameen Bank
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	Instituições de Desenvolvimento Financeiro
IMF	Instituição de Microcrédito ou Instituição de Microfinança
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
MIX	The Microcredit International eXchange
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCPP	Programa do Crédito Produtivo Popular e de Desenvolvimento Institucional
PEA	População Economicamente Ativa
PKSF	Fundação Pallikarma-Sahayak
PRODEM	Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa
ROA	Return on Assets
ROE	Return on Equity
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SDI	Subsidy Dependence Index
SEEP	Network Financial Services Working Group
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

LISTA DE TABELAS

	Página
1 Ásia: características de duas instituições de microcrédito em 1996.....	16
2 América Latina: informações sobre o programa de microcrédito apoiado pela Acción na Bolívia em dezembro de 2002	19
3 Brasil: informações sobre o programa de microcrédito do Banco do Nordeste em dezembro de 2002	24
4 Maranhão: evolução de alguns índices de desempenho econômico do CEAPE	34
5 Vivacred, índices de Sustentabilidade Financeira e rentabilidade	35
6 Mundo: Auto – sustentabilidade de diferentes IMFs em dez. de 1998.....	37
7 Ásia: índice de dependência de subsídios (SDI) de quatro IMFs entre 1987 e 1989.....	41
8 Metas para a qualidade da carteira de crédito	59
9 Porcentagem de provisionamento da carteira de crédito de acordo com o número de dias de atraso dos empréstimos.....	60
10 Vivacred: Taxa de Inadimplência em 1998 e 1999.....	62
11 CEAPE Maranhão: evolução de alguns índices de inadimplência e outros em dez/2000, dez/2001 e dez/2002.....	63
12 Ásia: despesas administrativas como porcentagem do total de ativos e do total emprestado para quatro IMFs em 1987 e 1989	64
13 Grameen Bank: despesa operacional unitária das agências entre 1984-1985 (em mil takas)	65
14 Grameen Bank: custo de transação unitário para agências em diferentes estágios de maturação (1984 – 1985).....	66

15	Bangladesh, Grameen Bank: parâmetros estimados da função inversa log-log de custo de transação para diferentes agências	67
16	Mundo: eficiência e produtividade para diferentes IMFs em dez. de 1998.....	69
17	Maranhão: índices de eficiência e produtividade no CEAPE entre 2000 e 2002.....	74
18	Vivacred: índices de eficiência e produtividade em 1998 e 1999.....	75
19	Sócios do Banco do Povo – Crédito Solidário, em junho de 2003.....	77
20	Banco do Povo- Crédito Solidário: indicadores de sustentabilidade, lucratividade e rentabilidade entre 1998-2003.....	101
21	Composição do SDI em valores nominais dos anos correntes.....	103
22	Comparação dos indicadores do Banco do Povo – Crédito Solidário com os indicadores “The MIX”	105
23	Banco do Povo - Crédito Solidário: indicadores de qualidade, eficiência e produtividade entre 1998-2003	107
24	Diferenças no cálculo dos custos com o risco de crédito.....	108
25	Informações Banco do Povo - Crédito Solidário	110
26	Comparação dos indicadores do Banco do Povo – Crédito Solidário com os indicadores “MIX”	112
27	Banco do Povo - Crédito Solidário: <i>turnover</i> de 1998 a 2002.....	114

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E CUSTOS DE TRANSAÇÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

Autor: CRISTINA FACHINI

Orientador: Prof. Dr. ALEXANDRE LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS

RESUMO

Apesar de se constatar no mundo de hoje ferramentas financeiras altamente desenvolvidas, ainda existe uma fronteira que impossibilita uma grande parte da população mundial de baixa renda a ter acesso a essas ferramentas e suas inovações. A importância da existência das ferramentas financeiras está ligada, nesse trabalho, à oferta de crédito, que possibilita a alavancagem de um pequeno empreendimento através da obtenção de bens de produção e capital de giro. Um dos maiores empecilhos para que a fronteira se expanda é o alto custo de transação das operações de crédito para a população de baixa renda, devido a falta de garantias reais por parte dessa população e necessidade de escala para diluição dos custos fixos. Ao longo da História surgiram tecnologias bem sucedidas que se empenharam justamente em combater o problema da não transposição da fronteira financeira. Em especial, em Bangladesh, na década de 70, um professor de economia uniu-as resultando em uma sinergia que desencadeou o que alguns autores denominaram na literatura internacional “Revolução do Microcrédito”. Entretanto, apesar desses avanços, não é certo que tais custos sejam baixos nos programas de microcrédito existentes hoje em dia no Brasil. Com a opção de continuar a ofertar o microcrédito, dado a função social desse empréstimo, as instituições com altos custos de transação se tornam insustentáveis financeiramente. A médio e longo prazo,

seus fundos, destinados aos microempréstimos, são corroídos pelos custos, tornando-as incapazes de expandir a fronteira financeira através do aumento na oferta de microcrédito. Ademais, políticas recentes do governo brasileiro para o microcrédito estiveram mais voltadas ao benefício dos clientes finais, o que em alguns momentos prejudicou mais do que ajudou as instituições de microcrédito a se desenvolverem no país. O trabalho avaliou o desempenho econômico de uma organização de microcrédito no Brasil e analisou como os Custos de Transação e as políticas do governo exerceram influência sobre a sua Sustentabilidade Financeira, no curto prazo do Banco do Povo - Crédito Solidário na cidade de Santo André e adjacências. No período coberto pelo estudo, o Banco não foi capaz de se sustentar operacional nem financeiramente sendo expressivo o valor de subsídios que essa instituição recebeu até 2003. Expandir a carteira de crédito para gerar maior retorno dos empréstimos gera também altos custos de transação. Constata-se que no Banco do Povo – Crédito Solidário, uma parte considerável das receitas da instituição são advindas de Aplicações Financeiras, uma forma de segurança para a instituição, mas que barram o crescimento da Carteira Ativa. Se o Banco do Povo permanecer com a política de não aumentar as taxas de juros cobradas e ainda for obrigado a implementar um teto para suas taxas, como a sugestão do governo de 2% a.m, então o retorno sobre a Carteira de Crédito no Banco do Povo - Crédito Solidário não permitirá a sustentabilidade da instituição. Os Custos de Transação influenciam a Sustentabilidade Financeira da instituição de duas maneiras: por um lado os custos em relação às receitas são altos o suficiente para tornar a instituição ainda insustentável e, por outro lado, a maior parcela do custo de transação diz respeito aos recursos humanos, que apresentam baixa produtividade na expansão do crédito, o que gera um menor retorno na carteira de crédito. Isso talvez seja causado por conta da pequena história de vida do Banco do Povo – Crédito Solidário. Desse quadro, todavia, existem algumas atitudes que podem ser tomadas. A primeira é que o Banco aumente a sua Carteira Ativa reconduzindo os fundos das Aplicações Financeiras para o portfólio de empréstimos (expandindo a fronteira financeira). Ao mesmo tempo, recomenda-se uma política de diminuição de custos e aumento da produtividade dos recursos humanos.

FINANCIAL SELF- SUFFICIENCY AND TRANSACTION COSTS IN A MICROCREDIT INSTITUTION IN BRAZIL

Author: CRISTINA FACHINI

Adviser: Prof. Dr. ALEXANDRE LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS

SUMMARY

Despite of the existence of high technologies of financial tools in the world, there is still a frontier which make the low income population incapable to access those tools and its innovations. The importance of those tools in this dissertation is connected to the supply of credit that enable small borrowers to buy inputs and capital to their small business. One of the major problems that stuck the frontier, and do not aloud it moving on, is the high transaction costs on credit supply for low-income population. It happens because the low- income population doesn't have enough guaranties and credit organizations need scale economics to distribute fixed costs on a wild volume of credit. There have been well successful technologies to improve the access to credit for low-income population in the world at the last three decades. In Bangladesh an Economics professor linked these technologies and developed a successful program which creates an impact that was called at international literature "Microcredit Revolution". It's not clear, although, if these technologies are well developed and succeed in Brazil. However, the microcredit institutions continuous supplying credit because their social importance but they are still financial-self insufficiency. In such situation, at the long run, there won't be any funds for them.. To compensate the difficulties of these institutions, the government policies for microcredit where directed to benefit the clients

and the relevance of institutional self-sufficiency were taken as a secondary priority. This dissertation made an evaluation on financial performance for a microcredit organization in Brazil and also analyze how the Transaction Costs and the government policies had affected the financial self-sufficiency at the short-run in Banco do Povo – Crédito Solidário. It has concluded that Banco do Povo were not able to be financial self-sufficient and it needs a amount of subsidies yet. It is clear that part of revenue that comes from financial assets, which is a safety way to generate revenue, but forbids the institution to reach its goals. Considering that interest rates were kept high during the last years in Brazil, the strategy of guaranteeing revenue through investing part of the Banco do Povo capital on government bounds might not be sustainable at the long run. If Banco do Povo keeps interests rates in its current level, or be obligate to ceil its interest rate at a low level as the government suggestion to establish it on 2% per mount, then the return on loan portfolio won't be enough to make the institution self-sufficient. The Transaction Costs have influence on Financial Self-Sufficiency in two ways: first the costs are bigger than the revenue and second, the largest part of the Transaction Cost are spend in human resources. The loan-officers productivity is very low when compared with the average productivity of other similar organizations in the world. It is possible that the reason for it happens to be Banco do Povo- Crédito Solidário short term of existence. Analyzing these aspects it is possible to find some suggestions to make, the first one is to improve the loan portfolio, transferring funds from financial assets to it (expanding the financial frontier). At the same time, it is necessary to diminish the costs and increase the productivity of the loan-officers.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema e a justificativa

Indivíduos no mundo todo transacionam bens utilizando ferramentas financeiras. A partir da intensificação do comércio, na passagem do sistema de produção feudal para o mercantilista na Europa nos séculos XV e XVI, essas ferramentas sofreram inúmeras inovações. Surgiram as cartas de crédito (cheques) e casas de custódia - o que viriam a ser os bancos comerciais de hoje. Com o advento do sistema capitalista desenvolveu-se intensamente o mercado financeiro no mundo e com ele todos os ferramentais necessários para a intensificação das transações comerciais. Entretanto, apesar de se constatar no mundo de hoje ferramentas financeiras altamente desenvolvidas, ainda existe uma fronteira que impossibilita uma grande parte da população mundial, localizada principalmente nos países em desenvolvimento, a ter acesso a essas ferramentas e suas inovações.

Estão dentro da chamada “fronteira financeira” bancos comerciais, mercado de ações, bancos de investimento, companhias de seguros, entre outros. Indivíduos dentro da fronteira têm livre acesso a tais instituições e o crédito para eles está disponível a taxas de juros mais baixas que as verificadas fora da fronteira.

A população de baixa renda, que vive no ciclo vicioso da pobreza, não está incluída nessa fronteira. Também estão fora os pequenos agricultores e os microempresários, principalmente informais. A maioria das transações financeiras operadas por esses agentes não possui intermediários (Von Pischke, 1991). Características do mercado informal incluem: unidades de produção pequenas, com

relações de produção familiares, trabalhador autônomo fazendo uso de tecnologias tradicionais e intensivas em trabalho não-qualificado resultando em baixos produtividade e rendimentos. Para superar a indigência e a pobreza existente no mercado informal seriam necessárias políticas de elevação de rendimentos das populações aí ocupadas. Essa elevação, por sua vez, está vinculada aos possíveis ganhos de produtividade, que dependem da superação de certas restrições (creditícias, tecnológicas, de qualificação dos recursos humanos, etc.) para o desenvolvimento dessas unidades e sua integração ao setor moderno da economia (Ramos, 1998).

A importância da existência das ferramentas financeiras está ligada, nesse trabalho, à oferta de crédito. Verifica-se nos últimos anos, no mundo todo, uma crescente redução dos postos de trabalho em um esquema de mão-de-obra assalariada para um aumento no número de empreendedores com pequenos negócios, que, no Brasil, apresentam-se em grande parte informalmente (os trabalhadores informais representavam 49% da população economicamente ativa (PEA) em 2000, segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O crédito é necessário para permitir o acesso aos bens de produção que possibilitarão abrir um pequeno negócio assim como aumentar o capital de giro do microempreendimento, alavancando as vendas. A geração de renda através do retorno sobre o investimento permite ao trabalhador sair da informalidade, gerando benefícios para o governo, que vai arrecadar mais impostos, e para o microempresário, que poderá transacionar seus bens legalmente.

Um caso típico de restrição creditícia exemplificado por Yunus (2001) é o das mulheres em Bangladesh até a década de 80. Pela manhã elas tomavam crédito de um *paikar*¹, compravam bambu, confeccionavam cestos que vendiam ao longo do dia e, com o que recebiam, devolviam o empréstimo aos *paikars*. A sobra era apenas suficiente para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Esse tipo de empréstimo impede

¹ Yunus (2001) explica que *paikars* são comerciantes intermediários que emprestam dinheiro e também comercializam bambu.

o desenvolvimento financeiro dos microempreendedores uma vez que as taxas de juros cobradas pelos emprestadores estão acima das taxas de retorno suportáveis por esses pequenos empreendedores (Robinson, 2001).

Um dos maiores empecilhos para que a fronteira se expanda é o custo de transação das operações a serem efetuadas com as camadas mais pobres da população e, principalmente, com a população rural uma vez que esses custos demonstraram ser excessivos (Von Pischke, 1991). Os custos de transação podem ser de duas naturezas: os administrativos, envolvendo o monitoramento dos empréstimos e os de risco, associados às incertezas da transação (Desai & Mellor, 1993). No primeiro caso, os custos de se emprestar para a população pobre são altos devido à desproporção do custo por empréstimo cedido em relação ao valor do empréstimo. São muitos empréstimos de pequeno valor, gerando altos custos administrativos. No segundo caso, o risco está associado à assimetria de informações.

Para conseguir “driblar” esses problemas, o sistema bancário possui inúmeros mecanismos. Os mais convencionais se resumem na obtenção de garantias patrimoniais e contrapartidas na elaboração de um projeto de investimento no qual o crédito seja usado, e no recolhimento de dados objetivos que revelem a história individual de cada tomador (Junqueira & Abramovay, 2003). Entretanto, as camadas mais pobres da população não possuem contrapartidas significativas com o valor dos empréstimos e o custo para a obtenção de informações desses indivíduos é muito alto em relação ao valor do empréstimo que poderia ser concedido.

Ao longo da História surgiram tecnologias que se empenharam justamente em combater o problema da não transposição da fronteira financeira. Algumas dessas tecnologias se demonstraram eficientes em vários países do globo. Em especial, em Bangladesh, na década de 70, um professor de economia uniu-as resultando em uma

sinergia que desencadeou o que alguns autores denominaram na literatura internacional de “Revolução do Microcrédito²”.

Entretanto, devido a diferentes fatores exógenos (entre eles diferenças culturais, conjuntura econômica e estrutura política) em contato com fatores endógenos (as próprias tecnologias utilizadas) nem todos os programas existentes hoje conseguem obter sucesso. Problemas levantados pelas instituições financeiras convencionais continuam gerando altos custos de transação que não permitem que ela se torne financeiramente sustentável no longo prazo.

Esse é um grande problema. Não é certo que tais custos sejam baixos nos programas existentes hoje em dia no Brasil.

A importância da sustentabilidade não tem um fim em si mesma. Ela é essencial para a concretização dos investimentos de seus clientes. Geralmente as instituições de microcrédito atuam realizando vários empréstimos para um mesmo cliente que irá utilizá-los para aumentar o capital de giro e os bens de capital de seus micronegócios. Portanto, se a instituição realizar o primeiro empréstimo para seu cliente e, por várias razões relativas à sua saúde financeira, não for capaz de renová-lo, então seu cliente será extremamente prejudicado (Meyer, 2002). Por outro lado, se a instituição for sustentável financeiramente então ela será capaz de ofertar crédito no longo prazo, expandindo a fronteira financeira.

1.2 Objetivo

O objetivo desse trabalho é avaliar o desempenho econômico de uma organização de microcrédito no Brasil e analisar como os custos de transação exercem influência sobre ele, no curto prazo. Para cumprir tal objetivo, esse trabalho analisa índices de Sustentabilidade Financeira e os custos de transação do programa de

² Robinson (2001) e Mourdoch (1999)

Microcrédito da Cidade de Santo André, o Banco do Povo - Crédito Solidário. A escolha esteve ligada à facilidade de acesso aos dados por parte da gerência da instituição e por ela ser uma organização não-governamental, que levanta uma discussão sobre o seu papel nas políticas de microcrédito para o Brasil.

Entende-se por Sustentabilidade Financeira a capacidade do prestacionista³ cobrir todos os seus custos, incluindo os de oportunidade e os de transação e ainda conseguir permanecer no mercado a longo prazo (Dum et al., 1998).

Como objetivos específicos tem-se:

- Calcular os custos de transação do Banco do Povo – Crédito Solidário.
- Levantar indicadores de Sustentabilidade Financeira que geram informações detalhadas sobre o desempenho financeiro da instituição.
- Calcular a quantidade de subsídio existente hoje no Banco do Povo e, se for o caso, a necessária para permitir que ela se sustente operacionalmente.
- Verificar a influência das políticas do governo para o microcrédito sobre o Banco do Povo – Crédito Solidário.

³ Esse termo é geralmente usado como sinônimo de mutuário. Entretanto, segundo o dicionário Aurélio, a principal definição desse termo refere-se ao credor, aquele que tem prestações a receber.

2 IMPORTÂNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO

2.1 A importância do sistema financeiro para os agentes econômicos

A importância do sistema financeiro para o um agente econômico pode ser ilustrada através do diagrama de Fisher⁴ (1930) citado por Fry (1995). A Figura 1 representa uma situação de autofinanciamento. O consumidor possui uma fonte de renda Y que lhe provê Y_1 no período 1 e Y_2 no período 2. A linha M representa o mercado financeiro que capta poupança dos indivíduos que possuem renda superavitária e realizam empréstimos para os demais agentes econômicos que são deficitários e demandam crédito em certo momento do tempo. Ela é também a taxa de transferência intertemporal da utilização da moeda e a sua inclinação é a taxa de juros de mercado (i). As curvas X_1 , X_2 e X_3 representam diferentes valores ordinais de utilidade do consumidor que se autofinancia: quanto mais distantes dos eixos estiverem as curvas 'X', maior será a utilidade. Devido à M possuir uma taxa de juros real positiva, Y_1 e Y_2 não equivalem necessariamente ao total consumido em cada um desses períodos. Uma parcela de Y_1 pode ser poupada para que no período 2 o consumo exceda Y_2 . A utilidade é maximizada no ponto de tangência entre a utilidade X_2 e a linha do mercado financeiro M . O indivíduo deixa o ponto Y para alocar sua renda em C , consumindo C_1 no período 1 e poupando $(Y_1 - C_1)$. No período 2 o consumo total C_2 é maior que $(Y_2 + Y_1 - C_1)$ dada a taxa de juros real positiva da linha M .

⁴ FISHER, I. **The theory of interest as determined by impatience to spend income and opportunity to invest it**. New York: Macmillan, 1930.

Figura 1 - Maximização intertemporal do consumo através de aplicação financeira
 Fonte: Fry (1995)

A Figura 2 mostra como, por outro lado, esse mesmo consumidor pode se beneficiar com a utilização do mercado financeiro quando necessita de um empréstimo para realizar um investimento para o seu pequeno negócio, por exemplo. Para isso introduz-se a curva de oportunidade de investimento no gráfico. Para realizar o investimento o empreendedor utiliza parte da sua renda e também faz um empréstimo. A oportunidade de investimento é ilustrada pela curva I na Figura 2 em um formato referente a rendimentos marginais decrescentes. A curvatura da função investimento, I, mede a renda obtida com cada unidade monetária extra recebida do investimento realizado. O volume de investimento é medido a partir da esquerda de Y_1 e pode exceder Y_1 através de empréstimos. O fato da curva de oportunidade de investimento se estender até a esquerda da linha vertical indica que as oportunidades de investimentos lucrativos excedem o período corrente de renda Y_1 .

Figura 2 - Maximização do consumo intertemporal através do investimento

Fonte: Fry (1995)

O ponto P é o ponto ótimo para realizar o investimento. Nesse ponto a curva de oportunidade de investimento é tangente à linha do mercado financeiro e o empreendedor investe a sua renda Y_1 mais um empréstimo P_1 . De P ele pode transacionar ao longo da linha de empréstimos M para alcançar o ponto de tangência dessa linha com a curva de indiferença.

Em C o pequeno empreendedor toma emprestado $C_1 + P_1$ sendo que deixa (C_1) para consumo. Como pode-se perceber, em C tanto o consumo no período 1 quanto no período 2 são maiores que as respectivas receitas desses períodos. No período 2 o total de empréstimos é repago com a receita obtida sobre o retorno do investimento resultante de $(P_2 - Y_2)$, deixando C_2 para o consumo, (Fry, 1995, citando Hirshleifer,

1970⁵). A distância $(P_2 - Y_2)$, representando o empréstimo que foi pago, é igual a $(C_1 + P_1) \times (1 + i)$, sendo i a taxa de juros de mercado.

2.2 A importância de intermediação financeira

Os intermediários financeiros aumentam o retorno real aos poupadores e ao mesmo tempo diminuem o custo real dos investidores, acomodando a preferência líquida, reduzindo os riscos através da diversificação, criando economias de escala nos empréstimos, aumentando a eficiência operacional através da especialização e diversificação do trabalho (Fry, 1995). A intermediação financeira é reprimida e subótima quando as taxas de juros são administrativamente fixadas abaixo dos seus níveis de equilíbrio.

É possível demonstrar graficamente os efeitos da intermediação financeira no mercado de crédito. Nas Figuras 3a e 3b, o eixo das abscissas mede a quantidade de empréstimos tomados ou concedidos por unidade de tempo (X), enquanto o eixo das ordenadas mede o custo de tomar emprestado (r) e o retorno gerado pelos empréstimos (i). A demanda por crédito é representada por uma curva descendente D . A oferta de crédito é a curva ascendente S , isto é, a quantidade de poupança oferecida a terceiros, seja diretamente ou através de intermediários. Se não existissem custos de transação então a taxa de juros na economia seria única, $r = i$, e a quantidade de crédito por período seria X (Figura 3a) (Banco Mundial, 1989).

Entretanto, existem custos adicionais por parte dos credores para garantir que os mutuários cumpram parcela do acordo do empréstimo. Esses custos são representados pelo deslocamento da curva S para S_d na Figura 3b. A distância vertical entre essa curva e a curva de oferta S representa o valor desses custos transacionais (inclusive o custo de cobertura de inadimplências esperadas). Com essa nova curva de oferta (S_d) os credores estariam dispostos a ofertar X_d de empréstimos na expectativa de

⁵ HIRSHLEIFER, J. **Investment, interest and capital**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1970. 320p.

ganhar id . Os tomadores de empréstimos estariam pagando rd por esses empréstimos. O custo de transação introduz uma diferença entre o custo para o tomador de empréstimos (rd) e o retorno do credor (id), fazendo diminuir a quantia emprestada (Banco Mundial, 1989).

Figuras 3 - Oferta e demanda de crédito

Fonte: Banco Mundial (1989)

A existência de intermediários financeiros como bancos [e instituições de microcrédito] levam à redução dos custos transacionais e a diferença criada pelos custos, representada pelo deslocamento inicial de S para Sd , diminui para Sb (Banco Mundial, 1989). Esses deslocamentos representam as fronteiras impostas pela restrição de crédito.

O deslocamento de Sd para Sb é a expansão da fronteira financeira. Com tal redução, a quantidade emprestada aumenta de Xd para Xb , o retorno dos credores aumenta de id para ib e o custo dos tomadores de empréstimos cai de rd para rb . Quanto maior for a capacidade de reduzir os custos de transação, maiores serão os impactos positivos para todos.

3 HISTÓRICO DO MICROCRÉDITO

3.1 Definição de microcrédito

O que se define hoje como microcrédito é "a atividade de conceder crédito de pequena monta e diferencia-se dos demais empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada" (Alves & Soares, 2003, p.6)

Desde de que os exemplos de instituições de microcrédito bem sucedidas se difundiram pelo mundo, novos conceitos a esse respeito foram formalizados. A idéia do microcrédito se ampliou e as instituições operantes ganharam um enfoque maior. Passou-se então a distinguir “microfinanças” de “microcrédito”.

Em uma nota técnica o Banco Central (2003, p.6) define microfinanças como a “prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”.

A oferta de serviços financeiros pode ser concedida através de vários tipos de instituições. Para que uma instituição seja totalmente independente, é necessário não somente ela ofertar crédito como também captar poupança. Entretanto, a micropoupança é ainda muito pequena em proporção ao volume total de microcrédito emprestado na IMFs em todo o mundo.

De acordo com Robinson (2001) existem cinco modelos de organizações que desenvolvem programas de microcrédito. O primeiro deles, são as organizações não governamentais (ONGs), proibidas de arrecadar poupança pública. O segundo deles são as instituições de microcrédito, que podem arrecadar poupança mas não tem incentivo para tanto, uma vez que as doações e fundos do governo completam o passivo do banco.

O terceiro tipo, oposto ao segundo, representa as instituições que captam poupança mas, ao invés de realizarem empréstimos com esse valor, realizam depósitos em outras organizações financeiras. O quarto tipo é caracterizado pelas organizações realizam empréstimos, captam poupança e falham em adotar um sistema eficiente de gerenciamento, geralmente devido ao subsídio. A quinta organização é aquela autogerida e sustentada com fundos provenientes da arrecadação de poupança e outras ferramentas financeiras (Robinson, 2001).

No Brasil pouco se fala de microfinanças porque a maioria das instituições opera apenas pelo lado da oferta de crédito, mas não são capazes de captar poupança. Isso acontece também porque o Banco Central do Brasil (BACEN) não autoriza esse tipo de transação, destinando o direito de captação de poupança até alguns anos atrás apenas para os bancos comerciais. Há pouco tempo é que as cooperativas de crédito vêm conquistando espaço nesse sentido, sendo que hoje algumas delas já operam também nesse ramo (Alves & Soares, 2003).

Apesar dessa definição, é comum utilizar-se no Brasil do termo “entidade de microfinanças” ou “instituição de microfinanças” (IMFs) com referência às instituições de microcrédito.

3.2 História do microcrédito no mundo

O início da história do microcrédito remonta ao séc XIX. A Europa desse século presenciou o surgimento de cooperativas de crédito com o objetivo de ajudar

populações de baixa renda a poupar e conseguir crédito. As cooperativas serviram 1,4 milhões de pessoas até 1910 na Alemanha, se estendendo para a Irlanda e o norte da Itália (Morduch, 1999).

O governo de Madras, no sul da Índia, sob direção inglesa, se espelhou no exemplo germânico implantando cooperativas de crédito nesse território, em 1912. Em 1946, os membros dessas cooperativas já excediam nove milhões de pessoas. Elas continuaram a se expandir até chegarem ao Estado de Bengal, atual Bangladesh, onde um professor de Economia, chamado Muhammad Yunus tomou conhecimento delas (Morduch, 1999). O que ele começou há 20 anos, oferecendo US\$ 27,00 a 42 pessoas é hoje uma das instituições mais conhecidas em âmbito mundial, o Grameen Bank (Yunus, 2001).

Como exemplo dessas novas tecnologias, o Grameen só fornece empréstimos a grupos solidários, formados por 5 pessoas, especialmente por mulheres. A experiência mostra que as mulheres são melhores pagadoras que os homens e mais responsáveis em investir a renda com a família e não para uso pessoal (Yunus, 2001). Um dos fatores que faz das mulheres melhores pagadoras é que como as mulheres permanecem mais tempo em casa do que os homens, os agentes de crédito conseguem localizá-las com mais facilidade do que conseguiriam se tivessem emprestado para o “homem da casa”. A garantia é dada pelo próprio grupo, sendo que inicialmente empresta-se para duas pessoas, quando estas pagarem os próximos dois recebem e, quando estes pagarem, o último recebe. Além disso, só concede empréstimos com a contrapartida de uma poupança compulsória no valor de 5% do empréstimo recolhido em uma conta de poupança, para cobrir eventuais problemas de pagamento do grupo. Os empréstimos são concedidos sob duas formas: os de capital e os domésticos. Os empréstimos de capital são concedidos às micro e pequenas empresas, sem a interferência do banco quanto à sua alocação e os bens adquiridos com recursos do banco ficam alienados até que o empréstimo seja liquidado. Os domésticos são concedidos a pessoas físicas com finalidade de consumo e estão vinculados aos de capital. O banco também possui um esquema de poupança e os clientes que possuem

conta de poupança podem ser acionistas do banco. Em 1999 sua composição acionária era formada em 92% por poupadores e 8% pelo Governo de Bangladesh (Toneto & Gremaud, 2000)⁶.

No Grameen os custos administrativos são altos por causa da menor magnitude dos empréstimos médios e também porque o banco oferece outros tipos de serviços sociais aos seus clientes (Toneto & Gremaud, 2000). Apesar dos custos administrativos o próprio banco assume possuir elevado alcance e uma grande eficiência. Entretanto, uma crítica recente feita pelo Wall Street Journal (Pearl & Phillips, 2002) afirmou encontrar problemas na saúde financeira do Grameen. Revelou-se que os empréstimos só são tidos como inadimplentes depois de um a dois anos de atraso. Empréstimos com menos tempo de atraso são tidos como “empréstimos flexíveis”, isto é, são empréstimos renegociados. O cliente realiza um outro empréstimo e considera o antigo como recuperado de acordo com os novos valores recebidos do novo empréstimo. Em algumas regiões no norte de Bangladesh onde o Grameen atua, metade dos empréstimos se demonstrou atrasada pelo menos por um ano em 1999. Se somados todos os empréstimos do banco, 19% estavam inadimplentes por mais de um ano em 1999. A título de comparação, a Fundação PalliKarma-Sahayak (PKSF) fundada com a ajuda de Yunus com a finalidade de distribuir fundos para outras instituições de microcrédito em Bangladesh pede que as IMFs aprovisionem débitos com mais de uma semana de atraso (Pearl & Phillips, 2002).

Em resposta a essa crítica, Yunus (2004) afirma que realmente o cálculo da inadimplência no Grameen não segue o padrão proposto pela indústria microfinanceira mundial. O autor defende que os empréstimos flexíveis surgiram em decorrência de características peculiares de Bangladesh. Em 1998 ocorreu uma monção que deixou metade da área do país inundada por aproximadamente dez dias. Essa situação

⁶ TONETO Jr., R.; GREMAUD, A.P. Experiências internacionais de financiamento rural: microcrédito. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração (FEA), 2000. 47p.

impossibilitou os clientes do banco pagarem seus empréstimos em dia e, como política, o Grameen adotou o sistema de empréstimos flexíveis para permitir que seus clientes pudessem se recuperar do cataclisma. Todavia, o esquema dos empréstimos “flexíveis” não é como descrito por Pearl & Phillips (2002). Os empréstimos são reclassificados para serem pagos a longo prazo e não são tidos como recuperados; outro empréstimo é feito para ser pago no curto prazo (Yunus, 2004). Apesar de Yunus (2004) defender um ponto de vista mais voltado ao impacto do microcrédito na vida dos clientes do banco, percebe-se que do ponto de vista da Sustentabilidade Financeira o banco permanece em condições deficientes.

Dado o “efeito demonstração” do impacto do microcrédito para a população de Bangladesh, a idéia e o modelo proposto pelo Grameen Bank começou a se espalhar pelo mundo todo. O continente asiático tem grande representatividade sobre os programas de microcrédito no mundo. Dois desses programas podem ser visualizados na Tabela 1: o Grameen Bank possui alcance de quase dois milhões e meio de clientes. Isso representa aproximadamente 4,6% da população que se encontra abaixo da linha de pobreza em Bangladesh⁷ (Banco Mundial, 2004). Outra característica é que os programas asiáticos operam em sua maioria na população rural, onde a pobreza é maior.

Na Indonésia, a parte “Unit Desa” do Bank Rakyat Indonésia – BRI opera hoje como uma extensa rede de pequenas unidades bancárias que funcionam como centro de negócios dirigidos ao público de baixa renda (Barone et al., 2003).

O Banco Rakyat foi criado em 1895 e se ramificou por todo o interior do país. Nesse período funcionava como um banco comercial estatal para assuntos do governo e seus funcionários. Em uma fase posterior, correspondente ao auge do petróleo, devido aos fartos recursos para financiamento, o BRI passou a assumir o papel de agência de desenvolvimento do governo para gerir a auto-suficiência de arroz no país. Foram utilizadas as unidades locais (*BRI-UD*) para implementar os esquemas tradicionais de crédito agrícola subsidiado e de poupança. Estas unidades, porém, não

⁷ Os dados da população de Bangladesh são referentes ao ano de 2002.

eram autônomas nem tinham contabilidade ou responsabilização separada. Este esquema de financiamento rural passou a ter problemas quando os recursos se tornaram escassos em função do fim do *boom* do petróleo. Além disso, havia outras questões: a queda da taxa de recuperação de crédito das unidades e problemas de focalização, já que boa parte do crédito ia para os agricultores mais ricos⁸.

Tabela 1. Ásia: características de duas instituições de microcrédito em 1996

	Grameen Bank Bangladesh	Bank Rakyat Indonésia <i>Unit Desa</i>
Membros	2,4 milhões	2 milhões de tomadores e 16 milhões de depositantes
Empréstimo Médio	US\$ 134	US\$ 1007
Rural ou urbana	Rural	Rural
Tipo de contrato (Individual ou em grupo)	Grupo	Individual
Exigência de colateral	não	sim
Empréstimos progressivos	sim	sim
Taxas de juros nominais (por ano)	20%	32-43%
Inflação anual (preços ao consumidor em 1996)	2,7%	8%

Fonte: Mourdoch (1999)

Em 1983/1984 o BRI foi reorganizado e a unidade Unit Desa foi estabelecida para atender domicílios de baixa e média renda. As unidades locais se aproveitaram da rede e da infra-estrutura que já haviam criado, mas cada unidade passou a ser um centro autônomo de lucros e custos, com contabilidade individual (Meyer, 2000; Dum et al., 1998). Elas passaram a serem responsáveis por um conjunto de

⁸ Toneto, op. cit., p.14.

serviços de intermediação financeira e pela preservação de seu equilíbrio financeiro. Assim, a taxa de juros cobrada tinha que cobrir todos os custos de captação e de transação. A mobilização de poupança tornou-se um dos principais objetivos, uma vez que esta seria a principal fonte de recursos para a concessão de crédito. As unidades locais receberam autonomia para a gestão dos créditos, poupança e dos clientes⁹.

A carteira do BRI-UD é hoje dominada por empréstimos para a área comercial e outras atividades não agrícolas, apesar do público estar localizado na área rural. Vale ressaltar, que, como mostra a Tabela 1, o valor médio dos empréstimos no BRI é muito superior ao Grameen. Possivelmente os clientes não sejam tão pobres, ou “os menos pobres dos pobres”.

A poupança total do BRI ultrapassa em muito seus saldos de empréstimos. Ele cobra taxa de juros com alto *spread* de modo que consegue facilmente cobrir as suas despesas operacionais. Foi tão lucrativo em 1995 que poderia ter diminuído seu rendimento sobre a carteira de crédito de 31,6 para 16,3% e continuar livre de subsídios (Meyer, 2000).

Os empréstimos são individuais (não existe empréstimo em grupo), com pagamentos mensais fixos variando conforme a renda do cliente. O prazo de maturidade é, em geral, de um ano e as garantias são fortemente recomendadas, mas não completamente obrigatórias. Os agentes de crédito visitam clientes duas ou três vezes por semana, acompanhando o investimento do empréstimo. A avaliação dos pedidos de empréstimos feita pelo Banco leva, no máximo, duas semanas para ser concluída, no caso do novo tomador, e menos de uma semana para pedidos subsequentes (Toneto, citando Charitonenko et al., 1998¹⁰).

Na América Latina a Acción teve papel importante no apoio dos programas de microcrédito. A princípio a Acción era apenas uma organização para o

⁹ Toneto, op. cit., p.14.

¹⁰ CHARITONENKO, S. et al. **Bank Rakyat Indonesia (BRI) Unit Desa 1970-1996**. <http://www.esd.worldbank.org/html/esd/agr/sbp/98abst/brifin.htm> (03 May 2002)

desenvolvimento social. Foi em 1973 no Recife, Brasil, que a Acción teve a idéia de oferecer crédito para pequenos empreendedores; começou surgir devido ao êxodo rural no Nordeste e o surgimento da falta de emprego nos grandes centros. Foi criada a UNO e, com essa experiência, a Acción levou o apoio para mais quatorze países na América Latina. Ela ajudou a fundar o Banco Sol e hoje atua na América Latina, Estados Unidos e África (Acción, 2004).

O Banco Solidariedade S.A/ Banco Sol na Bolívia é uma das instituições que mais se assemelha com as instituições do Brasil, urbanas em sua maioria. Ele surgiu com uma abordagem totalmente social através de uma organização não governamental, sem fins lucrativos denominada Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa (PRODEM). Com o passar do tempo adquiriu caráter empresarial e se tornou um banco em 1992 com bases lucrativas focado no microcrédito (Barone et al. 2002). O grupo solidário é o tipo de empréstimo mais utilizado no Banco, sendo que 98% dos clientes se encontram em grupos solidários e 92% da carteira de crédito ativa está empregada nesse tipo de empréstimo. Os empréstimos são feitos para todos os membros do grupo simultaneamente e o grupo pode conter de três a sete membros (Mourdoch, 1999).

As taxas de juros são relativamente altas. Enquanto a taxa de inflação na Bolívia era de 5% em 1998, a taxa de juros dos empréstimos no Banco foi de 48% no ano. Uma taxa de juros nominal muito mais alta que a do Grameen Bank, mas ainda mais baixa que as taxas de juros reais dos agiotas, que permanecem em média de 10% ao mês. Com isso, o Banco Sol não depende de subsídios para sobreviver, tendo um retorno sobre o investimento de 30% (Mourdoch, 1999).

Entretanto, o alcance do programa é questionável. Alguns estudos revelam que apesar do Banco atender a uma camada pobre da população, esta camada é a mais “rica” dentre os pobres. Isto é, os clientes já superaram a linha de pobreza (Mourdoch, 1999). Isso fica evidente na Tabela 2. O valor médio do empréstimo é de quase US\$2.000,00, valor considerado alto para instituições de microcrédito.

Tabela 2. América Latina: informações sobre o programa de microcrédito apoiado pela Acción na Bolívia em dezembro de 2002

	BancoSol
Número de Clientes Ativos	42.290
Carteira Ativa (US\$)	80,34 milhões
Valor médio dos empréstimos (US\$)	\$1.913
Portifólio em risco* (%)	8,20%

Fonte: Acción (2004)

* portfólio em risco equivale ao valor da Carteira Ativa em atraso superior a 30 dias dividido pelo valor total médio da Carteira Ativa

Nota: taxa de câmbio média em dezembro de 2002, de acordo com o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA) (2004)

3.3 História do microcrédito no Brasil

Em 1973 foi criada no Brasil a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), com o apoio da Acción. Essa foi uma das organizações de microcrédito pioneiras na América Latina, mas que não sobreviveu até os dias atuais.

Segundo Schreiber (1975, p.5), “a UNO surgiu da inexistência de mecanismos adequados à concessão de crédito e assistência técnica na Região Metropolitana de Recife”. A UNO já possuía em seu bojo idéias que continham os fundamentos dos programas atuais de microcrédito. Uma das suas finalidades econômicas era “aumentar o índice de absorção de mão-de-obra, particularmente das populações de baixa renda, nos diversos setores da economia; [e a] ... legalização de muitos negócios cujo presente ‘status’ os exclui do acesso ao crédito e a outros benefícios que são disponíveis às empresas não marginalizadas no sentido jurídico-financeiro” (Schreiber, 1975, p.16). O programa ainda afirmava que “uma das principais

barreiras que impede o acesso dos pequenos empresários ao crédito bancário é a falta de garantias. Para superar esse obstáculo, foi desenvolvido um Fundo de Garantia...” (Schreiber, 1975, p.19). Entretanto, após 18 anos de existência, a UNO acabou por “não considerar a auto-suficiência parte fundamental de suas políticas” (Barone et al., 2002, p.15).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2001; Parente, 2005), na década de 80 se instalaram no Brasil projetos de organizações não-governamentais que atuavam em programas de trabalho e renda nas cidades e fundos rotativos para agricultores familiares no meio rural. A relação entre a fonte de recursos e estas instituições no Brasil é esquematizada abaixo:

Figura 4 - Relação entre a fonte de recursos e instituições de microcrédito no Brasil, década de 80

Fonte: IBAM (2001)

Esse mecanismo se demonstrou ineficiente quanto ao raio de ação junto aos financiamentos dos microempresários uma vez que as ONGs tinham um objetivo geral de desenvolvimento regional mas não focado no crédito (IBAM, 2001) e a cultura assistencialista ainda era predominante (Parente, 2005).

Na década de 90, da parceria entre as prefeituras municipais e Governos Estaduais surgem os programas de microcrédito mais conhecidos como Bancos do Povo. Algumas prefeituras constituem seus programas locais de microfinanciamentos com a grande vantagem de poder articular o programa com políticas de trabalho e renda e desenvolvimento local. Ocorre que a maioria não adotou com rigor as tecnologias

microfinanceiras diferenciadas, prevalecendo as relações assistencialistas e/ou clientelistas o que gerava elevada inadimplência, apesar da taxa de juros não ultrapassar 1% a.m. em muitos desses programas (Parente, 2005).

Outra modalidade de política ocorre quando algumas prefeituras e Governos Estaduais apóiam, através de parceria, Organização Não-Governamental (ONGs) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) locais. Essas instituições de desenvolvimento tomaram contato com tecnologias financeiras de microcrédito baseadas nas experiências internacionais. Essas experiências de parceria entre ONGs, Governo e, mais adiante, com o setor privado permitiram a criação, por exemplo, da Portosol em 1995, uma organização de microcrédito em Porto Alegre, que opera com um *funding* captado de recursos públicos e privados¹¹ (IBAM, 2001).

Figura 5 - Relação entre a fonte de recursos e instituições de microcrédito no Brasil, década de 90

Fonte: IBAM (2001)

Só em 1999 é que grandes mudanças começaram a acontecer no setor de microfinanças no Brasil. Nesse ano, pela Lei 9.790/1999, foi permitida à ONG de microcrédito atuar como OSCIP (Alves & Soares, 2003). Em 2001 o Banco Central do

¹¹ Os fundadores da Portosol são: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e Associação dos Jovens Empresários de Porto Alegre.

Brasil instituiu formalmente as linhas de atuação das organizações de microcrédito (Brasil, 2001, 2004a).

Ainda existem hoje no Brasil ONGs, OSCIPs, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), Cooperativas de Crédito, Financeiras e Bancos Comerciais que realizam semelhantes operações, porém com diferentes regulamentações. As seguintes modalidades de atuação são permitidas (Alves & Soares, 2003):

1. Sem Fins Lucrativos

- ONGs sujeitas às restrições nas taxas de juros (máximo de 12% a.a.);
- OSCIPs (registradas no Ministério da Justiça) não sujeitas às restrições nas taxas de juros.

2. Com Fins Lucrativos:

- SCM (autorizada pelo Banco Central), controlada por qualquer instituição física ou jurídica, inclusive instituição financeira ou OSCIP.
- Qualquer instituição financeira que trabalhe com a oferta de crédito junto ao público (Bancos Comerciais, financeiras).

O poder público tem se empenhado no processo de crescimento dos programas, juntamente com prefeituras e outras instituições como o SEBRAE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse último possui uma linha de crédito no atacado (ofertando para outros programas de microcrédito no país), o Programa do Crédito Produtivo Popular e de Desenvolvimento Institucional (PCPP) com o objetivo de solidificar um mercado que contenha instituições sustentáveis. Na maioria dos casos o crédito é distribuído pelas prefeituras e secretarias estaduais de trabalho em forma de parceria com BNDES, sendo que esses devem aportar uma proporção similar de recursos de seus orçamentos disponibilizados pelo PCPP.

Segundo Alves & Soares (2003), estima-se que existam no Brasil aproximadamente 14 milhões de pequenas unidades produtivas que são potenciais demandantes e, dentre essas, 6 milhões que representam demanda efetiva no valor de R\$ 11 bilhões. Em termos de concentração, 56% dessa demanda se localiza em São Paulo e Sudeste do País. Se esse valor for somado à demanda no Sul do país, então se pode dizer que dois a cada três empréstimos demandados estarão concentrados nessas regiões.

Para suprir essa demanda, existiam no Brasil até 2001, cento e vinte e uma instituições ofertando apenas 1% do volume de crédito demandado (aproximadamente R\$ 150 milhões). Metade dessa carteira é atendida pelo programa “Crediamigo” do Banco do Nordeste (Tabela 3). Este programa é um dos mais importante no Brasil nos dias atuais. Ele teve início em 1996 com o apoio do Banco Mundial para se estabelecer financeiramente e recebeu recursos oriundos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). O programa cresceu muito desde então atingindo a quase totalidade das agências do banco. Estima-se que exista uma demanda potencial de 2,2 milhões de clientes no nordeste (BID, 2000), sendo que o Crediamigo atendeu até dezembro de 2002 cerca de 6% desse valor (Tabela 3). Dentre outras características, o que faz o Banco do Nordeste tão importante nesse ambiente é a sua escala operacional que permite com que os custos fixos das operações de microcrédito sejam diluídos facilmente. Em 2000 o volume total de recursos emprestados pelo Crediamigo foi maior que a soma do volume de recursos de todas as demais organizações de microcrédito no Brasil. A inclusão do Crediamigo na soma total dos programas de microcrédito no país leva ao aumento de 110,23% no total de operações de microcrédito no Brasil e a um aumento de 137,37% no volume total de recursos emprestados por esses programas.

Tabela 3. Brasil: informações sobre o programa de microcrédito do Banco do Nordeste em dezembro de 2002.

	Crediamigo (Brasil)
Número de Clientes Ativos	118.995
Carteira Ativa (US\$)	24,42 milhões
Valor médio dos empréstimos (US\$)	\$205,25
Portifólio em risco* (%)	2,39%
Porcentagem de clientes mulheres	49%

Fonte: Acción (2004)

* portfólio em risco equivale ao valor da Carteira Ativa em atraso superior a 30 dias dividido pelo total médio da Carteira Ativa

Nota: taxa de câmbio média em dezembro de 2002 (IPEA, 2004)

Dessas informações não há como negar o potencial de atuação nesse setor dos bancos comerciais. Estes possuem vantagens em escala de recursos e logística física para atender boa parte do mercado em plano nacional (IBAM, 2001). Dada essa constatação, o Governo Federal lança “pacote” de medidas com o nome de “microcrédito” entre 2003 e 2004, através de duas grandes estratégias:

a) Os bancos públicos (Banco do Brasil através do Banco Popular do Brasil e a Caixa Econômica Federal) passam a abrir contas populares e disponibilizar microempréstimos para os mais pobres a juros de 2% ao mês, independente da finalidade e sem maiores exigências (Parente, 2005) e;

b) Através da Medida Provisória (MP) (Brasil, 2003) os bancos comerciais devem destinar uma parcela (a ser determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) dos depósitos à vista na concessão de crédito para um público de baixa renda. A mesma MP instituiu que o CMN estabeleceria um teto para as taxas de juros cobradas

para os tomadores de recursos. Pela Resolução 3.109 de 24 de julho de 2003 (Brasil, 2004b), a parcela dos depósitos à vista seria de 2% e o teto para a taxa de juros também seria de 2%. Essa Resolução foi substituída pela Resolução 3.220 de 29 de julho de 2004 (Brasil, 2004c), dando uma certa mobilidade sobre a porcentagem dos depósitos à vista destinados para as linhas de microcrédito. A partir de então a exigibilidade de aplicações em operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores passa a ser determinada mensalmente.

Complementarmente o Governo Federal estimula a expansão de redes de correspondentes bancários (correios, supermercados, farmácias etc), sinaliza para flexibilização para abertura de cooperativas de crédito e cria linha especial de crédito para a compra de eletrodoméstico por parte da população com renda comprovada assalariada (Parente, 2005). Como exemplo da expansão de acesso à rede bancária, em 2002 foi fundado o Banco Postal, uma iniciativa dos Correios em parceira com o Banco Bradesco. As agências do Correio funcionam como um correspondente bancário, prestando serviços básicos, incluindo a oferta de crédito. Dos 1.750 municípios que não dispunham de agências bancárias no Brasil, 1.570 já foram atendidos com o Banco Postal (Correios, 2004).

Essas políticas do governo geraram uma certa confusão para a maioria dos agentes econômicos incluídos nessas transações e é necessária uma distinção entre políticas de microcrédito e o que foi denominado de “bancarização”. Esse último termo é o que mais propriamente define a expansão do sistema financeiro para a população de baixa renda, sem necessariamente a inclusão de tecnologias de concessão de empréstimos advindas da idéia de microcrédito.

Para Parente (2005), é visível e louvável o esforço do Governo em direção à bancarização da população de baixa renda. Entretanto, não basta a estratégia de obrigar os bancos a emprestar para os pobres e com taxas mais baratas. O mais difícil é fazer com que esses créditos retornem e possam ser sustentáveis, sobretudo com relação à sua

continuidade no tempo e independência de mudanças institucionais e políticas no Governo.

Dar estímulos para que os bancos comerciais adotem essas políticas gera uma situação de *self-enforcement*¹² para a concentração bancária uma vez que os custos fixos estarão diluídos na estrutura pré-existente dessas instituições, enquanto que os custos fixos das IMFs que configuram como ONGs e OSCIPs a curto prazo são altos.

Enquanto isso, do outro lado, IMFs e organizações de apoio organizam-se em fóruns e associações para discutir as políticas e possibilidades de cooperação. As IMFs sentem-se órfãs e têm dificuldades de acessar capitais e traçar estratégias de sustentabilidade via taxa de juros (Parente, 2005).

Das cento e vinte instituições de microcrédito existentes no país, trinta e duas repassavam até 2003 recursos oriundos do BNDES. As políticas dos empréstimos determinavam que para continuar a receber tais recursos do BNDES a uma taxa de juros de longo prazo (TJLP), o valor dos empréstimos na ponta deveriam ser de no máximo R\$ 1.000,00 e a taxa de juros cobrada pelas instituições de microcrédito (IMFs) deveria ter um teto de 2% ao mês. Se o valor dos empréstimos excedesse R\$ 1.000,00, então a taxa de juros cobrada pelo BNDES das IMFs seria a TJLP mais 8% a.a. e a taxa de juros que estas poderiam cobrar na ponta não poderia superar 5% ao mês (BNDES, 2004).

Os agravantes dessas políticas é que elas se caracterizam como um tipo de repressão financeira, gerando impactos negativos tanto para os bancos comerciais quanto para as IMFs sem fins lucrativos. Obrigar os bancos comerciais a oferecer essa linha de crédito não garante efetivamente que o crédito chegue até o seu público alvo uma vez que para os bancos comerciais a proposta pode não se mostrar tão lucrativa quanto outros tipos de serviços prestados por eles. Para as IMFs sem fins lucrativos, o teto da taxa de juros pode estar aquém do necessário para que os custos possam ser cobertos até mesmo a curto prazo. Portanto, ao mesmo tempo em que existe uma facilidade em

¹² Entende-se por *self-enforcement* a situação que se auto reforça devido a fatores exógenos.

pulverizar o programa de microcrédito nos bancos comerciais, isso gera dificuldades para que outros tipos de instituições se afilem a ele.

4 MICROCRÉDITO E AS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO FINANCEIRO

4.1 O Triângulo do Microcrédito

Para uma abordagem ilustrativa, pode-se dividir os maiores objetivos dos programas de microcrédito como as três pontas de um triângulo, que estão representadas na Figura 6: o primeiro objetivo é conseguir alcançar o maior número de indivíduos mais pobres possível; o segundo representa a Sustentabilidade Financeira e o terceiro objetivo é gerar um impacto positivo sobre o bem-estar dos clientes, aumentando a qualidade de vida através de um aumento de renda, alfabetização, entre outros (Meyer, 2002).

Figura 6 - O triângulo do microcrédito

Fonte: Meyer (2002)

O círculo que está no interior do triângulo na Figura 6 representa as inovações das IMFs em tecnologia, políticas e administração que afetam o quanto esses objetivos serão atingidos. O círculo exterior representa o ambiente no qual os programas de microcrédito operam, que também afeta seu desempenho. Esse ambiente também inclui o capital humano e social do pobre, as políticas econômicas do país e a qualidade da infraestrutura financeira que dá suporte às transações financeiras (Meyer, 2002).

O maior objetivo de uma IMF deve ser o alcance e o impacto sobre a população de baixa renda, auxiliando na redução da pobreza. Entretanto, a Sustentabilidade Financeira é necessária para que os programas possam ofertar o crédito a longo prazo.

Yunus (2001) afirma que a idéia primordial do microcrédito é a erradicação da pobreza no mundo. Em uma conferência realizada em Washington em 1997, *The Microcredit Summit*, se estabeleceu como objetivo o alcance de cem milhões das famílias mais pobres do mundo até 2005. Em 2002 foi realizado um encontro (*Microcredit Summit +5*) para discutir o progresso desse alvo e verificou-se que ao final de 2001, aproximadamente 54 milhões de famílias ao redor do mundo foram beneficiadas com o microcrédito. Desse total, 26,8 milhões estão entre os mais pobres do mundo, são os que vivem com uma receita menor do que US\$ 1 por dia. Foi um progresso expressivo perto de um total de 7,6 milhões de famílias pobres atendidas em 1997 (Yunus, 2002). Em todo o mundo, tem-se portanto, o foco em acabar com a pobreza através do microfinanciamento.

A sustentabilidade é essencial para a concretização dos investimentos de seus clientes. Os clientes tomam vários empréstimos para aumentar o capital de giro e os bens de capital de seus micronegócios. Portanto, se a IMF realizar o primeiro empréstimo para seu cliente e, por várias razões relativas à sua saúde financeira, não for capaz de renová-lo, então seu cliente será extremamente prejudicado (Meyer, 2002).

Quanto à terceira ponta do triângulo, relativo ao impacto das microfinanças, Sen (2000) afirma que a pobreza é uma privação de capacidades básicas, não apenas baixa renda. A privação de capacidades elementares pode ser refletida na morte prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências. Esse autor também define desenvolvimento como um processo de expansão de liberdades. São cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. As liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana geral. As facilidades econômicas para a camada mais pobre da população permitem que esta não seja mais privada de suas outras liberdades essenciais. Experiências no Brasil (Santos, 1999)¹³ e no Mundo já indicam que o microcrédito auxiliou a expansão das capacidades básicas dos cidadãos, clientes de IMFs. O microcrédito não se resume apenas no acesso ao crédito, mas na geração de renda para populações abaixo da linha de pobreza, vivendo em condições subumanas, possibilitando melhores condições. Em Bangladesh, estima-se que 42% dos clientes do Grameen Bank conseguiram cruzar a linha de pobreza até 2001 (Yunus, 2002).

4.2 Sustentabilidade Financeira

Para que o programa de microcrédito seja viável a longo prazo é necessário que ele seja financeiramente sustentável. A definição de Sustentabilidade Financeira aceita no presente trabalho é a capacidade do prestacionista cobrir todos seus custos, incluindo os de oportunidade e os de transação e ainda conseguir permanecer no mercado no longo prazo (Dum et al., 1998). A definição mais restrita será apresentada no capítulo 6.

¹³ Santos (1999) afirma que o programa de microcrédito em Sergipe permitiu que as mulheres beneficiadas ampliassem as possibilidades de trabalho, o que refletiu em um *empowerment* individual, mas que o programa de financiamento ainda necessita de ajustes, para se adaptar melhor às condições do local e das clientes.

A Sustentabilidade Financeira pode ser dividida em dois níveis. No primeiro a IMF alcança a Sustentabilidade Operacional¹⁴, o que significa que a Receita Operacional é suficiente para cobrir as Despesas Operacionais¹⁵, incluindo salários, perdas dos empréstimos e Despesas Administrativas (Meyer, 2002).

O segundo é a Sustentabilidade Financeira e significa que a IMF, além de cobrir as Despesas Operacionais, também é capaz de cobrir os custos dos fundos e outras formas de subsídio recebidas. Atingir esse patamar é importante para que a IMF permaneça no mercado mesmo que todos os subsídios fossem suprimidos (Meyer, 2002).

Existe uma discussão entre o objetivo de atingir a Sustentabilidade Financeira *vis-à-vis* alcançar os mais pobres. Para alguns analistas, aumentar o alcance e Sustentabilidade Financeira são objetivos complementares, porque um maior número de clientes ajuda a IMF alcançar economias de escala e a reduzir os custos. Para outros, entretanto, existe um *trade-off* entre a profundidade do alcance e sustentabilidade. Apesar da Sustentabilidade Financeira ser um objetivo essencial, ela pode inibir as IMFs de alcançar os clientes-alvo e produzir bem-estar a eles. Isso ocorre porque os custos de transação têm um componente de custo fixo alto, e portanto, o custo unitário dos pequenos empréstimos é maior que para transações financeiras de larga escala. Isso pode significar que servir o não-pobre pode aumentar a sustentabilidade (Meyer, 2002).

Entretanto, para Gibbons & Meehan (2001), não existe a necessidade de políticas nesse sentido porque naturalmente os empréstimos aumentam de valor no decorrer das renovações. Os empréstimos progressivos tendem a ir, portanto, em direção aos ganhos de escala (com o aumento no volume de empréstimos e valor dos empréstimos assim como na confiança). Por outro lado, para esses mesmos autores à

¹⁴ Os termos em letras maiúsculas obedecem os padrões de formatação dos indicadores contábeis.

¹⁵ A definição de Sustentabilidade Financeira e Operacional aceita no trabalho usa o conceito econômico de custo de transação. Entretanto, para o cálculo da sustentabilidade e dos custos de transação foram utilizados valores de demonstrações contábeis. Portanto, em algumas definições a palavra custo refere-se ao conceito econômico e não contábil, podendo possivelmente classificar uma despesa (no conceito contábil) como custo (no conceito econômico).

medida que a expansão do microcrédito gera a inauguração de novas agências e a contratação e a capacitação de novo pessoal local, gerando altos custos fixos, ocorre uma redução da Sustentabilidade Financeira o que dificulta a oferta de crédito. Isso pode denominar-se “o paradoxo da redução da pobreza através do microfinanciamento”: a expansão da carteira de crédito juntamente com a promoção e capacitação dos agentes são necessárias para uma maior redução da pobreza, mas a expansão em si reduz a Sustentabilidade Financeira, o que por sua vez dificulta mais o financiamento comercial da expansão, se não impossibilita.

Gibbons & Meehan (2001) propõe algumas soluções para resolver esse paradoxo. São elas o planejamento estratégico e a criação de modelos financeiros. O planejamento estratégico pode ser feito para um período de cinco anos (a partir do início das operações da IMF) correspondente ao suposto período que os doadores vão esperar para que a instituição alcance a Sustentabilidade Financeira. Dentro do planejamento estratégico selecionam-se índices que possibilitarão a avaliação do desempenho financeiro da instituição e metas, por exemplo, para a formação de clientela, quais serão os produtos de empréstimos, a quantidade emprestada por período, os índices de amortização (pagamento de dívidas), a porcentagem de empréstimos renovados em relação ao número de empréstimos totais, os produtos da poupança e a imobilização de poupança (quando a IMF tem permissão para captar poupança), os salários e as comissões do pessoal, outros gastos administrativos, os custos de oportunidade dos fundos, a relação entre capital de terceiros e o capital próprio e o custo do capital de terceiros. Pode - se usar modelos financeiros para calcular o número necessário de clientes e o valor da taxa de juros que se deve cobrar para permitir que haja a Sustentabilidade Financeira e cobrir todas as perdas acumuladas em um prazo de cinco anos.

Nas avaliações financeiras realizadas em IMFs no mundo, o cálculo da Sustentabilidade Financeira e Operacional é geralmente acompanhado de outros índices que auxiliam na identificação de possíveis fraquezas das instituições. Um estudo elaborado pelo The Consultative Group for Assistance the Poorest (CGAP) (2001)

apresenta as principais agências mundiais responsáveis pelas avaliações de IMFs no mundo todo e as diferenças entre elas. Todas as metodologias remetem suas informações às comparações com informações de um boletim informativo internacional de microfinanças denominado “The Microcredit International eXchange¹⁶ - MIX”. As informações divulgadas pelo “MIX” são médias de diversas IMFs do mundo inteiro a fim de formar um *benchmark* mundial.

No Brasil algumas organizações já fazem suas avaliações de acordo com algumas dessas agências. No Maranhão, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos- CEAPE faz sua avaliação com base no GIRAFE, a metodologia proposta pelo *Planet Rating* da França, que é considerada pelo CGAP (2001) uma metodologia que oferece riqueza de detalhes sobre a organização, mas que não é muito clara nos conceitos que usa sobre os cálculos dos índices. Alguns resultados apresentados com relação à rentabilidade das instituições a seguir (Tabela 4).

¹⁶ “eXchange” é propositalmente escrito nesse formato para identificar a origem da sigla “MIX”.

Tabela 4. Maranhão: evolução de alguns índices de desempenho econômico do CEAPE

Índice	Dez. 2000	Dez. 2001	Dez. 2002	Fórmula usada
Auto-Sustentabilidade Operacional (%)	139,4	135	132,6	$(\text{Receitas Operacionais}) / (\text{Despesas Operacionais} + \text{Despesas Financeiras} + \text{Despesas com Provisões})$
Auto-Sustentabilidade Financeira (%)	93,1	111,1	103,7	Auto- Sustentabilidade Operacional depois de ajustes com subsídios e inflação.
Rentabilidade do Ativo (%)	13,5	13,2	12,2	$(\text{Receitas Líquidas Operacionais}) / (\text{Total do Ativo médio})$
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)	18,7	18,1	17,4	$(\text{Receitas Líquidas Operacionais}) / (\text{Total do Patrimônio Líquido médio})$
Rendimento da carteira (%)	59,3	64,2	62,5	$(\text{Receitas da Carteira}) / (\text{Carteira Ativa Bruta média sobre 13 meses})$
Valor da Carteira Ativa / Total dos Ativos (%)	72	69,4	76,1	$(\text{Carteira Ativa Líquida do fim do período}) / (\text{Total do Ativo Médio})$

Fonte: Planet Rating (2003)

A análise apresentada no trabalho do Planet Rating (2003) revela dois grupos de indicadores: o primeiro grupo calcula a Sustentabilidade Operacional e Financeira da instituição e o segundo a Rentabilidade da IMF. O CEAPE foi capaz de se auto-sustentar operacional e financeiramente nos anos apresentados. Ele também demonstrou-se rentável em 2002, tendo um retorno de 12,2% sobre o Ativo e atingiu um valor de 17,4% na taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, valor considerado razoável se comparado com a taxa de juros que a instituição poderia receber por meio de uma aplicação bancária sem riscos (CDB). O valor da Rentabilidade da Carteira foi de 62,5% também considerado bom em relação à taxa de juros cobrada sobre os empréstimos de, no máximo, 5,75%. A proporção da Carteira Ativa com relação ao total de Ativos é um índice interessante pois revela a porcentagem dos fundos que estão em poder dos clientes. Esse índice é alto em relação aos valores de referência do The Microfinance Information Exchange (The MIX). O fato dos índices sofrerem uma piora entre 2001 e

2002 é devido à rápida expansão na rede de atendimento dos clientes durante esse período, aumentando as Despesas Operacionais.

Bezerra (2002) também apresenta os índices para a avaliação do desempenho econômico da Vivacred, organizada como OSCIP na favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Os indicadores são uma adaptação da autora para o Brasil do *SEEP - Network Financial Services Working Group*, elaborado por Cawley et al. (1995)¹⁷. Os indicadores são divididos em dois grupos: Sustentabilidade Financeira e Eficiência e Qualidade da Carteira. Os valores encontrados por Bezerra (2001) assim como as fórmulas de cálculo são apresentadas na Tabela 5.

Tabela 5. Vivacred, índices de Sustentabilidade Financeira e rentabilidade

Indicadores	1998	1999	Fórmula usada (em %):
Auto- Sustentabilidade Operacional (%)	98,6	112,0	(Receitas operacionais) / (Despesas Operacionais + Despesas Financeiras + Provisão para Devedores Duvidosos)
Auto- Sustentabilidade Financeira (%)	74,1	78,8	(Receitas Operacionais) / (Despesas Operacionais + Despesas Financeiras + Provisão para Devedores Duvidosos+ Doações)
Taxa de Retorno sobre o Ativo (%)	48,0	43,9	(Receitas Operacionais) / (Total de Ativo médio)
Taxa de Despesas Financeiras (%)	14,0	10,4	(Despesas Financeiras) / (Total do Ativo médio)
Margem Financeira Bruta (%)	34,0	33,5	(Taxa de retorno sobre o Ativo) – (Taxa de Despesas Financeiras)

Fonte: adaptado de Bezerra (2001)

A Taxa de Retorno sobre o Ativo identifica o quanto de receita foi gerado sobre o investimento do Ativo. A autora defende que, apesar da rentabilidade ser

¹⁷ CAWLEY, J. et al. **Financial ratio analysis of micro-finance institutions**: the SEEP network. New York: Pact Publications, 1995.

decrecente de 1998 para 1999, ela é alta em comparação com as instituições analisadas por Christen et al. (1995)¹⁸, citadas em seu trabalho. Tanto a Auto-Sustentabilidade Operacional como a Auto-Sustentabilidade Financeira são crescentes. Em 1999 a Vivacred conseguiu atingir o patamar mínimo necessário para a Sustentabilidade Operacional, quando o indicador é maior que 100. Entretanto, durante os anos de análise a instituição não conseguiu atingir a Sustentabilidade Financeira, sendo ainda dependente de doações. O indicador de Despesas Financeiras mostra o custo de captação de recursos utilizado no Ativo da instituição. Esse indicador também é decrescente o que permite que a Margem Financeira Bruta permaneça praticamente a mesma entre 1998 e 1999, já que tanto a Taxa de Retorno sobre o Ativo como a Taxa de Despesas Financeiras diminuíram em 1999.

Gibbons & Meehan (2001) fazem um estudo comparativo apresentando valores para alguns índices de três IMFs no mundo todo (Tabela 6). Eles definem a Sustentabilidade Financeira como a capacidade da IMF cobrir suas Despesas Operacionais, assim como as despesas com ajustes da inflação e subsídios. Os ajustes com a inflação têm dois objetivos: medir o “custo da inflação” sobre o valor do capital e medir o impacto positivo da inflação sobre o Ativo Financeiro e sobre o Passivo Total. Assim, também existem dois tipos de subsídios que devem ser ajustados: os subsídios explícitos, que são as doações diretas recebidas pelas IMFs para cobrir as Despesas Operacionais e os subsídios implícitos que são os empréstimos recebidos pela IMF a uma taxa de juros menor que a de mercado e as doações em espécie, como, por exemplo, as instalações e aluguéis.

¹⁸ CHRISTEN, R.P.; RHYNE, E.; VOGEL, R.C.; MCKEAN, C. **Maximizing the outreach of microenterprise finance**: an analysis of successful microfinance programs. Washington: USAID, Aug. 1995. 67p. (Program and Operations Assessment Report, 10)

Tabela 6. Mundo: auto-sustentabilidade de diferentes IMFs em dez. de 1998

		CARD Filipinas	Crecer Bolívia	FINCA Uganda
Auto-Sustentabilidade Operacional (%)	(Receitas Operacionais) / (Despesas Financeiras + Provisão para Devedores + Despesas Administrativas)	102,2	93,8	105,5
Auto-Sustentabilidade Financeira (%)	(Receitas Operacionais) / (Despesas Financeiras + Provisão para Devedores + Despesas Administrativas + Ajustes)	95,9	85	79,7

Fonte: Gibbons & Meehan (2001)

Como pode-se perceber, duas das três instituições já atingiram a Sustentabilidade Operacional, porém apenas a CARD esteve próxima de atingir a Sustentabilidade Financeira. A importância desses resultados, segundo os autores, está no fato dessas três instituições possuírem um caráter social, voltado para um público de baixa renda. Para eles, esses resultados são bons considerando instituições sem fins lucrativos. A visão de Gibbons & Meehan (2001) é otimista: desse resultados eles afirmam que é possível que uma IMF, mesmo de cunho social, empenhada em atingir as camadas mais pobres da população, consigam atingir a Sustentabilidade Financeira.

4.3 A questão do subsídio

Os dados empíricos (Khandker, 1998) revelam que grandes programas de microcrédito conseguiram cumprir o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus clientes, gerando renda. Entretanto, existem autores que contestam tais programas devido à sua insustentabilidade, como Hulme & Mosley (1996)¹⁹ citados por Gibbons & Meehan (2001). Isso quer dizer que as instituições financeiras que compartilham do

¹⁹ HULME, D.; MOSLEY, P. **Finance against poverty**. Londres: Routledge, 1996. v.1.

mesmo princípio, de emprestar dinheiro aos pobres, não conseguem se tornar suficientes em si mesmos e precisam depender de outras instituições para conseguirem sobreviver.

Surge dessas evidências a questão polêmica que a ajuda de outras instituições assim como do governo é justificável (através de subsídios e doações) para que a IMF se mantenha já que esse tipo de organização gera benefícios sociais.

Para Yaron (1992) os subsídios mais comuns em instituições financeiras são: (1) taxas de juros abaixo do mercado sobre os fundos emprestados; (2) depósito compulsório nos bancos comerciais; (3) reembolso direto de alguns (ou todos) os custos incorridos na instituição financeira; (4) transferências financeiras diretas e (5) isenção de impostos.

Talvez os protestos existentes hoje contra o subsídio sejam mais relativos à forma em que o subsídio é empregado do que à própria idéia de subsídio. Porque muitas vezes o subsídio é aplicado como uma imposição sobre a taxa de juros, e portanto, quem se beneficia é o consumidor (cliente). A preocupação nesse caso é apenas com a condição do microempreendedor e não da IMF. Mas esse subsídio pode ser em benefício da IMF, por exemplo, pagando os custos iniciais que ela venha a ter. Nesse caso, a IMF consegue amadurecer financeiramente e assim cobrar taxas de juros que possam beneficiar o seu consumidor.

Para Gibbons & Meehan (2001) o papel do governo deve ser o de dar apoio às IMFs nos seus primeiros anos de vida para que ela se torne eficiente e sustentável em um prazo aproximado de cinco anos e comece a atrair a atenção dos bancos comerciais pela sua credibilidade e assim consiga captar recursos a um custo abaixo das instituições financeiras comerciais. Os subsídios dos governos têm uma função importante no financiamento de uma IMF que está se formando: a de cobrir os custos fixos altos de abertura. Todavia, para esses autores especificamente as ONGs possuem função social e, portanto, possivelmente não atingirão a Sustentabilidade Financeira.

Se a IMF demonstrar ser sustentável com recursos subsidiados, poderá acumular capital de maneira a deixar de depender dos recursos do governo. Para isso é necessária uma alta taxa de rendimento do Ativo. Um contraponto é que, quando não há subsídios, é possível servir aos clientes pobres se a IMF cobrar uma taxa de juros alta o suficiente para alcançar a eficiência (Meyer, 2002). Entretanto, altas taxas de juros geram problemas de seleção adversa e risco moral apresentados mais adiante nesse trabalho.

No Bank for Agriculture and Agricultural Cooperatives (BAAC) na Tailândia, apesar do *spread* entre a taxa de depósitos paga e a taxa de juros do empréstimo ser muito baixa (devido à imposição de tetos de taxas de juros) ocorre que os bancos privados são obrigados a depositar poupança no BAAC (diminuindo os custos de captação dos fundos) permitindo que ele seja lucrativo mesmo com um baixo *spread* (Yaron, 1994).

Um dos fatores mais importantes nessa discussão é a necessidade da IMF ser eficiente, independente da política adotada pelo governo ser a de imposição de tetos para as taxas de juros cobradas pelos programas de microcrédito, ou a de subsídios sobre as taxas de juros cobradas das IMFs; ou a cobertura de seus custos fixos. Esse enfoque diverge do enfoque dado sobre os subsídios nas políticas de crédito agrícola em décadas anteriores. Nesse período a ênfase estava na necessidade de subsídios, porém, sem a contrapartida da necessidade de eficiência financeira das instituições. Junqueira (2003)²⁰ – citado por Junqueira & Abramovay (2003) afirma que as organizações que trabalhavam com programas de financiamento rural encaravam os programas como ...“*sociais altamente subsidiados, travestidos de financiamento*”p.8. É importante lembrar que o objetivo (imposto ou não) do microcrédito é tentar ofertar o crédito a uma taxa de juros a mais baixa possível para o pobre; então, é necessário que a instituição

²⁰ JUNQUEIRA, R.G.P. Finanças solidárias e agricultura familiar: o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária. São Paulo, 2003. 114p. Dissertação (Mestrado) – PROCAM - Interunidades em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

seja eficiente. Devido a esses fatores, torna-se importante o estudo detalhado dos custos gerados pelas IMFs no processo de transação dos empréstimos.

Yaron (1992) estabelece qual deve ser a taxa de juros que uma instituição financeira deve cobrar para atingir a Sustentabilidade Financeira independente de subsídios. Ele defende que quase a totalidade dos subsídios necessários para se manter instituições de desenvolvimento financeiro (IDFs) não são capturados pelos processos contábeis e, portanto, índices como o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, que têm sido amplamente utilizados para avaliar o desempenho das IDFs, apresentam um quadro distorcido da situação financeira da instituição. O autor afirma que são freqüentes os casos em que os subsídios superam muito o valor dos lucros (ou perdas) das IDFs. Na tentativa de esclarecer tais questões o autor propôs o cálculo de um índice que denominou índice de Dependência de Subsídios Subsidy Dependence Index (SDI). O SDI é uma ferramenta útil para produzir uma análise mais abrangente do desempenho financeiro de uma instituição de microcrédito.

Segundo Yaron (1992), a Sustentabilidade Financeira é atingida quando o Retorno sobre o Patrimônio Líquido é maior ou igual ao custo de oportunidade dos fundos destinados a empréstimos. A SDI calcula a porcentagem de aumento na taxa de juros média necessária para compensar a IMF pela eliminação dos subsídios, em um dado ano, mantendo-se o Retorno sobre o Patrimônio Líquido igual ao custo de emprestar sem subsídios.

Esse índice assume que o aumento nas taxas de juros é a única maneira de eliminar o subsídio, não considerando outras possibilidades como:

1. excluir as atividades que mais geram perdas;
2. usar critérios rígidos para acessar planos de investimento e processar empréstimos; e,
3. aplicar uma política mais agressiva e eficiente de coleta de empréstimos.

Yaron (1994) realiza um estudo dos índices de subsídio de quatro organizações de microcrédito na Ásia: o Grameen Bank (GB), o Bank for Agriculture and Agricultural Cooperatives (BAAC) na Tailândia, o Badan Kredit Kecamatan (BKK) e o Bank Rakyat Indonésia Unit Desa (BRI-UD), esses dois últimos na Indonésia. A Tabela 7 apresenta o resultado do cálculo desses índices.

Tabela 7. Ásia: índice de dependência de subsídios (SDI) de quatro IMFs entre 1987 e 1989

Indicador (%)	BKK		BRI-UD		BAAC		GB	
	(Indonésia)		(Indonésia)		(Tailândia)		(Bangladesh)	
	1987	1989	1987	1989	1987	1989	1987	1989
SDI	24	20	3	-8	28	26	180	130
Taxa de juros cobrada pela IMF	35,8	33,8	41,9	40,1	12,3	11,9	13,3	12,0
Taxa de juros que a IMF deveria cobrar	44,4	40,5	43,0	37,1	15,7	15,0	37,2	27,6

Fonte: Yaron (1994)

Nota: o valor do SDI representa a porcentagem de variação que a IMF deveria fazer na taxa de juros cobrada para eliminar o subsídio

Os dados da Tabela 7 indicam como essas instituições possuem diferenças no grau de dependência de subsídios. A mudança do SDI de 3 para (-8) % de BRI-UD indica que durante os anos de 1987 e 1989 essa IMF conseguiu se tornar independente de subsídios a ponto de em 1989 poder diminuir 8% a taxa de juros cobrada e ainda ser suficiente financeiramente. A velocidade com que BRI-UD se tornou independente de subsídios está ligada com a economia de escopo da instituição, que já possuía uma infraestrutura ofertando crédito em outras linhas.

Em contraste, nota-se a alta dependência de subsídios por parte do Grameen Bank durante os anos analisados. O Grameen Bank recebe empréstimos de fundos subsidiados e aplica em bancos privados com altas taxas de depósitos. Essa combinação,

aliada às taxas de juros reais positivas é suficiente para cobrir as Despesas Operacionais e as perdas. Percebe-se uma diminuição na dependência de subsídios entre 1987 e 1989. A eficiência obtida através do tempo pode diminuir o subsídio assim como as Despesas Administrativas por dólar emprestado (Yaron, 1994).

Yaron (1994) propõe que quatro fatores são críticos para eliminar a dependência de subsídios: taxas de juros positivas (reais), altas taxas de recuperação de empréstimos, encorajamento de depósitos voluntários e contenção de Despesas Administrativas.

4.4 Empréstando para os pequenos tomadores de crédito

Todo credor se depara com um dilema quando ele deve tomar a decisão de emprestar. Esse dilema é causado porque toda a realização de um contrato possui um custo fixo inerente a ele. Esses custos fixos podem ser diluídos de duas formas. O credor pode optar por ofertar grandes valores de empréstimos para poucos tomadores ou pequenos valores de empréstimos para muitos tomadores. Considerando um valor igual para a taxa de juros sobre o empréstimo, na primeira situação (poucos tomadores e valor alto do empréstimo) o custo fixo pode ser coberto com poucos empréstimos uma vez que a receita obtida com a cobrança de juros sobre o valor do empréstimo é alta. Na segunda situação, o custo é diluído depois de muitos empréstimos já que o valor recebido com a taxa de juros sobre o empréstimo é pequeno.

Entretanto, para Rhyne (1998), em condições de perfeita informação, é mais difícil emprestar para pessoas que demandam empréstimos pequenos, devido à dificuldade de diluição dos custos, principalmente no início das operações de crédito, por causa do alto custo de implantação de uma agência, assim como os custos fixos associados à manutenção da estrutura física da instituição financeira (aluguel, energia, telefone etc), impostos, regulamentações do governo e custo de oportunidade do capital investido. Os custos associados à coleta e processamento de informações sobre clientes,

planejamento e monitoramento das transações também são considerados altos em relação ao valor do empréstimo para a população pobre.

Além desses custos administrativos, existe o problema dos custos relativos ao risco de crédito. Considerando que na realidade o mercado de crédito não trabalha em perfeita informação, o sistema tradicional exige garantias que o pobre não possui para oferecer na tentativa de resolver o problema da assimetria de informações. Nas sessões seguintes, os dois custos serão tratados mais detalhadamente e serão descritos quais são as propostas atuais que o microcrédito traz para conseguir lidar com tais problemas.

4.5 Os custos de transação

Todo o conceito de custos de transação surgiu devido ao início dos estudos sobre o relacionamento das instituições econômicas. O primeiro autor a trazer a idéia que o funcionamento de mercado não ocorre sem custos, por ele denominados de custo de transação - foi Coase (1937). O autor dividiu os custos de transação em dois tipos, simplificadamente: custo de coleta de informações e custo de negociar e estabelecer contratos. O primeiro refere-se à necessidade de informações sobre a idoneidade do parceiro econômico e o segundo estabelece que, para evitar o oportunismo, é necessária a realização de contratos.

Williamson (1985), considerou que os agentes econômicos possuem racionalidade limitada e são oportunistas, aumentando os custos de transação, já que os agentes envolvidos precisam se proteger dos riscos associados às relações de troca da transação (Farina et al., 1997).

A idéia de Coase se expandiu com outros autores. O custo da informação, por exemplo, não se limita apenas à coleta de informações, mas é também o custo da assimetria de informação, capacidade de processamento de informação e o custo *ex-post* de monitoramento das atividades previstas em contrato (Farina et al., 1997). Na

literatura internacional diversos artigos relativos ao custo de elaboração e execução de contratos surgiram em publicações ligadas ao estudo de leis e economia²¹.

Várias definições de custos de transação coexistem de um modo complementar, sendo que cada autor privilegia, naturalmente, as características dos custos de transação especialmente importantes para as questões específicas que pretende responder (Farina et al., 1997).

O conceito de custos de transação apresentado por Farina et al. (1997, p.228) “são os custos ex-ante de esboçar, negociar e salvaguardar um acordo e, sobretudo, os custos ex-post decorrentes de problemas de adaptação que surgem quando a execução de um acordo é imprecisa como resultado de atrasos, erros e omissões”. Esses autores afirmam que os custos de transação são diferentes de acordo com a organização analisada: ...“dado que diferentes formas de organização apresentam um nível distinto de controle sobre uma transação, cada uma delas lida diferentemente com a ação oportunista e seus custos em uma transação que empregue ativos específicos” (p.50).

Quando ligados ao mercado financeiro, Adams (1993) define custos de transação como gastos explícitos e implícitos incorridos pelos participantes do mercado financeiro para se efetivar uma transação financeira. Segundo esse autor, os custos de transação podem ser distribuídos entre os cinco maiores participantes do mercado financeiro: tomadores de empréstimo, depositantes, credores (prestacionistas), mobilizadores de poupança e reguladores.

O custo a ser analisado nesse estudo está relacionado ao custo dos credores, conhecido na literatura internacional como “*lender cost*”. Esse custo é composto basicamente das atividades de reunir, colher e processar informações necessárias para examinar potenciais tomadores de empréstimos, processar empréstimos e colaterais, monitorar os empréstimos e gastos gerados com o recolhimento dos repagamentos e

²¹ COASE, R.H. The problem of social cost. **The Journal of Law and Economics**, v.3, Oct. 1960. DEMSETZ, H. The exchange and enforcement of property rights. **The Journal of Law and Economics**, v.7, 1964.

colaterais. Parte significativa desses custos é a administração do empréstimo com relação ao risco envolvido no crédito (Adams, 1993).

Benston & Smith (1976) sugerem que um ativo financeiro, em um mercado de competição perfeita, deva ser precificado de acordo com os seguintes itens:

1. taxa pura de risco, que em um mundo de dois períodos iria corresponder à taxa marginal de substituição entre um período e outro;
2. prêmio pelo risco;
3. compensação pelos custos de administração, monitoramento e processamento impostos ao prestador.

O prestador deve cobrar uma taxa de juros suficiente para compensá-lo pela escolha do ativo mais arriscado que o tomador vai querer adquirir. Se os colaterais são incluídos no acordo de crédito, o custo da informação imposto ao prestador deve ser significativamente menor. Os contratos de crédito limitam o poder de informação assimétrica que os tomadores tem e permitem que os prestadores não ofereçam o crédito a uma taxa de juros tão alta. Portanto, o custo da informação para os prestadores é menor. A importância do contrato no mercado financeiro diz respeito aos ativos ofertados serem considerados “quase-renda”, de alta liquidez: o cliente recebe um valor monetário para investir e não o bem físico (Benston & Smith, 1976).

Porém, para Klein (1980), realizar contratos é muito custoso. Geralmente os contratos não conseguem garantir efetivamente que os comportamentos oportunistas não ocorram porque é muito caro para realizar um contrato explicitando todos os arranjos necessários. Como o custo disso é exorbitante, então os contratos geralmente não são eficientes.

Dadas as exigências do mercado financeiro tradicional para a obtenção do crédito, antigamente o credor acreditava ser mais difícil conseguir atingir a

Sustentabilidade Financeira se emprestasse para os mais pobres já que esses não possuem nenhuma garantia em forma de penhor para oferecer em troca do empréstimo.

As maiores críticas realizadas à Economia dos Custos de Transação (ECT) são devidas à sua dificuldade de mensuração e conceituação (Farina et al., 1997). Os custos de transação variam de acordo com os diferentes atributos das transações, que são: especificidade dos ativos envolvidos; frequência e duração das transações; complexidade e incerteza quanto aos resultados, dificuldade de mensuração do desempenho das instituições.

Baseado em Meyer & Cuevas (1990)²², citados por Barros et al. (1990), os custos de transação dos credores correspondem à remuneração dos recursos humanos e materiais que agem nas instituições financeiras, englobando desde a seleção do cliente, a obtenção do dinheiro pelo tomador de empréstimos, até sua recuperação quando do vencimento do contrato.

Barros et al. (1990) calculam o custo de transação para a linha de crédito rural em alguns bancos comerciais no Brasil. Para tanto, dividem os custos de transação em despesas diretas e indiretas. As despesas diretas são os recursos humanos e materiais que estão diretamente ligados com a linha de crédito rural, enquanto as despesas indiretas são as despesas fixas da agência que são distribuídas para todas as linhas de crédito. A participação do custo fixo sobre a linha de crédito rural é uma proporção do volume de crédito rural transacionado em relação ao volume de crédito total de todas as linhas de crédito da agência. Os custos incluídos no conceito de custos de transação para os credores são, de acordo com Barros et al. (1990):

- a) Despesas diretas, que se dividem em:
 - a1) Despesas com pessoal envolvido com o crédito rural.

²² MEYER, R.L.; CUEVAS, C.E. **Reducing the transaction costs of financial intermediation: theory and innovations**. Columbus: The Ohio State University, Department of Agricultural Economic and Rural Sociology, Agricultural Finance Program, 1990.

- a2) Outras despesas: contratação de serviços de terceiros para avaliação, fiscalização, diárias de funcionários, combustíveis, lubrificantes, taxas e impostos etc.
- b) Despesas indiretas incluindo:
 - b1) Despesas fixas com pessoal envolvido em outras atividades.
 - b2) Outras despesas fixas da instituição (aluguel, água, esgoto, luz, imposto predial, manutenção, limpeza etc).
 - b3) Despesas variáveis da instituição (serviço de impressão, comunicações, publicidade etc).

De acordo com Adams (1993), o custo de transação do prestador está incluído na expressão: retorno líquido obtido pelos credores relativos ao empréstimo realizado (NRL) é igual aos juros pagos pelo empréstimo (IL) menos o custo de transação por parte do credor (L) menos o custo de oportunidade dos fundos (CF) menos os empréstimos perdidos (LL), menos o custo de submeter os empréstimos às regulamentações prudentes a fim de assegurá-lo²³ (LR):

$$NLR = IL - L - CF - LL - LR \quad (1)$$

Para Desai & Mellor (1993), os custos de transação são de dois tipos: custos administrativos e custos associados ao risco de crédito. Geralmente costuma-se detalhar os custos administrativos, mas quanto aos custos associados ao risco de crédito, a maioria das instituições não tem domínio e precisão sobre eles. Para esses autores o

²³ Mesmo que a informação fosse perfeita, ainda existiriam custos para a resolução de eventuais disputas contratuais e, em estabelecido o contrato, execução do mesmo. A própria regulamentação do contrato ao ambiente institucional é custosa (Farina et al., 1997).

custo total na instituição financeira é igual à soma dos custos de transação e custos financeiros.

A fim de obter resultados mais explícitos, Barros et al. (1990) demonstram os custos de transação em forma de porcentagem do valor total dos empréstimos realizados em um dado período de tempo:

$$\text{Custo de Transação (\%)} = \frac{\text{Custos de Transação}}{\text{Valor total dos empréstimos}} \quad (2)$$

Para Desai & Mellor (1993) e Heidhues et al. (2002), a fim de que os custos de transação possam ser comparados com outras instituições, eles devem ser definidos em termos de porcentagem da soma do Ativo Total mais o Passivo Total²⁴ da instituição financeira. Isso deve acontecer em instituições de microcrédito que possuem a permissão de captar poupança, que nem sempre é repassada como empréstimos. Essa definição é diferente da expressão usada por Barros et al. (1990) e da usada na literatura de contabilidade e administração financeira, que define custos médios de transação como porcentagem apenas do Passivo.

4.6 O mercado imperfeito de crédito

Em geral, o mercado de crédito configura uma situação em que a quantidade demandada por empréstimos é maior que a quantidade ofertada e o crédito é racionado na maioria dos casos. Se os preços exercessem sua função, o racionamento não deveria existir. Mesmo se os mercados não fossem competitivos, não deveria existir racionamento. A maximização do lucro iria, por um tempo, permitir a um banco monopolista, por exemplo, aumentar a taxa de juros que ele cobra sobre os empréstimos até o ponto no qual o excesso de demanda fosse eliminado (Stiglitz, 1981).

²⁴ Sendo o Passivo Total composto de Exigível Total mais Patrimônio Líquido.

Dado um tipo de racionamento de crédito: em uma amostra de tomadores idênticos, alguns recebem os empréstimos e outros não; tomadores em potencial serão incapazes de tomar os empréstimos mesmo estando dispostos a pagar mais do que a taxa de juros de mercado ou oferecer mais garantias do que as exigidas. Para o banco um aumento na taxa de juros ou um aumento nas exigências dos colaterais, elevaria o risco do seu portfólio de empréstimos, desencorajando os investidores “seguros” e induzindo os tomadores a investir em projetos mais arriscados, o que poderia diminuir os lucros do banco (Stiglitz, 1981). Os problemas relacionados ao racionamento de crédito estão diretamente ligados à pressuposição de informação imperfeita. De acordo com Stiglitz (1981), essa situação, entretanto, dificilmente se verifica empiricamente, o que leva à questão da informação assimétrica.

Quando um tomador pede emprestado ao credor, este se encontra em desvantagem de informação. O tomador deve ter gasto anos trabalhando no projeto que agora requer financiamento. O credor sabe pouco ou nada a respeito tanto do projeto, quanto do tomador. Essa assimetria de informação leva a dois problemas: a seleção adversa que acontece antes do acordo do empréstimo ser fechado e o risco moral, ocorrendo depois do empréstimo se concretizar (Fry, 1995).

Essa situação cria a possibilidade de comportamentos oportunistas decorrentes da existência de assimetria de informação. Inúmeros modelos que consideram tais comportamentos vêm sendo denominados na literatura como modelos agente-principal (Braga, 1998).

“Num modelo tipo agente-principal a transação econômica é realizada entre dois indivíduos, sendo que um deles detém informação privilegiada e que afeta o bem estar de sua contra parte na transação. A parte menos informada é conhecida como principal e a parte que detém a informação privilegiada é denominada agente”. (Braga, 1998, p.2)

Não havendo perfeita informação é possível que o sistema de concorrência nem seja o melhor sistema. Por exemplo, tome-se uma localidade na qual existam muitas instituições de microcrédito (IMFs); um tomador pode se sentir confortável em pegar um empréstimo em uma IMF, não pagar, pegar um empréstimo em outra IMF que não possui informações sobre esse possível cliente e também não pagar e continuar assim sucessivamente. A falha no sistema de informação favorece comportamentos oportunistas.

4.6.1 Seleção adversa

A seleção adversa é o problema que ocorre antes do empréstimo ser negociado. Esse problema foi introduzido na literatura por Akerlof (1970), na análise do comportamento do mercado de automóveis usados. Nesse mercado existem carros em bom estado de conservação e carros ruins. Quem possui o conhecimento sobre o estado do carro é o vendedor e o comprador geralmente não detém informação nenhuma a esse respeito. O comprador, por não identificar a qualidade dos carros, acaba por revelar sua disposição de pagar um preço médio, muito abaixo do valor de um carro novo. A esse preço, somente os vendedores que possuem veículos com baixa qualidade é que estarão dispostos a ofertá-lo no mercado, já que poucos vendedores estarão dispostos a ofertar veículos de qualidade superior por um preço baixo.

A seleção adversa ocorre no mercado de crédito em situações em que a intenção dos credores é a de emprestar para tomadores com altas probabilidades de repagamento. Entretanto, os primeiros a demandarem o crédito são geralmente os que têm projetos mais arriscados que os outros. Com maior probabilidade de inadimplência, os bancos iriam preferir não emprestar a eles. Entretanto, se o banco decide aumentar a taxa de juros como medida para cobrir os riscos contidos nesse problema, as oportunidades de investimento e retorno para os indivíduos tomadores de crédito diminuem (Robinson, 2001). A demanda será justamente dos tomadores que optam por investimentos mais arriscados, que, se bem sucedidos, geram altos retornos (Fry, 1995).

4.6.2 Risco moral

O problema de risco moral também está ligado a comportamentos oportunistas por informações ocultas. Ele ocorre depois do empréstimo se concretizar. Após a realização da transação entre o agente e o principal, este passa a sonegar informações ou mentir sobre os resultados. Tais situações ocorrem quando não é possível distinguir se os resultados decorrem de ações do agente ou de eventos aleatórios (Braga, 1998).

As instituições dispostas a ofertar crédito não detêm todas as informações necessárias para conhecer seu cliente. Isso faz com que o risco de ofertar crédito aumente, já que não é possível conhecer os indivíduos que são propensos à inadimplência.

4.7 As tecnologias empregadas nos programas de microcrédito

A fim de solucionar os problemas do risco e conseqüente racionamento de crédito para população de baixa renda, os programas de microcrédito sugerem a união de algumas tecnologias: grupo solidário, incentivos dinâmicos, pagamentos regulares agendados e substitutos dos colaterais. Todos esses mecanismos possibilitam aumentar as taxas de repagamento dos empréstimos (Morduch, 1999).

4.7.1 Finanças de proximidade

Junqueira e Abramovay (2003) afirmam que a dificuldade de diminuir a assimetria de informações das atividades de microcrédito pode ser resolvida pela chamada “finanças de proximidade”: a densidade das ligações pessoais entre emprestador e tomador permite o acesso a informações que seriam inacessíveis em um sistema de obtenção de informações de clientes através de questionários e “dados

cadastrais”. A confiança permite que existam trocas de informações entre esses agentes que não são possíveis se o crédito fosse ofertado apenas com base em dados a respeito do patrimônio, renda, idade etc.

Um caso bem sucedido no Brasil de finanças de proximidade é o Sistema Cresol. O amplo envolvimento social dos indivíduos participantes dessa cooperativa de crédito permite a criação do capital social.

Os custos de realizar o acordo podem ser menores uma vez que o sistema jurídico deve ser pouco utilizado. Os custos *ex-ante*, por exemplo, de elaboração de contrato podem ser baixos porque os contratos são feitos informalmente, com base no capital social.

4.7.2 Grupo solidário

O grupo se responsabiliza em pagar os empréstimos em atraso de qualquer indivíduo participante desse grupo específico. Isso constitui o “aval” solidário; como não existem garantias físicas, os demais membros do grupo garantem que o empréstimo será pago. Essa tecnologia está embasada no conceito de “capital social”, isto é, o grupo se reúne com base na confiança que um membro tem pelo outro. Sendo assim, a responsabilidade coletiva do grupo serve como colateral para o empréstimo (Toneto e Gremaud, 2001).

O grupo solidário possui vantagens primeiro porque diminui os problemas de seleção adversa ao incentivar a formação de grupos com características similares, que muito provavelmente já tenham um certo grau de conhecimento entre si, e que portanto, estejam dispostos a se afiliarem no objetivo de conseguirem empréstimos. Nos grupos solidários é possível discriminar indivíduos e capturar informações importantes com mais facilidade que nos empréstimos individuais (Morduch, 1999).

Outra vantagem do grupo solidário é que ele reduz o problema de risco moral. A instituição de microcrédito dá incentivos para que o grupo escolha investimentos mais seguros; sendo assim, o grupo vai sempre forçar que todos os seus membros optem pelo investimento menos arriscado (Morduch, 1999).

4.7.3 Incentivos dinâmicos²⁵

O programa faz empréstimos menores no início e se as parcelas forem salgadas corretamente o volume do segundo empréstimo aumenta. Esse tipo de incentivo serve tanto para o grupo como individualmente e possibilita obter mais informações do cliente a um risco menor (Morduch, 1999). O simples fato de impor ao mal pagador a possibilidade de corte nos empréstimos futuros já é um incentivo ao pagamento. Porém, só o é se não houver outras possibilidades de financiamento. Para que o incentivo seja efetivo é também necessário que o limite de crédito seja incerto. Não deve, portanto, ficar claro ao tomador se haverá a possibilidade de renovação ou se o valor do empréstimo irá aumentar. Porque uma vez que o tomador saiba qual será a data prevista para o término do contrato, provavelmente ele terá um estímulo para ser inadimplente no último período (Toneto e Gremaud, 2001). Nesse mecanismo incorrem altas taxas de repagamento, porém, altos custos de monitoramento (Morduch, 1999).

4.7.4 Pagamentos regulares agendados

Os pagamentos devem ser efetuados em um curto período de tempo após o desembolso do empréstimo. Isto é, praticamente não há prazo de carência. Opta-se por receber a devolução do empréstimo em pequenas quantidades de dinheiro e mais freqüentemente (Morduch, 1999).

²⁵ Conhecido também na literatura como “empréstimos progressivos” e empréstimos em escada ou em passos.

4.7.5 Substitutos dos colaterais

Como os pobres não possuem bens físicos ou nenhum outro tipo de colateral, se faz necessário, portanto, substituir os colaterais. Para tanto, criam-se fundos de segurança obrigatórios como o pagamento de seguros e a poupança compulsória. A primeira opção, na qual uma parcela do empréstimo é destinada ao pagamento de um seguro logo na efetivação do empréstimo, eleva o custo do empréstimo, o que pode causar problemas diversos, até mesmo a exclusão de tomadores potenciais (Morduch, 1999).

A segunda opção remunera o valor do empréstimo que deve ficar retido como colateral. Entretanto o valor da taxa de juros dessa poupança obrigatória é inferior à taxa de juros do empréstimo, o que remunera e favorece a instituição. Essa opção também eleva o custo, porém em escala menor. É o que acontece no Grameen Bank. Cinco por cento de todo o empréstimo vai para um fundo de segurança pertencente aos próprios tomadores de empréstimos (Toneto e Gremaud, 2001).

4.8 Discussão sobre crédito solidário e crédito individual

Durante o processo de evolução das inovações tecnológicas dos programas de microcrédito instaurou-se uma discussão sobre os custos de transação nos programas que realizam empréstimos individuais e empréstimos em grupo.

A Figura 7 sugere que o custo de transação para os credores nas operações com os grupos solidários é menor nos primeiros empréstimos do que os custos de transação das operações com empréstimos individuais. Isso acontece porque coletar as informações sobre os tomadores de empréstimos é muito custoso. Nos empréstimos individuais o custo dessa operação é inteiramente do credor e, portanto, no crédito individual os custos de transação são maiores para os credores do que para os tomadores

de empréstimos. No crédito solidário os agentes transferem o custo de transação para o grupo, fazendo com que este assuma grande parte do risco da transação.

Figura 7 - Custos de transação nos grupos solidários e em empréstimos individuais

À medida que os empréstimos vão sendo renovados, e o volume emprestado aumenta, esses custos diminuem para os empréstimos individuais enquanto que o custo de transação dos empréstimos para o grupo solidário permanece praticamente o mesmo. Os custos diminuem no empréstimo individual porque todas as informações obtidas no início do contrato são reaproveitadas e tais custos se diluem no processo.

Em se tratando de custos de transação total, isto é, prestacionistas mais mutuários, então o custo de transação para empréstimos individuais pode ser maior que o custo de um grupo solidário.

Em um estudo realizado em três diferentes organizações de microcrédito em Camarões, África, constata-se algumas diferenças entre os custos de transação para empréstimos individuais e empréstimos em grupo (Heidhues et al., 2002). Nesse país foram analisadas três instituições, quais regem, a Fonds d'Investissement des Micro-

réalisations Agricoles et Communautaires (FIMAC); Crédit Agricole du Cameroun (CAC) e a Cameroonian Cooperative Credit Union League (CamCCUL).

A FIMAC e a CAC são organizações que operam com o crédito solidário. Já a CamCCUL opera com crédito individual. Para todas elas foram estimados os custos de transação²⁶ tanto dos tomadores de empréstimos quanto os custos de transação para os credores. Para a FIMAC e a CAC os custos de transação dos tomadores de empréstimos foram subdivididos em custos de transação do indivíduo tomador de crédito no grupo solidário e custos de transação do grupo tomador de empréstimos dos credores. A Figura 8 revela os resultados obtidos. As setas para cima indicam os custos de transação dos mutuários e setas para baixo indicam os custos de transação dos credores.

²⁶ Medido em porcentagem do total de ativos e passivos da organização.

Figura 8 - Custos de transação de diferentes instituições de microcrédito em Camarões

Fonte: Heidhues et al. (2002)

O custo unitário de transação do credor na FIMAC foi calculado como a porcentagem em relação ao volume de crédito em aberto mais o volume que já foi pago. Já o custo unitário de transação dos credores da CAC é medido em porcentagem do volume de crédito ofertado mais o volume de poupança captado e o custo de transação unitário tanto dos credores como dos mutuários da CamCCUL, é medido como a porcentagem do volume de crédito ofertado mais o volume de poupança captado pela cooperativa. A soma das porcentagens representadas nas setas não soma cem por cento (100%) porque o custo de transação dos tomadores não faz parte da contabilidade dos credores.

Percebe-se que em todas as organizações o custo de transação para os credores é menor que o custo para os mutuários. Além disso, em termos relativos, se considerado apenas o custo dos credores, então a CamCCUL tem o menor custo. A

conclusão dos resultados segundo os autores (Heidhues et al. 2002) é que os grupos solidários também estão sujeitos aos problemas de informação assimétrica e risco moral.

Para que o crédito individual seja menos custoso é necessário que a equipe de crédito seja eficiente porque é ela a responsável por captar as informações a respeito do cliente e disso deduzir se a transação é mais ou menos arriscada.

4.9 Custos de transação associados ao risco de crédito e o cálculo da inadimplência

A importância do controle da inadimplência é demonstrada por Araújo (1996). Ele considera os custos de transação como percentuais do volume total emprestado e os divide em:

- a) custo de captação de fundos (F);
- b) custo de administração (operacionais) dos créditos concedidos (A);
- c) prêmio do risco (PR) proveniente da inadimplência (I).

Quando não há inadimplência, o custo de emprestar se resume na soma de (F) e (A), porém, se a parcela do crédito concedido não é quitada, o tomador não está saldando também a parte dos custos administrativos e de captação atribuídos aos empréstimos não quitados. Define-se o prêmio do risco pela equação (Araújo, 1996 citando Bottomoley²⁷, 1975):

$$PR = \frac{I(1 + F + A)}{1 - I} \quad (3)$$

²⁷ BOTTOMOLEY, A. Interest rate determination in underdeveloped rural areas. **American Journal of Agricultural Economics**, v.57, n.1, p.279-291, 1975.

Usando esse conceito, Baker & Ochan²⁸ (1979) – citado por Araújo (1996), desenvolvem uma equação para o custo de emprestar (CE):

$$CE = F + A + \frac{I(1 + F + A)}{1 - I} \quad (4)$$

Percebe-se que, a partir da expressão (4), quando a Taxa de Inadimplência (I) cresce, o custo de emprestar aumenta mais do que proporcionalmente ao aumento dos outros dois custos.

A fim de manter um controle sobre os atrasos e se prevenir das possíveis perdas com a inadimplência é necessário que a gerência de uma organização de microcrédito estipule metas e provisões sobre a carteira de crédito. As SCMs são obrigadas a provisionar os créditos de liquidação duvidosa, já as OSCIPs e ONGs não possuem essa obrigatoriedade. O BNDES sugere a elaboração de um relatório da carteira de crédito com diferentes porcentagens de provisão para diferentes períodos de atraso (IBAM, 2001 e Bruett et al., 2002). Isso pode ser melhor visualizado nas Tabelas 8 e 9.

Tabela 8. Metas para a qualidade da carteira de crédito

Indicador	Meta	Critério mínimo
Carteira em risco > 30 dias	< 3%	< 5%
Carteira em risco > 1 dia	< 5%	< 15%
(n. de empréstimos renegociados) / (n. total de empréstimos)	< 1%	< 3%
Empréstimos considerados como perdas	> 90 dias	> 180 dias

Fonte: IBAM (2001)

A Tabela 8 mostra as metas que o BNDES sugere para a manutenção da qualidade da carteira. Assim, por exemplo, estipula-se como meta que a Carteira Ativa

²⁸ BAKER C.B.; RICHARD, M.; ONCHAN, T. Agricultural credit in Thailand. Columbus: The Ohio State University, 1979. (Unpublished paper)

com empréstimos em mais de trinta dias de atraso deve ser menor que 3% da Carteira Ativa Total e a exigência mínima admitida é que ela represente 5% desse valor. Os empréstimos devem ser considerados perdas e retirados das demonstrações contábeis quando possuírem parcelas em mais de cento e oitenta dias de atraso, porém, a meta é que empréstimos com parcelas atrasadas em mais de noventa dias já sejam considerados como perdas. A Provisão para Devedores Duvidosos deve ser, no mínimo, maior que a inadimplência ou maior que 4% da carteira como meta IBAM (2001).

Tabela 9. Porcentagem de provisionamento da carteira de crédito de acordo com o número de dias de atraso dos empréstimos

Dias em atraso	% de provisão
1 – 30 dias	10% do saldo
31 – 60 dias	50% do saldo
61 – 90 dias	75% do saldo
> 91 dias	100 % do saldo
Empréstimos renegociados	25 % do saldo

Fonte: IBAM (2001) e Bruett et al. (2002)

A Tabela 9 mostra a porcentagem do saldo total emprestado que deve ser provisionado de acordo com o número de dias que as parcelas de um empréstimo se encontram em atraso. Se alguma parcela de um empréstimo se encontra atrasada de trinta e um a sessenta dias, então 50% do saldo da carteira em atraso deve ser provisionado na contabilidade como possível perda.

Existe uma preocupação sobre a manutenção da qualidade da carteira de empréstimos nas IMFs. É muito importante para a instituição ter informações sobre a eficiência das tecnologias adotadas com o propósito de evitar a inadimplência. Existem,

entretanto, muitas fórmulas para o cálculo da inadimplência em IMFs. Os mais comuns são:

1. Valor das parcelas dos empréstimos em atraso em mais de X^{29} dias / Carteira Ativa;
2. Saldo pendente dos empréstimos com parcelas em atraso em mais de X dias / Carteira Ativa;
3. Perdas Efetivas³⁰ / Carteira Ativa;
4. Provisão para Devedores Duvidosos / Carteira Ativa;
5. Número de empréstimos renegociados / número total de empréstimos.

Dentre os índices apresentados, os mais utilizados são os dois primeiros. Segundo o IBAM (2001), esses métodos possuem alguns problemas. A primeira fórmula subestima o valor da inadimplência real pois só considera as parcelas do empréstimo em atraso e não o saldo total devido. Considera-se nesse método, portanto, que um cliente, com uma parcela em atraso não terá problemas para quitar suas próximas prestações. Além desse problema, essa fórmula fica vulnerável a outras duas questões. Se a Carteira Ativa apresentar um rápido crescimento em um certo período de tempo, então o denominador irá crescer. Todavia, levará um tempo para que os novos empréstimos tenham parcelas inadimplentes, permitindo que o valor do numerador permaneça o mesmo. Assim, com um numerador constante e um denominador crescente, a Taxa de Inadimplência irá aparentemente decrescer, o que na prática pode não ser verdade. O segundo problema diz respeito à possibilidade de renegociação dos empréstimos em atraso. Um empréstimo pode ser renegociado, por exemplo, aumentando os prazos de pagamento das parcelas em haver para a IMF. Se o empréstimo for renegociado, então

²⁹ Os valores mais comuns para “X” são 30, 60, 90 e 180 dias.

³⁰ São considerados como perdas os empréstimos que estão em atraso em mais de 180 dias.

ele deixa de ser considerado inadimplente e, portanto, o numerador da primeira fórmula diminui, diminuindo aparentemente a taxa de inadimplência.

O segundo índice mede a porcentagem da carteira que está em risco, ou contaminada. Ele corrige o problema do primeiro indicador uma vez que contabiliza como inadimplente todo o valor a ser pago dos empréstimos que possuem alguma parcela em atraso. Entretanto, também não consegue resolver o problema de uma rápida expansão na Carteira Ativa.

As Tabelas 10 e 11 apresentam os métodos de cálculo da inadimplência e seus valores no CEAPE (Maranhão) e no Vivacred (Rio de Janeiro).

Tabela 10. Vivacred: taxa de inadimplência em 1998 e 1999

Indicador	1998	1999	Fórmula
Taxa de Inadimplência (%)	9,0	10,0	(Carteira em risco > 1 dia) / (Valor médio da Carteira Ativa)

Fonte: Bezerra (2001)

É interessante notar como a diferença no critério de elaboração do indicador de inadimplência afeta os resultados das duas no CEAPE e no Vivacred. Em 2002, por exemplo, a inadimplência no CEAPE foi de apenas 3%; entretanto, a fórmula utilizada para o cálculo desse índice considera empréstimos em atraso superior a trinta dias e inferior a trezentos e sessenta e cinco dias, enquanto que a Taxa de Inadimplência do Vivacred é calculada com base em uma carteira com atraso a partir de um (1) dia.

Tabela 11. CEAPE Maranhão: evolução de alguns índices de inadimplência e outros em dez/2000 e dez/ 2001 e dez/2002.

Índice	Dez. 2000	Dez. 2001	Dez. 2002	Fórmula usada
Índice de custo por provisões (%)	7,9	6,6	(1,7)	(Resultado líquido de provisões) / (Carteira Ativa bruta média sobre 13 meses)
Carteira em risco 31-365 dias	7,2	6,3	3,0	(Carteira em risco 31-365 dias) / (Carteira Ativa bruta média sobre 13 meses)
Taxa de perda sobre empréstimos	8,6	6,4	4,6	(Empréstimos considerados perdidos) / (Carteira Ativa bruta média sobre 13 meses)

Fonte: Planet Rating (2003)

Segundo o relatório elaborado pelo Planet Rating (2003) ficou estabelecido que o percentual de Provisão para Devedores Duvidosos a partir de 2002 em toda a rede CEAPE seria de 4% do total da Carteira Ativa – um critério mais conservador de provisão. Devido a essa alteração na metodologia, houve uma reversão na parcela provisionada, transformando o crédito no Balanço Patrimonial em débito. Isso fica evidente no primeiro índice da Tabela 11 no ano de 2002. Apesar de existirem dificuldades de comparação das taxas de inadimplência ao longo dos anos, percebe-se uma grande melhoria na Taxa de Inadimplência (Carteira em Risco 31-365 dias) entre 2000 e 2002. Essa mudança pode ter havido devido ao um rápido crescimento na Carteira Ativa, porém, também deve ter ocorrido por causa da melhoria na eficiência da equipe de crédito na seleção e monitoramento dos clientes. O último índice representa a porcentagem da carteira que foi perdida devido à falta de pagamento dos empréstimos em atraso acima de 180 dias.

4.10 Custos de transação associados à administração do crédito

Yaron (1994) também realiza um estudo comparativo dos custos administrativos de quatro organizações de microcrédito na Ásia e apresenta os valores como porcentagem do Total de Ativos Médio e como porcentagem do total médio emprestado (Tabela 12). As Despesas Administrativas não incluem a despesa com a Provisão para Devedores Duvidosos nem as perdas com a taxa de câmbio.

Tabela 12. Ásia: despesas administrativas como porcentagem do total de ativos e do total emprestado para quatro IMFs em 1987 e 1989

Custos administrativos como porcentagem do:	BKK		BRI-UD		BAAC		GB	
	1987	1989	1987	1989	1987	1989	1987	1989
Total de ativos médio anual	11,6	12,7	15,6	10,2	3,5	3,0	7,6	9,3
Total médio emprestado anual	12,9	14,3	20,6	15,9	4,3	4,7	16,5	16,7

Fonte: Yaron (1994)

BKK: Badan Kredit Kecamatan

BRI-UD: Bank Rakyat Indonésia Unit Desa

BAAC: Bank for Agricultura and Agricultural Cooperatives

GB: Grameen Bank

Segundo o autor, as Despesas Administrativas crescentes do Grameen Bank (GB) e do BKK não são surpresa dado o foco em servir aos clientes mais pobres. O mau desempenho do GB foi devido, aparentemente, ao rápido crescimento de suas agências e a um aumento nas despesas de treinamento (que representavam 29% dos custos administrativos em 1987). Os custos crescentes do BKK também refletem a introdução de procedimentos contábeis mais detalhados e esclarecedores nos anos apresentados (Yaron, 1994). Os custos no BAAC foram muito mais baixos que os demais programas porque as agências veteranas, com mais experiência, deram vantagens para as agências mais jovens que seriam inviáveis a curto prazo. Sua cobertura de 52% da população

rural na Tailândia significa que, ao contrário do GB e do BRI-UD, esse programa não necessita de uma extensiva promoção porque já é bem conhecido pelos seus clientes potenciais. A taxa de crescimento da Carteira Ativa do BAAC de 4% foi modesta contra a taxa do BRI-UD de 36% e do GB de 34%. Isso permitiu manter a eficiência nos custos administrativos em relação à Carteira Ativa no programa (Tabela 12).

Hossain (1988)³¹ apresenta valores para a Despesa Operacional de agências do Grameen com diferentes fases de maturação, que são citados tanto por Yaron (1994) como por Desai & Mellor (1993) (Tabelas 13 e 14). Entretanto, Yaron (1994) apresenta os valores dos custos de transação como porcentagem da Carteira Ativa enquanto que Desai & Mellor (1993) apresentam os valores das despesas operacionais como porcentagem da soma da Carteira Ativa mais o montante de depósitos em poupança no Grameen.

Tabela 13. Grameen Bank: despesa operacional unitário das agências entre 1984-1985
(em mil takas)

Idade da agência	Despesas com Pessoal (I)	Outras Despesas Administrativas (II)	Despesa total (pessoal + administrativa) (III) = (I) + (II)	Carteira Ativa (IV)	Despesa Operacional Total como porcentagem da Carteira Ativa (V) = (III) / (IV)
Até 6 meses	30,8	9,6	40,4	165	24,5%
3 anos ou mais	107,6	20,8	128,4	2.259,0	5,7%

Fonte: Hossain (1988)

Percebe-se que, apesar das despesas aumentarem em termos absolutos com a maturação das agências (Tabela 13), o valor da Carteira Ativa aumenta em uma proporção muito maior fazendo com que a porcentagem da Despesa Total em relação à

³¹ HOSSAIN, M. **Credit for alleviation of rural poverty**: the Grameen Bank of Bangladesh. Washington: International Food Policy Research Institute, 1988.

Carteira Ativa diminua quase para um valor aproximadamente quatro vezes menor. Assim também a Tabela 14 apresenta um declínio acentuado nos custos de transação quando comparado as agências mais novas com as agências mais velhas do Grameen.

Tabela 14. Grameen Bank: custo de transação unitário para agências em diferentes estágios de maturação (1984 – 1985)

Idade	%
Até 6 meses	19,56
6 meses - 1 ano	12,92
1 – 1,5 ano	6,79
1,5 - 2 anos	5,34
2 – 2,5 anos	4,48
2,5 - 3 anos	4,31
Mais de 3 anos	4,51
Média	5,41

Fonte: Hossain (1988)³²

Os resultados de Yaron (1994) mostram que, quando o custo de transação é calculado com relação apenas à Carteira Ativa, a redução nos custos de transação entre as agências é ainda maior, podendo significar que os ganhos de escala são maiores com a expansão da carteira de crédito do que com o recolhimento dos depósitos. Entretanto, as taxas de depósitos também diminuem as Despesas Administrativas principalmente se a poupança for obrigatória e não voluntária (custos de recolhimento são menores).

Desai & Mellor (1993) calculam que, quando o volume de negócios aumenta em uma agência em 100%, os custos de transação aumentam apenas 40% (Tabela 15), mostrando os ganhos de escala das agências do Grameen à medida que elas adquirem mais anos de existência.

³² Hossain, op. cit., p.65.

Tabela 15. Bangladesh, Grameen Bank: parâmetros estimados da função inversa log-log de custo de transação para diferentes agências

Coeficientes relacionados a:						
Variável dependente	Constante	Carteira Ativa mais volume de depósitos	Inverso da Carteira Ativa mais volume de depósitos	R ²	Parâmetro de escala	Número de observações
Custos de transação	-2,498	0,386 ^a (9,399)	-20,112 (-0,801) ^b	0,995	0,40 ^c	7

Fonte: Desai & Mellor (1993)

Notas: valores em parêntese são os valores de t

^a significativa a 1%

^b significativa a 50%

^c significativamente menor que 1, implicando ganhos de escala

Os autores sugerem que as agências podem gerar sua viabilidade a partir dos ganhos de escala ao invés de aumentarem as taxas de juros para os clientes ou os *spreads* e margem de lucro e assim beneficiar ainda mais o pobre.

Pereira (2002) utilizou um ferramental matemático denominado “Análise Envoltória de Dados” para realizar um estudo sobre a eficiência financeira e operacional de vinte instituições de microcrédito no Brasil que fazem parte da carteira de crédito do BNDES em 2000. Como resultado dessa pesquisa o autor identificou que existe um padrão de desenvolvimento das IMFs estudadas. Até o terceiro ano de existência as instituições são caracterizadas como estando na “infância”. Nessa fase elas são pequenas em número de clientes e têm baixo grau de inadimplência. A fase de adolescência fica entre o terceiro e o quinto ano, quando as instituições têm um crescimento acelerado. Esse crescimento no número de clientes é também acompanhado pelo crescimento do risco financeiro. No quinto ano as instituições passam, pelo que o autor chamou de “crise da adolescência”. É a fase em que as instituições têm o desafio de conseguir

crescer em número de clientes e diminuir os riscos de crédito. Após essa fase, existe uma tendência de estabilização no risco financeiro. Das cinco regiões pesquisadas pelo autor, sete instituições de microcrédito se encontram na região Sudeste do Brasil. Dessas instituições quatro devem aumentar mais do que duas vezes o número de clientes ativos e diminuir o saldo dos fundos de crédito (a Carteira Ativa mais as Aplicações Financeiras) para se tornarem eficientes.

4.11 Eficiência e produtividade das operações de crédito

Dado que o custo é a chave para a Sustentabilidade Financeira, então uma IMF deve avaliar constantemente se atende toda a quantidade demandada de empréstimos dos clientes com seus recursos ao menor custo possível. Em outras palavras, ela deve avaliar se suas operações são eficientes. Na prática isso é mais complexo especialmente se levado em conta que o seguimento da sustentabilidade e dos indicadores é algo bem novo para as IMFs e, por conseguinte, não existem normas e padrões mundiais para realizar essa avaliação (Gibbons & Meehan, 2001).

Um índice importante levantado por Gibbons & Meehan (2001) é denominado “Eficiência Administrativa”: ele revela o quanto custa para a instituição ter US\$1 de crédito em poder de seus clientes. Os autores afirmam que para Christen (1997)³³, o valor ideal para uma IMF bem administrada deve ser de 15 a 25%, isto é, um custo de US\$ 0,15 a 0,25 por unidade monetária pendente de pagamento (Carteira Ativa). Os resultados das instituições de microcrédito pesquisadas por esses autores não atingem essas metas (Tabela 16).

³³ CHRISTEN, R.P. **Banking services for the poor**: managing for financial success: an expanded and revised guidebook for microfinance institutions. Washington: Accion Internacional, 1997. 314p.

Tabela 16. Mundo: eficiência e produtividade para diferentes IMFs em dez. de 1998

	CARD (Filipinas)	Creceer (Bolívia)	FINCA (Uganda)
Número de pessoas que compõe a equipe	281	103	94
Produtividade da equipe ¹	158	168	221
Eficiência Administrativa ² (%)	30,6	38,5	76,3

Fonte: Gibbons & Meehan (2001)

¹ Produtividade da equipe: (n. de pessoas da equipe / n. de empréstimos ativos)

² Eficiência Administrativa: (Despesa Operacional / Carteira Ativa)

A experiência da CARD (Center for Agriculture and Rural Development) nas Filipinas releva que em dezembro de 1998 a sua Eficiência Administrativa era de 30,6%. É importante notar a significância desse valor. Em 1996 a Eficiência Administrativa era ruim, 60,6%, devido a uma política de expansão entre 1992 e 1996 que resultou em um aumento no número de empréstimos de 490%. Entretanto, a partir de 1996, com uma desaceleração na expansão do crédito, a Eficiência Administrativa melhorou de 60,6% para 30,6%. Os motivos para isso acontecer foram:

1. Intensos esforços da parte do conselho administrativo, da gerência e do pessoal para acrescentar as medidas de redução de custos em todos os níveis;
2. maior produtividade de pessoal em consequência de um melhor plano de incentivos;
3. melhora contínua na metodologia de crédito e arranjos que vão gerar maior eficiência;
4. avaliação mensal de resultados reais em comparação com as metas previstas para as agências;

Já a Creceer na Bolívia (Freedom from Hunger Credit with Education) encontra-se na etapa de menor eficiência devido aos seus maiores níveis de expansão. A

Eficiência Administrativa diminuiu de 33,7% em 98 para 38,5% em 1999 porque nesse ano o número de pessoal aumentou de 59 para 103 empregados, com um aumento de 12.892 para 19.351 clientes. Um fator que afeta os custos da Crescer é que os agentes que prestam serviços financeiros também prestam outros serviços como educação, noções de comercialização etc.

O programa FINCA Uganda (The Foundation of International Community Assistance) é o que possui menor Eficiência Administrativa. Apesar de um rápido crescimento de 301% entre 1996 e 1998, o custo por dólar emprestado foi de US\$ 0,72 devido a alguns fatores como o aumento de salários para os empregados e gerência, inclusão de seguro de vida para os clientes ativos e pagamento das despesas com material de escritório para os tomadores.

Para Gibbons & Meehan (2001) a eficiência dos agentes de crédito é muito importante no processo de avaliação do desempenho da instituição porque eles representam de 50 a 70% do total das Despesas Administrativas e 60 a 70% do total dos custos com pessoal da IMF. Eles são, portanto, peça chave na execução dos empréstimos, já que são os responsáveis na seleção de bons clientes, monitoramento e apoio aos investimentos realizados que geram um baixo custo para o programa. Os custos contratuais são, portanto, teoricamente, substituídos pelo custo dos agentes de crédito. Dada a sua presença desproporcional dos gastos com os agentes de crédito no total dos gastos combinados, os gerentes administrativos devem controlar e medir minuciosamente seu o desempenho e sua produtividade. As medidas mais aceitas para essa avaliação são:

1. número médio de tomadores ativos por agente de crédito;
2. valor médio da carteira de empréstimos por agente de crédito.

Com respeito ao primeiro item, os autores afirmam que os valores ideais de uma IMF oscilam entre 300 a 500 clientes (independente da metodologia de empréstimos). Com relação ao segundo índice as comparações são difíceis porque

variam de acordo com a metodologia de empréstimos, o nível de pobreza dos tomadores e as condições locais (por exemplo, inflação).

Os níveis de Eficiência Administrativa e de pessoal cairão tão pronto se incluíam mais agentes de crédito na avaliação de desempenho. As principais razões para isso são:

1. custos iniciais de inauguração de novas agências.
2. a necessidade que o pessoal novo tem que receber capacitação (e se paga por ela) durante vários meses, antes que se tornem produtivos.

Isso explica como é possível haver uma alta Produtividade da equipe e uma baixa Eficiência Administrativa, caso da FINCA em 1998 (Tabela 16). Depois da capacitação ainda se transcorre um tempo antes que a produtividade de um agente de crédito em atrair novos clientes aumente e alcance a mesma produtividade do pessoal experiente. Segundo Gibbons (1999)³⁴ citado por Gibbons & Meehan (2001) a experiência da Cashpor Financial & Technical Services Private Limited (CFTS) na Índia, leva mais de 5 anos para que os agentes de crédito consigam bater as metas de 300 clientes e US\$ 25 mil de Carteira Ativa.

Entretanto, medir as Despesas Administrativas e a produtividade do pessoal local não basta para determinar a eficiência dos investimentos em empréstimos. É também necessário que a IMF esteja adaptada ao seu ambiente e para isso são necessárias outras práticas:

1. Ter um sólido sistema de informações, uma importante ferramenta para diminuir os custos de transação porque evita erros e manipulações, é rápido e confere à IMF agilidade para decisões quanto ao risco da carteira de agências específicas. A Crescer começou seu sistema de informações

³⁴ GIBBONS, D. **Training manual cost-effective targeting**. Seremban: CASHPOR Inc., 1999.

em planilhas do Excel e hoje trabalha com um software elaborado especialmente para ela a um custo de US\$ 100 mil. Assim também a CARD possui um software próprio adaptado às normas do Banco Central das Filipinas. Esse sistema gera informação dos índices de avaliação do desempenho financeiro da IMF.

2. Realizar um planejamento estratégico: estabelecer metas é importante para redirecionar os resultados. Desde o início de suas operações a CFTS estabeleceu como meta atingir 18 mil clientes em cinco anos com um total de seis agências e dobrou esse número após dois anos e meio de atividades.
3. Dar incentivo aos clientes: manter um alto número de renovações é importante tanto para diminuir a pobreza dos clientes quanto para aumentar a Sustentabilidade Financeira. A tecnologia usada tanto na CARD quanto na CFTS são empréstimos realizados em escala e o valor aumenta ou diminui de acordo com o rigor do pagamento do empréstimo vigente. Se houver mais de quatro atrasos nos empréstimos realizados pela CARD, o cliente fica impossibilitado de tomar crédito.
4. Participação de resultados: como o gasto com a equipe é uma parte muito grande dos custos administrativos, é necessário que ela seja o mais eficiente e produtiva possível. Dar incentivos é uma prática muito comum nas empresas e está sendo adotada hoje em dia pelas IMFs. O incentivo geralmente é um acréscimo na remuneração do agente de crédito correspondente à participação (em porcentagem) dos resultados da sua carteira de empréstimo. A CARD e a CFTS dão diferentes incentivos. O primeiro é atrair novos clientes para as IMFs que acabaram de se formar e estão em planos de expansão e o segundo é uma recompensa ou penalidade de acordo com a qualidade da carteira de crédito.

5. Conhecer o que deseja o cliente: o primeiro empréstimo deve ser pequeno o suficiente para que o cliente consiga pagá-lo facilmente, porém, não tão pequeno que não permita nenhum ganho ao cliente em seu pequeno empreendimento. Normalmente na Ásia os primeiros empréstimos oscilam entre US\$ 25 e US\$ 75. A quantidade de empréstimos deverá aumentar de acordo com a demanda dos clientes e a sua capacidade de pagá-los. Nem todos os clientes o farão na mesma velocidade; deverá haver tipos diferentes de empréstimos para diferentes clientes com capacidades diferentes de pagamento e com prazos diferentes para diferentes tipos de atividade.

A análise apresentada no trabalho do Planet Rating (2003) revela alguns fatos interessantes (Tabela 17). Os primeiros índices relativos à Produtividade da equipe de crédito apresentam valores acima do patamar médio do Brasil de 150 empréstimos ativos por agente de crédito. Essa alta produtividade foi explicada no trabalho por quatro motivos:

1. Ausência de solicitação de garantias reais para concessão de empréstimos. O levantamento sócio-econômico no negócio do cliente leva menos de duas horas;
2. Agilidade na aprovação do crédito, em média quatro dias para novos clientes e dois dias para renovações;
3. Existe um sistema de incentivos para os agentes de crédito; eles recebem uma remuneração variável de acordo com sua produtividade;
4. As metas em 2003 foram ambiciosas, estipulando um aumento de 50% no número de clientes ativos da instituição;

Tabela 17. Maranhão: índices de eficiência e produtividade no CEAPE entre 2000 e 2002

Índice	Dez. 2000	Dez. 2001	Dez. 2002	Fórmula usada
Índice de Despesas Operacionais (%)	33,1	41,4	46,2	(Despesas operacionais) / (Carteira Ativa bruta média sobre 13 meses)
Índice de custo de financiamento (%)	0,3	0,4	0,5	(Juros e despesas com financiamento) / (Carteira Ativa bruta média sobre 13 meses)
Produtividade da equipe	137	90	110	(Clientes ativos) / (n. de funcionários)
Produtividade do agente de crédito	510	342	286	(Clientes ativos) / (n. de agentes de crédito)

Fonte: Planet Rating (2003)

Já os índices de Despesas Operacionais apresentam valores menores que o grupo de referência do Microbanking Bulletin, com valores de 46,2% para as despesas operacionais em comparação com 67%. A análise feita pelo Planet Rating (2003), entretanto, afirma que esses valores ainda são considerados altos devido à manutenção da grande oferta de crédito com valores baixos. Assim também as despesas aumentaram de 2001 para 2003 em 13% devido à ampliação da rede de atendimento, envolvendo um aumento nas despesas com pessoal que representam 60% das despesas operacionais do CEAPE/MA. A partir de 2003 o CEAPE estabeleceu como meta não expandir mais suas instalações, tentando captar clientes potenciais apenas nas áreas já cobertas.

Assim também Bezerra (2001) apresenta os resultados obtidos do cálculo de indicadores de eficiência da Vivacred no Rio de Janeiro (Tabela 18).

Tabela 18. Vivacred: índices de eficiência e produtividade em 1998 e 1999

Indicador	1998	1999	Fórmula
Custo por unidade monetária emprestada	0,37	0,41	(Despesas operacionais) / (Valor das operações de crédito)
Custo por empréstimo	340,1	312,2	(Despesas operacionais) / (Número de empréstimos realizados)
Produtividade do agente de crédito	106,1	134,0	(Clientes ativos) / (número de agentes de crédito)
Carteira de empréstimos por agente de crédito (R\$) ¹	160.378	158.131	(Valor da carteira de empréstimos) / (número de agentes de crédito)

Fonte: Bezerra (2001)

¹em valores R\$ inflacionados para julho de 2000

Apesar do custo por unidade monetária emprestada aumentar entre 1998 e 1999, o custo por empréstimos diminuiu. Como a Despesa Operacional aumentou 23% nesse período, então índice do custo por empréstimo diminuiu devido, possivelmente, a uma expansão no número de empréstimos realizados, o que também contribuiu para aumentar a Produtividade dos agentes de crédito (Bezerra, 2001). Para que o valor da carteira de empréstimos por agente de crédito tenha diminuído, possivelmente ocorreu uma diminuição no valor dos empréstimos.

5 MATERIAL E MÉTODOS

5.1 Material

Os dados necessários para essa pesquisa foram obtidos com o Banco do Povo - Crédito Solidário. O Banco do Povo - Crédito Solidário foi criado em Santo André, iniciando suas atividades em maio de 1998. Foi concebido como parte de uma ampla política pública de combate à exclusão social no município, porém, estabelecido como uma ONG. Seus sócios fundadores foram: a Prefeitura de Santo André, a Associação Comercial e Industrial de Santo André, o Sindicato de Empresas de Transporte de Cargas do Grande ABC, o Sindicato dos Bancários do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (Gouvêa, 2003).

Com a instituição da lei federal 9.790 de março de 1999, no ano 2000 o Banco passou a ser uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), o que mantém o caráter público, não privado e sem fins lucrativos da instituição (Quintino, 2002). Em 2002, o Banco se expandiu estabelecendo parcerias com outras prefeituras de municípios vizinhos como Mauá e Diadema. A Tabela 19 demonstra o aporte de recursos de cada sócio até junho de 2003.

Além dos sócios, o banco conta hoje com duas linhas de financiamento especiais: a linha BNDES de apoio ao desenvolvimento institucional, e a Comissão Europeia cujos recursos são destinados a “Linha de Crédito de Inclusão Social” (Tabela 19).

Tabela 19. Sócios do Banco do Povo: Crédito Solidário, em junho de 2003

Sócio	Aporte Financeiro (em US\$)
Prefeitura Municipal de Santo André	657.387,65
ACISA – Associação Comercial e Industrial de Santo André	43.550,21
SETRANS – Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Santo André	43.550,21
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC	21.775,11
Sindicato dos Bancários do ABC	21.775,11
Prefeitura de Mauá	106.070,90
Cúria Diocesana de Santo André	31.228,84
Total dos Sócios	925.338,03
Financiamentos	
Comissão Européia (a fundo perdido)	206.129,39
BNDES	720.075,84
Total Financiado	926.205,23

Fonte: Gouvêa (2003)

O Banco do Povo – Crédito Solidário, traça como diretrizes, entre outras, a busca de sua autonomia financeira por meio de uma administração e articulação de recursos que sustente e amplie o banco para o cumprimento de seus objetivos (Braga et al., 2002)³⁵. Seu objetivo é oferecer, utilizando o conceito de microcrédito, crédito aos pequenos e microempresários formais e informais (sem personalidade jurídica), que possuam qualquer empreendimento há pelo menos seis meses na cidade, seja morador do município ou não. No final do ano 2001, o acesso ao crédito foi estendido também àquelas pessoas que estavam iniciando um empreendimento (Quintino, 2002).

³⁵BRAGA, M.B, GREMAUD, A.P., TONETO JÚNIOR. R. Microcrédito: experiências e potencialidades. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, jul. 2002. 157p.

Ainda que no curto prazo o Banco apóie empreendimentos informais, a visão de longo prazo dos sócios e apoiadores é que tais empreendimentos saiam da informalidade. Além disso, o projeto se calca na expectativa de aumento da renda futura, redução da violência urbana em virtude do aumento do número de postos de trabalho, e de maior e gradativa transferência dos recursos orçamentários dos municípios destinados à segurança pública para projetos de desenvolvimento socioeconômico³⁶.

Mesmo o Banco do Povo completando seis anos em 2004, os resultados apresentados nesse trabalho representam a soma de todos os postos que o banco integra. Por esse lado, o seu histórico é muito recente. Em 2001 o Banco do Povo assumiu uma parceria com a Comunidade Européia para oferecer crédito para bairros carentes da cidade de Santo André e, em 2002, novos postos foram abertos nas cidades de Mauá e São Bernardo do Campo. Em 2003 mais duas prefeituras abriram parceria com o Banco, a prefeitura de Diadema e a de Ribeirão Pires. Com a implementação desses novos programas existe o benefício de novas demandas mas também o ônus dos custos iniciais, com a pequena escala das operações por cidade.

5.2 Métodos

Para avaliar o desempenho econômico a curto prazo do Banco do Povo - Crédito Solidário faz-se necessário estabelecer critérios de medida. Segundo Bruett et al. (2002 p.189) ... “há várias opções de apresentação no formato de uma demonstração contábil... [e] nem todas as IMFs adotam a mesma terminologia em suas demonstrações financeiras. Cita-se, de modo especial, que as IMFs sem fins lucrativos utilizam terminologia diferente das SCMs.” No Brasil, instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional são obrigadas a apresentar seus relatórios contábeis baseados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), de acordo com a lei 6.404 (Brasil, 1976). Esse plano foi criado com a edição da Circular 1.273, em 29

³⁶ Braga, op. cit., p.77.

de dezembro de 1987, com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração de demonstrações financeiras (BACEN, 2004).

Entretanto, as instituições sem fins lucrativos não são obrigadas a seguir esse padrão. Como o Banco do Povo – Crédito Solidário é uma OSCIP, ele não apresenta suas contas no modelo COSIF.

Como o objetivo desse trabalho é realizar uma análise da Sustentabilidade Financeira da instituição, mesmo que o objetivo da organização não seja o lucro, optou-se por formatar os demonstrativos contábeis de acordo com o COSIF. Existem algumas vantagens de se utilizar o padrão COSIF. Uma delas é que é possível fazer uma comparação entre os valores das demonstrações contábeis e classificações (*ratings*) com SCMs e outras instituições do sistema financeiro brasileiro. O próprio BACEN (2004) afirma que “...esse sistema veio a facilitar o acompanhamento, análise, avaliação do desempenho e controle das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.”

O BNDES elaborou um manual na tentativa de orientar os programas de microcrédito tanto sobre o sistema contábil quanto sobre indicadores financeiros (Bruett et al., 2002). Entretanto, esse modelo não apresentou definições muito claras sobre as demonstrações contábeis e os indicadores financeiros. As explicações estão incompletas e os modelos sugeridos estão formatados de acordo com padrões estrangeiros, o que dificulta comparações com os padrões brasileiros. Além disso, essa sugestão proposta pelo BNDES foi elaborada durante o governo anterior ao vigente, que estimulou a expansão do microcrédito, porém com uma preocupação maior com a sustentabilidade das instituições do que o governo atual, que enfatiza o alcance do microcrédito sobre as populações de baixa renda em detrimento da sustentabilidade e à favor de subsídios para esses programas. Assim, os próprios gerentes do Banco do Povo – Crédito Solidário afirmam que com a mudança de governo, as políticas de financiamento do BNDES foram alteradas e, portanto, sugestões propostas pelo BNDES anteriormente não têm

apoio hoje em dia. A princípio, esse trabalho propunha adotar o modelo sugerido pelo BNDES mas optou-se por conduzir a pesquisa nos moldes do COSIF.

Segundo (Bruett et al., 2002) existem quatro principais relatórios contábeis utilizadas pelas IMFs: Demonstração de Resultado, Balanço Patrimonial, Demonstração de Fontes e Usos e Relatório da Carteira de Crédito. As duas demonstrações mais importantes e que serão detalhadas adiante são o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado.

- Demonstração de Resultado: é a demonstração de fluxo que sumariza toda a atividade financeira e não-financeira durante um período definido de tempo, usualmente um mês, um semestre ou um ano (CGAP, 2002). Nele estão incluídas todas as receitas e despesas realizadas nesse período.
- Balanço Patrimonial (BP): é uma demonstração estática da IMF em um momento do tempo (CGAP, 2002).

5.2.1 A Demonstração de Resultados

Nos Quadros 1, 2 e 3, a primeira coluna é a demonstração das operações matemáticas realizadas entre os itens da conta; a segunda é o nome dado ao item e a terceira coluna contém a descrição sobre o item especificado.

O Quadro 1 apresenta as definições e métodos de cálculos dos componentes de um modelo de Demonstração de Resultado (DRE) que foi usado neste estudo.

No. da Conta	Nome	Descrição da Conta
1 = 2+ 3+ 4	Receita Operacional (1)	É o total de todas as receitas das operações financeiras da organização. Seu principal componente é a Receita da Carteira de Crédito(2), mas também engloba as Receitas com Multas e Juros(3), além da Receita de Aplicações Financeiras (4) em reais.
2	Receita da Carteira de Crédito	Toda a renda de juros, taxas e comissões normalmente geradas pela carteira de crédito em reais.
3	Receitas com Multas e Juros de mora	Toda a receita com juros e multas gerados pela inadimplência em reais.
4	Receita de Aplicações Financeiras	Todos os juros e outras rendas derivadas dos investimentos, inclusive o rendimento das contas bancárias, depósitos a prazo e outras operações financeiras em reais.
5	Despesa Financeira	Despesas com juros, comissões e taxas sobre os fundos tomados por empréstimos para financiar a Carteira Ativa e despesas com juros, comissões e taxas para financiar ativos imobilizados como hipotecas ou <i>leasing</i> . Inclui-se a cobrança das taxas sobre intermediação financeira (IOF e CPMF) em reais.
6	Provisão para Devedores Duvidosos	Despesa não-monetária que é usada para criar ou aumentar a reserva para devedores duvidosos no Balanço Patrimonial. A despesa é geralmente calculada como 3% do valor da Carteira Ativa que está em risco de inadimplência (CGAP, 2002) em reais.
7 = 1 – 5 – 6	Resultado Bruto da Intermediação Financeira (7)	Diferença entre a Receita Operacional e a Despesa Financeira e a Provisão para Devedores Duvidosos em reais.
8	Outras Receitas Operacionais	Inclui-se nesse item outras eventuais receitas com a prestação de serviços para os clientes e as recuperações de empréstimos tidos como perdidos. Um exemplo possível de prestação de serviços é o seguro obrigatório que os clientes devem pagar sobre o empréstimo tomado em reais.
9 = 10+11+ 12	Despesa Operacional (9)	Inclui-se nesse item despesas com agentes de crédito, despesas com pessoal administrativo, Despesas Administrativas e impostos diversos.
10	Despesas com pessoal	Inclui os salários, bônus e benefícios dos empregados, assim como taxas e impostos derivados em reais.
11	Despesas Administrativas	Despesas com terceiros, depreciação e amortização do Imobilizado, propaganda, anúncios e publicidade e despesas diversas em reais.
12	Despesas com multas, impostos e outras taxas Diversas	São os demais impostos como IPTU, IPVA e multas fiscais. Não estão incluídos nesse item os encargos sociais sobre a folha de pagamento e nem sobre as operações financeiras. Tais impostos estão incluídos respectivamente nos itens despesa com pessoal e despesa financeira em reais.
13 = 7 + 8 – 9	Resultado Operacional (13)	Diferença entre todas as receitas operacionais e todas as despesas operacionais em reais.
14	Receita Não Operacional	Inclui todas as outras receitas obtidas pela organização. Fazem parte desse item as doações, receitas de serviços não creditícios e receitas diversas em reais.
15	Despesa não Operacional	Inclui todos os gastos que não tenham relação direta com as operações de crédito em reais.
16= 14 – 15	Resultado Não Operacional (16)	Diferença entre a Receita não-operacional e Despesa não-operacional em reais.
17 = 13 + 16	Resultado Total (17)	Soma do resultado operacional com o resultado não operacional em reais.

Quadro 1 - Modelo da demonstração de resultados (DRE) usado para um período de 12 meses

Fonte: adaptado de Bruett et al. (2002) e BACEN (2004)

As contas do DRE podem ser classificadas em duas categorias: operacionais e não-operacionais. As contas operacionais representam todas as receitas e despesas diretamente relacionadas com as atividades essenciais das IMFs, que são a concessão de créditos e aquisição de empréstimos para o seu financiamento. As contas não-operacionais incluem todas as demais receitas e despesas que não estejam diretamente relacionadas com as operações básicas da IMF (Bruett et al., 2002).

Existem alguns itens dos demonstrativos contábeis que são discutíveis. Um item importante na Demonstração de Resultado é a Receitas de Aplicações Financeiras. Apesar do COSIF considerar Receitas de Aplicações Financeiras como Receita Operacional, o Banco do Povo – Crédito Solidário apresentou esse item, em alguns anos, como Receita Não-Operacional uma vez que não é objetivo da instituição obter lucros com aplicações financeiras. No estudo realizado por Bezerra (2001) com a Vivacred, organização de microcrédito com sede na favela da Rocinha no Rio de Janeiro, os dados contábeis foram formatados para o padrão COSIF; entretanto o item Receitas de Aplicações Financeiras foi mantido como Receita Não-Operacional com a justificativa de que “auditores das OSCIPs preferem que a conta Receita de Aplicações Financeiras não esteja incluída no item Receita Operacional porque o objetivo operacional da empresa é obter receita com microcrédito e não obter ganhos com aplicações financeiras” (Bezerra, 2001, p.54).

O maior problema de classificação da conta Receitas Operacionais é que talvez a instituição demonstre ser sustentável financeiramente devido à Receita de Aplicações Financeiras e não da carteira de crédito. Se assim for, então a empresa é eficiente em seus investimentos, mas não na administração da sua carteira de crédito, e talvez, nem no controle dos custos de transação ou nas tecnologias empregadas para a diminuição do risco da carteira de crédito. Isto é, a instituição é eficiente naquilo que não é o seu objetivo. Nesse trabalho, “Receitas em Aplicação Financeiras” são tidas como “Receitas Operacionais”, segundo o padrão COSIF.

Os itens Doações em Receitas Não-Operacionais podem ser mais detalhados em Doações Aplicadas às Despesas de Crédito que se destinam ao pagamento das Despesas Operacionais relacionadas com as atividades de concessão de crédito; e Doações Aplicadas aos Serviços Não - Creditícios que se destinam a apoiar outros programas e serviços da organização. As doações destinadas ao financiamento da carteira de crédito não são contabilizadas no DRE, apenas no Balanço Patrimonial no item Patrimônio Líquido.

O COSIF propõe que do resultado do DRE sejam deduzidos impostos com o lucro líquido da instituição. Entretanto, no caso de uma OSCIP, mesmo havendo um superávit, não existem tributos ou taxas incidentes sobre esse resultado uma vez que não se configura como lucro. Esse item, portanto, foi excluído da demonstração proposta nesse trabalho.

5.2.2 O Balanço Patrimonial

Os Quadros 2 e 3 apresentam as definições e métodos de cálculos dos componentes de um modelo de Balanço Patrimonial (BP) que foi usado neste estudo. O Balanço Patrimonial está dividido em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido³⁷.

“O Ativo são todos os bens e direitos de propriedade da empresa³⁸, mensuráveis monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa” (Marion, 1998, p53).

³⁷ A terminologia utilizada pelo COSIF é a mais antiga, onde o Passivo Total é a soma do Passivo (equivalente às Obrigações) e o Patrimônio Líquido. Entretanto vale ressaltar que existe a terminologia mais moderna da Contabilidade em que o BP está dividido em Ativo e Passivo, esse último subdividido em Obrigações e Patrimônio Líquido.

³⁸ O conceito foi retirado de Marion (1998), um livro de contabilidade empresarial, e que, portanto, utiliza-se dos conceitos em termos empresariais. Entretanto, o conceito não perde a idéia geral, podendo-se substituir a palavra “empresa” por “instituição” ou até mesmo “IMF”. Assim também no conceito de “patrimônio líquido” onde se lê “proprietários” leia-se também “OSCIP”.

“O Passivo evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros: contas a pagar, fornecedores de matéria-prima (a prazo), impostos a pagar, financiamentos, empréstimos etc.” (Marion, 1998, p.55).

“O Patrimônio Líquido evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento.” (Marion, 1998, p.55).

N. da conta	Nome	Descrição da Conta
$A = B + C + D + I$	ATIVO CIRCULANTE (A)	Compreende os bens e direitos que serão realizadas nos 360 dias seguintes à data do encerramento do Balanço (Bezerra, 2002, p. 42) em reais.
B	Disponibilidades	São bens na forma de dinheiro mantido na organização e depósitos à vista em reais.
C	Aplicações Financeiras	Valor de todos os ativos que têm rendimento e que podem ser convertidos em moeda em 12 meses, mas podem não estar disponíveis imediatamente. São as operações de compra e revenda de títulos e aplicações em outras instituições financeiras em reais.
$D = e + h$	Operações de Crédito (D)	É o produto resultante de todas as operações de crédito. Inclui o valor principal dos empréstimos, o valor dos juros e outros encargos exigidos pela IMF assim como a provisão para possíveis perdas com a carteira em reais.
E	Valores e Juros a Receber	Todos os montantes devidos à organização que não são o principal do empréstimo. Inclui multas e juros de mora em reais.
$H = f - g$	Carteira Ativa líquida	Soma da Carteira Ativa e da reserva para devedores duvidosos em reais.
f	Carteira Ativa	Montante principal dos empréstimos que permanece não pago. É o saldo devedor da carteira de empréstimos. Inclui empréstimos inadimplentes mas não juros a receber nem empréstimos reconhecidos como perdas em reais.
g	(Reserva para devedores duvidosos)	A porção da Carteira Ativa que foi provisionada em antecipação das perdas por inadimplência. Esse item representa o valor acumulado da Provisão para Devedores Duvidosos em reais.
I	Outros valores a receber	“Valores a receber, oriundos de aplicações necessárias e não classificáveis nos outros grupos do Ativo Circulante, mas realizáveis a curto prazo” (como adiantamentos) (Marion, 1998, p. 248) em reais.
J	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Investimentos (ativos financeiros) e contas a receber que só podem ser financeiramente realizados em mais de 12 meses em reais.
$K = l - m$	PERMANENTE (K)	São bens e direitos de vida útil longa, geralmente destinados à manutenção das atividades da instituição (Bezerra, 2002) em reais.
L	Imobilizado de Uso	“Conta constituída principalmente dos imóveis (terrenos e edificações), além de móveis e equipamentos, sistema de transportes, sistema de comunicação sistema de processamento de dados e instalações. O Imobilizado é registrado pelo valor de custo, na data de aquisição” em reais (Bezerra, 1998, p. 42).
m	Depreciação Acumulada	“Estimativa correspondente à diminuição do valor real dos bens do ativo imobilizado resultante dos desgastes pelo uso, ação da natureza e obsolescência” (Marion, 1998 p.291). Os ativos imobilizados que foram totalmente depreciados não são contabilizados em reais.
$N = A + J + K$	TOTAL do ATIVO (N)	Somatória de todos os ativos descritos em reais.

Quadro 2 - Modelo de balanço patrimonial: ativo levantado no início de cada período contábil usado no estudo

Fonte: adaptado de Bruett et al. (2002) e BACEN (2004)

O = P + S	PASSIVO CIRCULANTE (O)	Contas a pagar com valores correntes, que estão constantemente em giro (Marion, 1998, p.72).
P = q + r	Obrigações por Empréstimo (P)	São as obrigações da instituição com prazo de vencimento de até 360 dias em reais.
q	Empréstimos Comerciais a curto prazo	Valor do principal de empréstimos para os quais a organização está pagando uma taxa de juros de mercado. A taxa geralmente aceita é a que os banco locais pagam sobre os depósitos de 90 dias em reais.
r	Empréstimos Subsidiados a curto prazo	Valor do principal de empréstimos para os quais a organização está pagando uma taxa de juros abaixo da de mercado em reais.
S = t + u	Outras Obrigações (S)	São as demais obrigações da instituição em reais.
t	Contas a Pagar	Inclui salários, encargos sociais, aluguéis, devidos mas não pagos além de outras contas em reais.
u	Juros a Pagar	São os juros devidos mas não pagos dos empréstimos tanto de curto como de longo prazo em reais.
V = w + x	EXIGIVEL A LONGO PRAZO (V)	Operações de empréstimos com vencimento acima de 360 dias em reais.
w	Empréstimos comerciais A longo prazo	Valor em reais do principal dos empréstimos com prazo de vencimento acima de 360 dias para os quais a organização está pagando uma taxa de juros de mercado em reais.
x	Empréstimos subsidiados a longo prazo	Valor em reais do principal dos empréstimos com prazo de vencimento acima de 360 dias para os quais a organização está pagando uma taxa de juros abaixo da de mercado em reais.
Y = O + V	TOTAL do PASSIVO (Y)	Soma de todas as obrigações de curto e longo prazo acima descritas em reais.
Z = aa + ab+ ac	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Z)	Contribuição dos associados, ganhos retidos e doações em reais.
aa	Patrimônio Social	É mais comumente chamado de Capital Social. Representa todo o investimento realizado na instituição pelos associados em reais.
ab	Reservas	São as Reservas de Capital, que não se originam do resultado do exercício, isto é, não são apuradas pela DRE (Marion, 1998 p. 340). Inclui-se nesse item Doações e Reservas para Contingências em reais.
ac	Sobras ou perdas acumuladas	Soma de todos os resultados das DREs desde o início das operações, em reais.
AD = Y + Z	TOTAL do PASSIVO mais PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Total das Obrigações mais Patrimônio Líquido em reais.

Quadro 3 - Balanço patrimonial: passivo e patrimônio líquido

Fonte: adaptado de Bruett et al. (2002) e BACEN (2004)

O Balanço Patrimonial não apresenta tantas divergências quanto a DRE. O padrão utilizado pelo Banco do Povo – Crédito Popular é semelhante ao padrão COSIF, diferindo basicamente na nomeação dos termos.

Entretanto, é importante ressaltar que o Balanço Patrimonial é apresentado com correções referentes aos valores originais. O item dos “Juros a Receber” no Ativo Circulante é apresentado nos dados primários com valores negativos. O argumento apresentado por Candinho³⁹, responsável pela contabilidade do Banco do Povo, é que “eles devem ser apresentados dessa maneira pois os juros ainda não foram recebidos. O “Juros a Receber” é uma conta redutora da conta de clientes, que conforme os meses vão passando, o valor vai sendo transferido para receita de juros na DRE (para respeitar o regime de competência)”. Entretanto, segundo o regime de competência os valores dos “Juros a Receber” devem ser contabilizados no momento em que a transação foi efetuada e não no momento do recebimento do valor referente aos juros (Bruett et al., 2002). Portanto, os valores negativos foram transformados em positivos, e para que o valor do Ativo seja igual ao valor do Passivo, a variação no resultado do Ativo foi acrescentado no Patrimônio Líquido. Em 2003 a Demonstração de Resultado apresenta um item não-operacional relativo à “Ajustes da Auditoria”. Existe portanto, um viés nos valores apresentados nesse ano. Como a correção gera um valor superavitário para o Resultado Não-Operacional, não é possível distinguir quais os valores operacionais que foram alterados. Pode ter ocorrido tanto uma diminuição nas Despesas Operacionais ou um aumento nas Receitas Operacionais ou ambos.

5.3 Custos de transação

Antes da apresentação dos indicadores utilizados nessa pesquisa, é necessário definir precisamente os custos de transação que serão avaliados. Eles estão separados especialmente nesta sessão.

Os itens escolhidos para compor o custo de transação são subdivididos segundo o conceito de Farina et al. (1997) em: “... custos ex-ante de esboçar, negociar e salvaguardar um acordo e, sobretudo, os custos ex-post decorrentes de problemas de

³⁹CANDINHO, G. (Candinho Consultoria Contábil, Santo André). Comunicação pessoal, 2004.

adaptação que surgem quando a execução de um acordo é imprecisa como resultado de atrasos, erros e omissões” (Farina et al., 1997, p.228).

Os itens escolhidos para compor o custo de transação são baseados nas sugestões de Desai & Mellor (1993) e Araújo (1996). Eles são de três tipos: custos administrativos, custos associados ao risco de crédito e custos financeiros. Os custos administrativos são as Despesas Operacionais (Quadro 1 e 4). O que Araújo (1996) chama de “custo de captação dos fundos” e Desai & Mellor (1993) denominam “custos financeiros” é considerado nesse trabalho como Despesa Financeira (Quadro 1 e 4). Os “custos associados ao risco de crédito” (Desai & Mellor, 1993) são as perdas efetivas e a Provisão para Devedores Duvidosos.

	<i>Ex-ante</i>		<i>In</i>		<i>Ex - post</i>	
Custos de Transação	descrição	cálculo	Descrição	cálculo	descrição	cálculo
Despesas financeiras (ver quadro 1 item 5)	captação dos fundos	Juros pagos pela IMF para a obtenção de recursos financeiros	intermediação financeira	Taxas bancárias de transferência dos fundos até o cliente	-	-
Despesas Operacionais (ver quadro 1 item 9)	Reunir, colher e processar informações sobre clientes	Salário dos agentes de crédito e gerência	Monitora-mento das atividades dos clientes	Salário dos agentes de crédito	Execução de perdas	Honorários advogados
Outras Despesas Administrativas	Atuam em todo o processo da transação (Ex-ante, in e ex-post) Ver quadro1, itens 11 e 12)					
Despesas com risco de crédito	Provisão para Devedores Duvidosos	(ver Quadro 1, item 6)	-	-	Perdas na concessão de credito	Empréstimos com atraso > que 180 dias

Quadro 4 - Custos de transação contabilizados no processo de empréstimos

5.4 Subsídios

Além do custo de transação, que totaliza as Despesas Operacionais, existe o custo dos fundos sugerido por Adams (1993), que não é considerado contabilmente. Ele

é utilizado no cálculo dos subsídios de uma IMF. Para calcular o volume total de subsídios do Banco do Povo – Crédito Solidário utiliza-se o Subsidy Dependence Index (*SDI*), baseado em Yaron (1992), que é calculado pela fórmula para o período de um (1) ano:

$$SDI = \frac{S}{LP \times i} \quad (5)$$

em que:

$$S = A(m - c) + [(E \times m) - P] + K \quad (6)$$

onde:

S = Subsídio recebido pela IDF, em reais correntes;

LP = Carteira Ativa menos Provisão para Devedores Duvidosos, em reais correntes;

i = Média ponderada da taxa de juros que a IDF cobra sobre os empréstimos que ela oferta, em reais correntes;

A = Total médio emprestado subsidiado, em reais correntes;

m = Taxa de juros de mercado que a IDF teria que pagar pelos fundos que ela demanda se esses não fossem subsidiados;

c = Taxa de juros que a IDF paga pelos fundos subsidiados que ela demanda

E = Patrimônio líquido médio, em reais correntes;

K = Soma de todos os demais tipos de subsídios recebidos pela DFI, em reais correntes;

P = Resultado operacional do DRE, em reais correntes.

O primeiro termo de *S*, $A(m - c)$, representa a parcela do subsídio sobre o Total do Passivo (os fundos demandados pelo IDF) e o segundo termo de *S*, $[(E \times m) - P]$, representa a parcela do subsídio sobre o Patrimônio Líquido. Ambas as parcelas são o custo adicional para manter a Carteira Ativa sem que ela seja subsidiada.

O Patrimônio Líquido é multiplicado pelo seu custo de oportunidade (que é o quanto a IDF pagaria em juros para tomar emprestado pela taxa de juros de mercado, m) menos o Resultado Total do DRE (P). Esse valor representa o quanto a IMF gasta para manter constante o Patrimônio Líquido e é capturado pelo SDI em forma do segundo item da expressão (6). Rosenberg (2002) sugere um cálculo para o custo do Patrimônio Líquido mais adequado. Para o autor, deve-se subtrair o Imobilizado do Patrimônio Líquido e o custo de oportunidade incidente sobre esse valor deve ser a taxa de inflação para o período analisado. Com as alterações propostas por Rosenberg (2002) a expressão 7 se modifica para :

$$S = A(m - c) + \{[(E - I) \times \pi] - P\} + K \quad (7)$$

onde:

I = Imobilizado

π = Taxa de inflação do período analisado

A taxa de juros do Banco do Povo – Crédito Solidário (i) foi calculada como uma média ponderada das taxas de juros cobradas para as linhas de crédito diferenciadas que o Banco oferece. A ponderação foi feita com base no volume total de crédito destinado para cada uma das linhas. A taxa de juros de mercado (m) é a média anual da Selic⁴⁰ (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e a taxa de juros (c) que a IDF paga pelos fundos subsidiados que ela demanda do BNDES é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJPL⁴¹). A taxa de inflação foi calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC⁴²).

⁴⁰ Taxa de juros - Over/ Selic (% a.a.). (IPEA, 2004).

⁴¹ Taxa de juros - TJLP (% a.a.). (IPEA, 2004).

⁴² Inflação - IPC - FIPE (% a.a.). (IPEA, 2004).

5.5 Os indicadores financeiros

Instituições financeiras modernas, como bancos comerciais, utilizam índices calculados com base em dados contábeis da organização, os chamados “*ratings*”, para avaliar a qualidade das organizações em termos financeiros. Baseado nesses índices, surgiram diversas propostas sobre o cálculo dos indicadores para empresas de microcrédito. Hoje em dia existem instituições especializadas na elaboração de índices e captação de dados das diferentes organizações no Brasil e no mundo.

O BNDES, por meio do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborou uma coletânea de índices com sugestão para utilização em organizações de microcrédito no Brasil (Bruett et al., 2002). Além desses, foram selecionados outros indicadores que são úteis para a análise do Banco do Povo- Crédito Solidário. Existem outras duas fontes principais: o boletim informativo internacional (MicroBanking Bulletin do The Microfinance Information Exchange), uma publicação virtual que tem como finalidade estabelecer o “benchmark” das organizações de microcrédito no mundo, o CGAP, que atua em parceria com o MicroBanking Bulletin, e que divulgou uma cartilha com os índices mais utilizados no mundo.

Os índices calculados para o Banco do Povo - Crédito Solidário (Quadro 5) foram comparados com quatro tipos diferentes de informações retiradas do MicroBanking Bulletin (The MIX). Os valores das informações do “MIX” são relativos ao ano de 2002. Como os valores internacionais são apresentados em dólares (US\$), os indicadores do Banco do Povo – Crédito Solidário estão convertidos para dólares na taxa de câmbio dos anos de 2002 e 2003 respectivamente⁴³.

As informações divulgadas pelo “MIX” são médias de diversas IMFs do mundo inteiro. Foram selecionadas quatro fontes diferentes de informações médias de um conjunto de IMFs que possuem alguma característica semelhante com o Banco do Povo – Crédito Solidário. A primeira fonte representa a média de quarenta instituições

⁴³ Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - compra - média dez. (IPEA, 2004).

que possuem de quatro a sete anos de existência. A segunda representa quarenta e duas instituições que são consideradas de pequena escala. IMFs de pequena escala na América Latina, segundo a classificação feita pelo “MIX”, são aquelas que possuem uma Carteira Ativa menor que US\$ 1.500.000, 00 (um milhão e meio de dólares). NL representa a média de cento e dez organizações sem fins lucrativos e AL representa a média de cinco organizações da América Latina (5 de Mayo e FINCA no México e Banco do Povo de Juiz de Fora, Portosol e Vivacred no Brasil) que operam em pequena escala em países considerados de PIB elevado. Todos esses itens foram escolhidos por possuírem alguma característica semelhante ao Banco do Povo – Crédito Solidário.

Lucratividade			
1	Taxa de Retorno sobre o Ativo (ROA)	%	$(\text{Resultado Total}^1 / \text{Ativo Total}) \times 100$
2	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	%	$(\text{Resultado Total} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$
3	Grau de alavancagem (GA)	%	$(\text{Ativo Total} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$
Sustentabilidade			
4 ^a	Sustentabilidade Operacional	%	$[(\text{Receita Operacional}) / (\text{Custos de Transação})] \times 100$
4b	Sustentabilidade Operacional (sem Receitas em Aplicações Financeiras)	%	$[(\text{Receita Operacional} - \text{Receita de Aplicações Financeiras}) / (\text{Custos de Transação})] \times 100$
5	Sustentabilidade Financeira	%	$[\text{Receita Operacional} / (\text{Custos de Transação} + \text{Subsídios})] \times 100$
Rentabilidade			
6	Rentabilidade da Carteira	%	$(\text{Receita Operacional} - \text{Receitas de Aplicações Financeiras}) / \text{Carteira Ativa média}) \times 100$
7	Índice da Receita Operacional	%	$(\text{Receita Operacional} / \text{Ativo Total médio}) \times 100$
8	Participação da Carteira Ativa sobre o Ativo Total	%	$(\text{Carteira Ativa} / \text{Ativo Total}) \times 100$
Qualidade da carteira			
9	Carteira em risco (CER) > que 30 dias	%	$(\text{Carteira Ativa em atraso em mais de 30 dias} / \text{Carteira Ativa média}) \times 100$
10	Taxa de cobertura de risco	%	$(\text{Provisão para Devedores Duvidosos} / \text{Carteira Ativa em atraso em mais de 30 dias}) \times 100$
Eficiência			
11	Eficiência sobre o total emprestado	%	$(\text{Custos de Transação} / \text{Volume total de crédito emprestado}) \times 100$
12	Eficiência sobre a Carteira Ativa	%	$(\text{Custos de Transação} / \text{Carteira Ativa média}) \times 100$
12a	Indicador da Despesa Financeira	%	$(\text{Despesas Financeiras} / \text{Carteira Ativa média}) \times 100$
12b	Indicador das Despesas com a equipe administrativa	%	$(\text{Despesas com equipe administrativa} / \text{Carteira Ativa média}) \times 100$
12c	Indicador das Despesas com agentes de crédito	%	$(\text{Despesas com agentes de crédito} / \text{Carteira Ativa média}) \times 100$
Produtividade			
13	Valor da Carteira Ativa por agente de crédito	R\$	$\text{Carteira Ativa média} / \text{número de agentes de crédito}$
14	Produtividade dos agentes de crédito (unidades)		$\text{Total de clientes ativos} / \text{número de agentes de crédito}$
15	Produtividade da equipe (unidades)		$\text{Total de clientes ativos} / \text{Número de funcionários (agentes de crédito e equipe administrativa)}$
16	Valor médio do empréstimo por tomador	R\$	$\text{Carteira Ativa média} / \text{número de clientes ativos}$
17	Custo por Tomador	R\$	$\text{Custos de Transação} / \text{número de clientes ativos}$

Quadro 5 - Indicadores

Fonte: Bruett et al. (2002), CGAP (2002) e The MIX (2003)

¹Resultado Total do DRE, correspondente às Receitas e Despesas Operacionais e não Operacionais

A seguir descreve-se os indicadores por área. A Carteira Ativa no BP utilizada em alguns indicadores, nos seu valor médio, foi calculada pela média aritmética dos seus valores no início e no final do período contábil, de doze meses. Entretanto, devido à necessidade de algumas alterações no valor do Ativo Total da contabilidade apresentada pelo Banco do Povo, não foi possível calcular a média desse item. Os valores dos índices que utilizam o Ativo Total em sua composição estão, portanto, subvalorados já que o valor do Ativo corresponde apenas ao mês de dezembro.

5.5.1 Sustentabilidade

Como mencionado no capítulo 5 desse trabalho, entende-se por Sustentabilidade Financeira a citação feita por Dum et al. (1998) que é a capacidade do prestacionista cobrir todos os seus custos, incluindo os de oportunidade e os de transação e ainda conseguir permanecer no mercado a longo prazo. Do ponto de vista de mensuração, duas medidas de sustentabilidade são usadas:

A Sustentabilidade Operacional mede a capacidade da IMF de cobrir os custos de transação com sua Receita Operacional. Se a Receita Operacional for igual aos Custos de Transação (Desai & Mellor, 1993) o indicador atinge o valor igual a um diz-se que a instituição atingiu o ponto de equilíbrio para a auto-suficiência (*break-even self-sufficiency*) (Bezerra, 2001). Abaixo desse valor a instituição corre riscos de ser obrigada a parar suas operações.

A Sustentabilidade Financeira mede a capacidade da IMF de cobrir seus Custos de Transação com a Receita Operacional, sem subsídios. O cálculo do índice de Sustentabilidade Financeira é apresentado com o valor dos subsídios que recebe com base na expressão (6) sem o item (P). É, portanto, o custo do Capital de Terceiros mais o Custo do Capital Próprio. Como não foi possível definir a porcentagem do Volume Total Médio emprestado oriundo do Capital de Terceiros e a porcentagem do Volume Total médio emprestado oriundo do Capital próprio, então o Volume Total médio emprestado

subsidiado (A), foi calculado como o valor do Volume Total médio emprestado menos o Patrimônio Líquido.

5.5.2 Lucratividade

A Taxa de Retorno sobre o Ativo (*Return on Assets* - ROA) indica se a IMF faz bom uso do seu Ativo Total para gerar retornos. Ela mede o poder de ganho da instituição: o quanto ela ganhou por unidade monetária investida.

A Taxa de Retorno sobre Patrimônio (*Return on Equity* - ROE) calcula a taxa de retorno sobre o Patrimônio Líquido no período. Mede, em termos reais o crescimento ou a diminuição do Capital Próprio decorrente das operações do período (CGAP, 2002).

O Grau de Alavancagem (GA) obtido pela instituição calcula a razão entre o Ativo e o Patrimônio Líquido da instituição. É a proporção do Capital Total em relação ao Capital Próprio da instituição. Ela pode ser definida como a capacidade da IMF fazer negócios com o Capital de Terceiros. O cálculo do ROE pode ser obtido multiplicando-se ROA por GA. O Conselho Monetário Nacional (Brasil, 2004a) recomenda que o limite da alavancagem para SCMs deva ser de 5 vezes o valor do Patrimônio Líquido. Esses limites existem para evitar o risco de falta de liquidez da instituição.

5.5.3 Rentabilidade

A Rentabilidade da Carteira mede quanto a IMF efetivamente recebeu em pagamentos de juros e multas por unidade de empréstimo durante um período específico. Ela é calculada subtraindo-se o valor das Receitas de Aplicações Financeiras porque obviamente não é uma fonte de Receita proveniente diretamente da Carteira Ativa.

A Rentabilidade da Carteira deve ser parecida com o índice da Receita Operacional. Se o índice da Receita Operacional for maior, então, possivelmente a rentabilidade está ligada às aplicações financeiras mais do que à rentabilidade da Carteira Ativa.

O último indicador de rentabilidade revela quanto do Ativo Total está sendo utilizado em empréstimos. Ele é útil, em última análise, para verificação da expansão da fronteira financeira.

5.5.4 Qualidade da carteira

A Carteira em Risco (CER) apresenta a parte da carteira “contaminada” por pagamentos em atraso por mais de trinta dias em relação à Carteira Ativa Total. É a medida mais aceita de qualidade da carteira. Ela engloba o valor total das parcelas do empréstimo em atraso mais as parcelas futuras a serem pagas.

Já a taxa de cobertura de risco mostra o quanto a carteira em risco se encontra coberta pela Provisão para Devedores Duvidosos da IMF. É um indicador de quanto a instituição está preparada para absorver as perdas com empréstimos na pior das situações. Quanto mais prolongado for o atraso do pagamento do empréstimo, maior deve ser a Provisão para Devedores Duvidosos. Ela pode ser comparada com a porcentagem da Provisão para Devedores Duvidosos sugerida pelo BNDES (IBAM, 2001; Bruett et al., 2002), Tabela 9, página 60 do capítulo 5.

A proposta de cálculo do prêmio pelo risco de Araújo (1996) é mais apurada que o cálculo da Provisão para Devedores Duvidosos por porcentagens fixas para a provisão de acordo com o número de dias que o empréstimo se encontra em atraso (Bruett et al., 2002). Por isso além desses índices, ainda foi calculado o prêmio pelo risco da expressão (8) pela equação⁴⁴:

⁴⁴ Bottomoley, op. cit., p.58.

$$PR = \frac{I(1 + F + A)}{1 - I} \quad (8)$$

onde:

PR = prêmio do risco proveniente da inadimplência (I);

F = custo de captação de fundos e

A = custo de administração (operacionais) dos créditos concedidos.

5.5.5 Eficiência da carteira

O Indicador de Eficiência mostra qual é a porcentagem do valor da Carteira Ativa que é gasto com os Custos de Transação. O alto custo de desembolsar muitos empréstimos pequenos faz com que esse indicador seja supostamente alto. Portanto, a metodologia de empréstimo e a Produtividade da equipe são fatores que influenciam esse indicador. Entretanto, o Custo de Transação Total é apresentado tanto como porcentagem da Carteira Ativa como do Volume Emprestado para fins de comparação com os resultados apresentados por Desai e Mellor (2003) e Yaron (1994) no capítulo 5 dos custos unitários do Grameen.

A diferença é que a Eficiência sobre o Volume Total Emprestado vai apresentar valores menores do que a Eficiência Administrativa. Enquanto o primeiro dá um panorama da eficiência em um período abrangente, a Eficiência Administrativa indica a Eficiência pontual, servindo para o controle mais periódico pelos gerentes das IMFs. O Indicador de Eficiência é subdividido e cada parcela do Custo de Transação é apresentada separadamente como porcentagem da Carteira Ativa. Assim também a Despesa Operacional está subdividida em Despesas com a equipe administrativa e Despesas com agentes de crédito.

5.5.6 Produtividade

Tanto o indicador “valor da Carteira Ativa por agente de crédito” como “produtividade dos agentes de crédito” são usados para avaliar a eficiência dos agentes de crédito em administrar seu portfólio de empréstimos como em conseguir mais clientes para a instituição. A “produtividade da equipe” mede a produtividade total dos recursos humanos de uma IMF em manejar seus clientes ativos.

O Valor Médio por Empréstimo verifica a consistência com a meta proposta para atingir os clientes- alvo. O “Custo por Tomador” indica qual é o custo médio para realizar um empréstimo por cliente da IMF, e deve ser analisado em conjunto com o “custo por valor do empréstimo” para verificar se os Custos de Transação estão aumentando ou diminuindo conforme o número de empréstimos realizados.

Os indicadores em valores monetários estão inflacionados para o ano de 2003 porque é possível que a produtividade tenha aumentado ou diminuído devido a um aumento no valor dos empréstimos por ser somente uma correção da inflação.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados utilizados para as análises foram retirados das demonstrações contábeis do Banco do Povo – Crédito Solidário e podem ser obtidos através da autora ou da própria instituição⁴⁵. O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado estão apresentados no Anexo A e B. O Banco do Povo iniciou suas atividades em 19 de maio de 1998, e, portanto, nesse ano os valores são referentes aos meses de maio até dezembro. As informações são apresentadas em reais de 2003, inflacionados pelo IPC para o ano de 2003 (IPEA, 2004).

6.1 Indicadores financeiros

Para uma análise mais clara dos indicadores, eles foram separados em dois grupos maiores: “Sustentabilidade, Rentabilidade e Subsídios” e “Custos de Transação, Qualidade, Eficiência e Produtividade da Carteira”. As Tabelas 22 e 26 contém informações sobre do Banco do Povo – Crédito Solidário em comparação com quatro tipos diferentes de informações retiradas de um boletim informativo internacional de microfinanças denominado “The Microcredit International eXchange - MIX”. Os valores das informações do MIX são relativos ao ano de 2002. A descrição de todas as IMFs usadas como fonte de dados para as médias do MIX se encontra no Anexo C. Para a Tabela 28, como os valores internacionais são apresentados em dólares (US\$), os

⁴⁵ Para contato com a autora escreva para crisfachini@ig.com.br e com o Banco do Povo – Crédito Solidário escreva para funfas@embranet.com.br.

indicadores do Banco do Povo – Crédito Solidário estão convertidos para dólares na taxa de câmbio dos anos de 2002 e 2003 respectivamente (IPEA, 2004).

6.1.1 Sustentabilidade, rentabilidade e subsídios

A Tabela 20 apresenta os resultados dos indicadores financeiros do Banco do Povo – Crédito Solidário. O ROA (1) mostra que, excetuando o ano de 1999, houve perdas sobre o Total de Ativos investidos. O padrão é o mesmo para o ROE: a instituição está diminuindo a sua capacidade de realizar empréstimos uma vez que ocorreu diminuição no seu capital. Em 2002, por exemplo, para cada unidade monetária investida perdeu-se R\$ 0,19. Apesar dessas evidências, a Lucratividade em 2003 melhora expressivamente, diminuindo aproximadamente 75% no prejuízo sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 2000 para 2003.

O Banco do Povo – Crédito Solidário cresceu em Patrimônio Líquido ao longo desses anos devido a entrada de novos sócios. Entre 2002 e 2003 quatro prefeituras se associaram ao Banco, montando postos de atendimento nas respectivas cidades. Somente a Cúria Diocesana de Santo André e a Prefeitura de Mauá doaram até junho de 2003 US\$ 137.299,74. Assim também em 2001 a Comunidade Européia enviou fundos para que o Banco abrisse mais um posto de atendimento nos bairros mais carentes de Santo André. Essa mudança ao longo dos anos no valor do Patrimônio Líquido não permitiu que em 2000 os valores de ROA e ROE decaíssem tanto com relação a 1999 devido ao resultado do DRE assim como gerou valores mais favoráveis desses indicadores em 2003.

O Grau de Alavancagem (GA) indica que, apesar de pequenas oscilações, o Patrimônio Líquido mais o Passivo é duas vezes maior que o Patrimônio Líquido (Capital Próprio) da instituição. Esse valor encontra-se dentro do limite sugerido pelo CMN (5 para o valor de GA), tornando possível ele alavancar seus empréstimos para um

patamar mais elevado. Porém, ocorre o inverso, a partir de 1999 o GA diminui gradativamente.

Os índices de rentabilidade também fornecem informações importantes para complementar a análise acima: primeiramente, de acordo como esperado, nota-se que a Rentabilidade da Carteira é muito semelhante ao valor médio da taxa de juros anual cobrada pelo Banco do Povo – Crédito Solidário (Tabela 21, item *i*). Em segundo lugar, a Rentabilidade da Carteira é maior que o Índice da Receita Operacional (rentabilidade do Ativo). Isso possivelmente indica que as Aplicações na Carteira Ativa geram um retorno maior que as Aplicações Financeiras, incluídas nesse segundo indicador. Esse aspecto reforça a sugestão de transferir os fundos em aplicações financeiras para a Carteira Ativa.

Se não fossem os prejuízos nos resultados dos DREs, a IMF seria capaz de usar apenas o Patrimônio Líquido para financiar a sua carteira. Entretanto, manter os empréstimos do BNDES em Aplicações Financeiras é uma maneira segura de gerar recursos. Apenas em 2002 o Passivo Exigível em Longo Prazo foi maior que o valor das Aplicações Financeiras. Rosenberg (2002) sugere que as Aplicações Financeiras representem de 20 a 25% da Carteira Ativa. No Banco do Povo apenas nos anos de 2002 e 2003 a Carteira de Ativa superou o valor das Aplicações Financeiras no BP. Em 2003, baseado nas informações do BP do mês de dezembro, a Carteira Ativa representou 62% do Ativo Circulante enquanto que as Aplicações Financeiras representaram 44%. Apesar desses valores, é importante ressaltar uma melhora efetiva na Participação da Carteira Ativa sobre o Ativo Total de 2000 para 2003 de 155%.

Tabela 20. Banco do Povo – Crédito Solidário: indicadores de sustentabilidade, lucratividade e rentabilidade entre 1998-2003

Lucratividade			1998	1999	2000	2001	2002	2003
1	Taxa de Retorno sobre o Ativo (ROA)	$(\text{Resultado Total} / \text{Ativo Total}) \times 100$	-9,63	0,62	-5,35	-7,82	-8,78	-1,82
2	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$(\text{Resultado Total} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$	-9,84	2,08	-11,28	-15,65	-18,72	-3,14
3	Grau de Alavancagem (GA)	$(\text{Ativo Total} / \text{Patrimônio Líquido})$	1,02	3,34	2,11	2,00	2,13	1,72
Sustentabilidade								
4a	Sustentabilidade Operacional	$[(\text{Receita Operacional}) / (\text{Custos de Transação})] \times 100$	55,84	102,14	78,98	74,63	66,89	94,54
4b	Sustentabilidade Operacional (menos Receitas em Aplicações Financeiras)	$[(\text{Receita Operacional} - \text{Receita de Aplicações Financeiras}) / (\text{Custos de Transação})] \times 100$	21,52	75,57	39,47	44,30	50,77	53,93
5	Sustentabilidade Financeira	$[\text{Receita Operacional} / (\text{Custos de Transação} + \text{Subsídios})] \times 100$	62,98	67,51	67,22	61,87	54,16	68,44
Rentabilidade								
6	Rentabilidade da Carteira	$(\text{Receita Operacional} - \text{Receitas de Aplicações Financeiras}) / \text{Carteira Ativa média} \times 100$	11,98	64,11	43,42	40,84	42,50	42,42
7	Índice da Receita Operacional	$(\text{Receita Operacional} / \text{Ativo Total}) \times 100$	12,14	20,49	22,30	23,38	18,01	29,97
8	Participação da Carteira Ativa sobre o Ativo Total médio	$(\text{Carteira Ativa} / \text{Ativo Total}) \times 100$	50,27	23,65	22,28	40,46	38,61	57,01

Os índices de sustentabilidade mostram que, a curto prazo, a instituição não é capaz de se sustentar, nem operacionalmente. O *break even*, ponto em que a instituição atinge a Sustentabilidade Operacional acontece quando o valor das Despesas Operacionais é exatamente igual às Receitas Operacionais. Se esse for o caso, o valor do indicador 4a deve ser igual a 100. Apenas em 1999 no Banco do Povo as Receitas Operacionais são maiores que as Despesas Operacionais, gerando um valor maior que 100 para a Sustentabilidade Operacional. Depois dessa data o indicador diminui, vindo a melhorar apenas em 2003, faltando ainda dez pontos percentuais para atingir o *break even*. Vale a pena ressaltar que em 2003 ocorreu uma correção da auditoria que gerou um valor expressivo de Receitas Não-Operacionais, que não foram incluídas no cálculo dos índices de sustentabilidade. Se esse valor fosse incluído nas Receitas Operacionais, então o indicador de Sustentabilidade Operacional passaria a ser 94,6%, mais perto de atingir o *break even*.

Durante o período analisado, a Sustentabilidade Operacional oscilou pouco, tendo apresentado baixo crescimento. A situação piora se as Receitas em Aplicações Financeiras forem retiradas da Receita Operacional. Sem esse item a instituição é capaz de cobrir apenas metade de seus custos em 2002 e 2003, o que evidencia que parte das Receitas Operacionais ainda é obtida com as Aplicações Financeiras. Em termos dos indicadores, todavia, a Sustentabilidade Operacional é o que teve maior crescimento, mostrando que as Receitas com a Carteira de Crédito cresceram mais que proporcionalmente às Receitas com Aplicações Financeiras. O indicador da Sustentabilidade Financeira permanece baixo para os anos apresentados. O crescimento desse indicador também é pequeno, não podendo afirmar uma tendência expressiva de melhora. Esse indicador é ajustado pelo valor do subsídio e, aparentemente, o Banco do Povo não apresenta condições de se auto-sustentar sem a dependência de subsídios. A Tabela 21 apresenta resultados detalhados para os valores do subsídio no Banco do Povo- Crédito Solidário. Percebe-se um alto valor dos subsídios (S) ainda em 2003.

O índice de subsídios (SDI) revela qual a porcentagem de aumento nas taxas de juros da IMF é necessária para que ela se torne sustentável sem subsídios. Como resultado dos altos subsídios, o SDI também se apresenta alto. Em 2003, seria necessário um aumento de 62% na taxa de juros cobrada pela instituição para que ela fosse capaz de operar sem subsídios, isso é, uma taxa de juros de 5,19% ao mês.

Tabela 21. Composição do SDI em valores nominais dos anos correntes

	1999	2000	2001	2002	2003
Juros mensal que a IMF teria que cobrar (%)	6,78	7,05	6,44	6,88	5,19
Juros anual que a IMF teria que cobrar	0,81	0,85	0,77	0,83	0,62
SDI	0,55	0,74	0,69	0,84	0,39
S= Subsídio anual recebido pela IDF	142.937,55	161.771,59	255.982,56	441.853,76	326.202,64
A(m-c)	76.537,00	-	19.933,60	21.682,45	65.450,36
(E *IPC) – P	35.274,56	154.198,21	230.952,84	417.872,31	220.330,26
LP=Carteira Ativa menos Provisão para Devedores Duvidosos	496.112,81	449.333,51	813.528,82	1.170.077,35	1.864.623,69
i= média ponderada da taxa de juros que a IMF cobra sobre os empréstimos que ela realiza	0,53	0,49	0,46	0,45	0,45
A= (Total médio anual emprestado – E)	726.064,14	0,00	285.993,68	263.894,96	639.468,81
m'= taxa de juros de mercado que a IMF teria que pagar pelos fundos se esses não fossem subsidiados (Selic, média anual)	0,23	0,16	0,16	0,18	0,21
c= taxa de juros que a IDF paga pelos fundos subsidiados (TJLP, média anual)	0,12	0,10	0,09	0,09	0,11
E= (Patrimônio Líquido – Permanente)	567.916,87	924.881,95	966.069,21	1.426.037,93	1.934.327,20
K= Outros subsídios (Aluguéis)	31.125,99	7.573,38	5.096,12	2.299,00	40.422,02
P= Resultado Total da DRE	13.736,65	-113.650,83	-162.038,68	-276.687,50	-62.115,52
IPC = inflação anual	0,09	0,04	0,07	0,10	0,08

É importante ressaltar que o SDI considera o aumento na taxa de juros a única forma para eliminar os subsídios. A análise dos indicadores de eficiência consideram que não há a possibilidade de aumentar taxa de juros cobrada pelo Banco do Povo – Crédito Solidário.

Em termos de comparação com as médias mundiais nota-se que o ROA, o ROE e o GA estão bem colocados em relação às médias mundiais (Tabela 22). Em 2003 tanto o ROA como o ROE apresentam os menores valores em relação às médias, se distanciando apenas do indicador da América Latina (AL), que entretanto, deve ser o mais significativo em termos de comparação com o Banco do Povo. Quanto ao GA, apesar de aparentemente baixo para as recomendações brasileiras, é bem próximo aos valores de todas as médias.

Tabela 22. Comparação dos indicadores do Banco do Povo – Crédito Solidário com os indicadores “The MIX”

Lucratividade			2002	2003	I ¹	E ²	NL ³	AL ⁴
1	Taxa de Retorno sobre o Ativo (ROA)	(Resultado Total / Ativo Total) x 100	-8,78	-1,82	-7,66	-9,75	-3,92	-4,70
2	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	(Resultado Total / Patrimônio Líquido) x 100	-18,72	-3,14	-12,71	-27,26	-11,66	-12,30
3	Grau de alavancagem (GA)	(Ativo Total / Patrimônio Líquido)	2,13	1,72	1,78	2,13	2,05	2,10
Sustentabilidade								
4a	Sustentabilidade Operacional	[(Receita Operacional) / (Custos de Transação)] x 100	66,89	87,00	102,43	102,43	112,12	99,20
5	Sustentabilidade Financeira	[Receita Operacional / (Custos de Transação + Subsídios)] x 100	54,16	68,44	82,41	83,21	94,21	85,20
Rentabilidade								
6	Rentabilidade da Carteira	(Receita Operacional – Receitas de Aplicações Financeiras) / Carteira Ativa média) x 100	42,50	42,42	36,7	47,6	41,0	61.2*
7	Índice da Receita Operacional	(Receita Operacional / Ativo Total) x 100	18,01	29,97	25,95	30,43	29,05	41.4*
8	Participação da Carteira Ativa sobre o Ativo Total médio	(Carteira Ativa média/ Ativo Total médio) x 100	38,61	57,01	65,84	61,24	70,13	54,03

Fonte: elaboração da autora e The MIX (2003)

¹I : Média de IMFs que possuem de quatro a sete anos de existência

²E : Média de IMFs com escala pequena, que possuem uma Carteira Ativa menor que US\$ 1.500.000, 00.

³NL : Média de organizações sem fins lucrativos

⁴AL : Cinco organizações da América Latina (5 de Mayo e FINCA no México e Banco do Povo de Juiz de Fora, Portosol e Vivacred no Brasil) que operam em pequena escala em países considerados de PIB elevado

* As medias de cada IMF são diferentes em mais 1% da media de todas as IMFs

O valores apresentados para a sustentabilidade do Banco do Povo, porém, são os mais baixos em relação aos valores do MIX. Enquanto a maioria das médias apresentam valores que demonstram organizações sustentáveis operacionalmente, o Banco do Povo até o ano de 2003 não conseguiu se sustentar. Quando comparada com o valor da média AL, a Sustentabilidade Financeira se distancia em mais de vinte pontos percentuais do valor desse indicador do Banco do Povo em 2002.

A Rentabilidade da Carteira é de difícil comparação com valores de outras instituições já que cada delas cobra taxas de juros diferentes das outras. Mas, se isso não for levado em conta, é possível dizer que o retorno sobre o volume de crédito investido não diferente muito das médias do The MIX. Essa análise também é válida para o índice da Receita Operacional, excetuando a média da América Latina. Já a proporção da Carteira Ativa em relação ao Ativo Total do Banco do Povo é parecida com a média da América Latina, mas chega a ser até 15% menor que as outras médias.

6.1.2 Custos de transação, qualidade, eficiência e produtividade da carteira

A Taxa de Inadimplência calculada no indicador 9 da Tabela 23 é dificilmente comparável ao longo dos anos. Como ele está diretamente ligado ao risco das transações de crédito, ocorre que a Taxa de Inadimplência pode variar facilmente de acordo com novos clientes (ver pág 62). Entretanto, em termos absolutos, verifica-se que a inadimplência é relativamente baixa para os anos da análise.

Tabela 23. Banco do Povo – Crédito Solidário: indicadores de qualidade, eficiência e produtividade entre 1998 e 2003

		Qualidade da carteira	1998	1999	2000	2001	2002	2003
9	Carteira em risco (CER) > que 30 dias	Carteira Ativa em atraso em mais de 30 dias / Carteira Ativa média	0,25	4,93	4,81	1,77	3,08	3,83
10	Taxa de cobertura de risco	Provisão para Devedores Duvidosos / Carteira Ativa em atraso em mais de 30 dias	508,33	96,97	-9,40	12,11	69,31	54,09
Eficiência da Carteira								
11	Eficiência sobre o total emprestado	(Custos de Transação / Volume total de crédito emprestado) x 100	28,85	31,94	61,65	49,15	48,70	44,80
12	Eficiência sobre a Carteira Ativa	(Custos de Transação / Carteira Ativa média) x 100	55,65	84,84	110,03	92,19	83,71	78,64
12 ^a	Indicador da Despesa Financeira	(Despesas Financeiras / Carteira Ativa média) x 100	2,10	14,81	22,73	16,09	16,25	17,87
12 ^b	Indicador das Despesas com a equipe administrativa	(Despesas com Equipe Administrativa / Carteira Ativa média) x 100	0,00	23,83	37,61	32,69	17,71	22,55
12 ^c	Indicador das Despesas com agentes de crédito	(Despesas com Agentes de Crédito / Carteira Ativa média) x 100	0,00	22,46	19,01	26,24	28,23	15,18
Produtividade								
13	Valor da Carteira Ativa por agente de crédito	Carteira Ativa média / número de agentes de crédito	54.237,11	135.041,88	169.654,78	137.720,01	118.838,41	135.647,32
14	Produtividade dos agentes de crédito (unidades)	Total de clientes ativos / número de agentes de crédito	28,33	59,27	58,59	53,21	69,44	99,18
15	Produtividade da equipe (unidades)	Total de clientes ativos / Número de funcionários (agentes de crédito e equipe administrativa)	15,45	25,08	17,79	17,74	32,24	57,42
16	Valor médio do empréstimo por tomador	Carteira Ativa média / número de clientes ativos	1.914,25	2.278,31	2.895,71	2.588,21	1.711,48	1.367,66
17	Custo por Tomador	Custos de Transação / número de clientes ativos	1.065,30	1.932,82	3.186,05	2.386,09	1.432,62	1.075,59

A Taxa de Cobertura do Risco (indicador 10) é influenciada pela falta de critério no cálculo da Provisão para Devedores Duvidosos. Em 2000, por exemplo, o seu valor é negativo devido a uma alteração na metodologia de cálculo da Provisão para Devedores Duvidosos, acarretando uma reversão na parcela provisionada, transformando o crédito no Balanço Patrimonial em débito (vide anexo B).

A proposta do BNDES (Bruett et al.,2002) é que a provisão para uma Carteira em Risco acima de 30 dias seja maior que 50% o que acontece para a maioria dos anos. A Tabela 23, todavia, mostra que a provisão desde 2000 não consegue suprir o montante das perdas com empréstimos. O prêmio pelo risco calculado com base em Araújo (1996) mostra a diferença no cálculo do custo com risco de crédito. Seus valores revelam que o “provisionamento das perdas” mais as “perdas” assemelham-se ao valor do prêmio- tabela 24.

Tabela 24. Diferenças no cálculo dos custos com o risco de crédito

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
% de provisão sobre as perdas		237,18	3,71	13,78	45,77	55,65
(Perdas + Provisão)	2.806,41	35.490,41	63.889,60	12.487,20	68.843,09	86.469,80
Prêmio pelo risco						
$PR = I(1+F+A)/(1-I)$	702,58	69.913,97	53.664,23	21.216,87	54.785,96	93.516,17

O valor dos custos de transação em relação ao volume total emprestado (indicador 11 tabela 23) apresenta um rápido crescimento até 2000, quando volta a cair. Em média custa R\$ 0,5 para o Banco do Povo – Crédito Solidário emprestar R\$ 1,00, valor considerado ainda muito alto.

É importante ressaltar que a contabilidade do Banco do Povo é feita de maneira uniforme. Todos os postos de atendimento nas diferentes cidades que são atendidas pelo Banco remetem seus valores até a Matriz (em Santo André) e somam os resultados para a montagem do BP e DRE. Com isso, as informações do Banco são afetadas em alguns anos devido ao aumento repentino nos custos com a entrada de

novos postos de serviço, porém, não concomitante com o aumento no número de clientes. Esses custos fixos oneram a agência principal com mais tempo de experiência. Para um melhor aproveitamento dos resultados e da eficiência é necessário um levantamento dos dados de cada posto de atendimento separadamente – o que não foi possível nesse trabalho.

Os valores positivos dos indicadores de eficiência (12) da tabela 23 em 1999, correspondem à diluição dos custos com a expansão da Carteira Ativa de 1998 para 1999. Em 2000, a eficiência sobre a Carteira Ativa chegou a ser maior que 100, isto é, os custos de transação foram maiores que a Carteira Ativa. Os indicadores de produtividade 16 e 17 reforçam essa informação. No ano 2000 o Custo por Tomador foi maior que o valor médio do seu empréstimo. Em 2001 esse indicador é influenciado por dois fatores opostos: a expansão da Carteira Ativa e aumento nos custos com um novo posto de atendimento nos bairros carentes de Santo André. A situação começa a se reverter nos anos de 2002 e 2003 quando os custos por tomador caem mais que proporcionalmente ao valor médio do empréstimo por tomador.

A eficiência sobre a Carteira Ativa (12) foi separada nas despesas que compõe o Custo de Transação. Devido aos empréstimos subsidiados do BNDES, o custo de captação de recursos representado no Indicador da Despesa Financeira (indicador 12^a) é baixo quando comparado com os indicadores 12b e 12c.

O principal componente do custo de transação é as Despesas com a Equipe de Crédito. Em 2002 aproximadamente 30% da Carteira Ativa representava as Despesas com Agentes de Crédito (Tabela 23 – indicador 12c). Esse valor caiu quase pela metade de 2002 para 2003. Apesar das Despesas com a equipe administrativa (indicador 12b) representarem um valor menor que as despesas com agentes de crédito, a soma dessas duas despesas representa mais da metade de todos os Custos de Transação incorridos pela IMF ao longo dos anos de 1998 até 2003 (Figura 9).

Figura 9 - Composição dos custos de transação entre 1998 - 2003

Em termos de produtividade, o valor da Cativa Ativa em relação ao número de agentes de crédito (indicador 13, tabela 23) é praticamente o mesmo em 1999 e 2003 em termos nominais. Entretanto, se a inflação for descontada, esse indicador sofre uma queda, sendo que o objetivo deveria ser de expansão da Carteira Ativa. Os indicadores 14 e 15 revelam que apesar de haver um aumento expressivo na Produtividade da equipe completa no Banco do Povo, o aumento na Produtividade dos agentes de crédito não se demonstrou tão efetivo. Acontece que em 2003 ocorreu um aumento de 100% no número de agentes de crédito em relação ao ano de 1999 enquanto que o aumento na equipe total foi de apenas 46%. Portanto, o número de agentes de crédito cresceu, porém a produtividade continuou baixa (Tabela 25).

Tabela 25. Informações Banco do Povo – Crédito Solidário

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Nº de Agentes de crédito	6	6	4	6	10	11
Nº de pessoas que compõe a equipe	11	13	14	19	21	19
Nº de Clientes Ativos	170	326	249	337	677	1.091
Nº de Créditos Total no ano	189	566	394	483	853	1.336

Fonte: baseado no relatório do Banco do Povo – Crédito Solidário para BNDES

Fazendo uma comparação com as médias mundiais, verifica-se que a Taxa de Inadimplência encontra-se abaixo das médias do MIX, revelando um bom desempenho em relação aos outros países, ficando acima apenas da média da América Latina (AL) (Tabela 26).

Tabela 26. Comparação dos indicadores do Banco do Povo – Crédito Solidário com os indicadores “MIX”

	Qualidade da carteira	2002	2003	I ¹	E ²	NL ³	AL ⁴
9	Carteira em risco (CER) > que 30 dias	3,08	3,83	6,23	6,24	4,70	2.3*
	Carteira Ativa em atraso em mais de 30 dias / Carteira Ativa média						
	Eficiência da Carteira						
-	Eficiência sobre o Ativo	19,51	24,08	36,62	49,74	35,78	67.2*
12	Indicador das Despesas com a equipe total de crédito	45,94	37,73	17,6	25,4	18,8	35.2*
b+							
12							
a							
c							
	Produtividade						
13	Valor da Carteira Ativa por agente de crédito	35.593,96	44.077,11	187.057,54	121.519,15	278.567,27	99.507,21
	Carteira Ativa média / número de agentes de crédito						
14	Produtividade dos agentes de crédito (unidades)	69,44	99,18	286,17	540,94	546,68	159,26
	Total de clientes ativos / número de agentes de crédito						
15	Produtividade da equipe (unidades)	32,24	57,42	129,81	189,72	166,91	87,41
	Total de clientes ativos / Número de funcionários (agentes de crédito e equipe administrativa)						
16	Custo por Tomador	429,09	349,50	124,39	68,73	99,26	291*
	Custos de Transação / número de clientes ativos						
17	Valor médio do empréstimo por tomador	512,62	444,41	653,66	224,64	509,56	624,80
	Carteira Ativa média / número de clientes ativos						

Fonte: elaboração da autora e The MIX (2003)

¹I : IMFs que possuem de quatro a sete anos de existência

²E : IMFS com escala pequena, que possuem uma Carteira Ativa menor que US\$ 1.500.000, 00

³NL : organizações sem fins lucrativos

⁴AL : cinco organizações da América Latina (5 de Mayo e FINCA no México e Banco do Povo de Juiz de Fora, Portosol e Vivacred no Brasil) que operam em pequena escala em países considerados de PIB elevado

* As medias de cada IMF são diferentes em mais 1% da media de todas as IMFs

Assim também o Indicador de Eficiência permanece bem colocado em relação às médias do MIX (Tabela 26), principalmente no que se refere à média de organização com pequena escala (E), sendo que o indicador do Banco do Povo representa quase metade do valor dessa média. Já o valor das despesas com a equipe (12b+12c) é alto quando comparado com as médias do MIX (Tabela 26).

Os indicadores de produtividade são os que mais se diferenciam dos valores apresentados pelo “MIX”. A Carteira Ativa por agente de crédito chega a ser três vezes menor que a média de IMFs de pequena escala (E). A Produtividade dos agentes de crédito (14) também é muito baixa em relação às médias do “MIX”. A produtividade da América Latina (média AL) Tabela 26 item 14, é 1,6 vez maior do que o Banco do Povo em 2003 e para a média das IMFs com mesma escala (E), países com pequena escala de empréstimos, a produtividade é 5,5 vezes maior que a do Banco do Povo em 2003. A Carteira Ativa por agente de crédito do Banco do Povo é muito menor que as demais médias (Tabela 23, item 14). A Produtividade da equipe acompanha a comparação anterior, permanecendo aquém das médias mundiais.

Apesar do Custo por Tomador (16) ser maior que todas as médias do “MIX”, ele apresenta um histórico de declínio no Banco do Povo, como era de se esperar uma vez que o Custo por Tomador deve ser decrescente porque os custos não aumentam na mesma proporção que o número de créditos concedidos. Apenas o indicador 17, valor médio do empréstimo por tomador é que não se distancia demasiadamente dos valores de outras IMFs.

Com base na análise acima, verifica-se que uma das questões a serem resolvidas no Banco do Povo – Crédito Solidário é que os custos do precisam ser diluídos em muitas transações para que o *spread* não aumente; porém, o volume de transações ainda é muito baixo em relação à idade do banco. Ademais, depois da capacitação ainda se transcorre um tempo antes que a capacidade de um agente de crédito em atrair novos clientes aumente e alcance a mesma produtividade do pessoal experiente. Segundo a experiência da Cashpor Financial & Technical Services Private

Limited (CFTS) na Índia⁴⁶, leva mais de 5 anos para que os agentes de crédito consigam bater as metas de 300 clientes e US\$ 25 mil de Carteira Ativa. Segundo Braga⁴⁷ e informações do Banco do Povo, ocorreram demissões e contratações de novos agentes de crédito desde o início das suas operações até 2003.

O *turnover* no Banco do Povo – Crédito Solidário desde sua inauguração até fevereiro/2000 é apresentado pela Tabela 27. O que pode parecer baixo, se torna significativo se levado em conta um quadro de 21 funcionários entre 1998 a 2002. Portanto, é possível que a produtividade dos agentes esteja baixa devido à dificuldade inicial de um agente em se adaptar aos serviços que ele vai prestar. Entretanto, talvez mais relevante que o *turnover* seja a velocidade de negociação e monitoramento do clientes. Segundo o Banco do Povo, um agente de crédito visita constantemente seus clientes com o objetivo de verificar a utilização do empréstimo no pequeno empreendimento. Esse processo toma um tempo considerável do agente que poderia ser empregado na obtenção de novos clientes. Por outro lado, o monitoramento dos empréstimos reflete uma baixa taxa de inadimplência, como já verificado.

Tabela 27. Banco do Povo - Crédito Solidário: *Turnover* de 1998 a 2002

Motivo da saída	Número de funcionários que saíram
Oportunidade de melhores salários	02
Outros objetivos e planos pessoais	02
Demissão	01

Fonte: Braga et al. (2002)

O estudo realizado por (Pereira, 2002) recomenda que das IMFs pesquisadas na região sudeste do Brasil, quatro devem aumentar mais do que duas vezes o número de clientes ativos para se tornar eficientes. Essas mesmas instituições devem diminuir o

⁴⁶ Gibbons, op. cit., p.71.

⁴⁷ Braga, op. cit., p.77.

saldo dos fundos de crédito (a Carteira Ativa mais as aplicações financeiras) para serem eficientes. Isso mostra características semelhantes com o Banco do Povo – Crédito Solidário: muitos fundos acumulados e baixa produtividade da equipe. Assim, como já citado, de acordo com o Banco Central (2003) são necessários 20.000 clientes para se conseguir ganhos de escala em programas de microcrédito no Brasil, sendo que o Banco do Povo – Crédito Solidário possuía em 2003 apenas 1.091. Pereira (2001) também afirma que no quinto ano as instituições passam, pela “crise da adolescência”. É a fase em que as instituições têm o desafio de conseguir crescer em número de clientes e diminuir os riscos de crédito. Após essa fase, existe uma tendência de estabilização no risco financeiro. Nesse trabalho verifica-se, todavia, que os custos de transação com as perdas associadas ao risco são muito menores que os custos administrativos.

Em geral existem duas características que permeiam a análise feita através dos indicadores de desempenho econômico do Banco do Povo- Crédito Solidário. A primeira é que os índices de rentabilidade, lucratividade, eficiência (custos em relação a Carteira Ativa) e inadimplência se apresentam, em geral, melhores que as médias mundiais das IMFs com características parecidas com o Banco. As médias mais discrepantes são dos indicadores de sustentabilidade e produtividade. A produtividade média das instituições com a mesma idade do Banco é quase o triplo. Em segundo lugar, o seu crescimento é lento em termos de melhoria dos indicadores quando comparado com instituições do mesmo porte.

É interessante ressaltar que a discrepância existente entre os índices de produtividade (relativamente ruins) e os indicadores de saúde financeira e lucratividade (relativamente bons) sugerem que a compensação advém dos retornos com as aplicações financeiras. Ou seja, não fossem a alta taxa de juro praticada no país, não haveria como superar a baixa produtividade. Ocorre que em assim sendo, a Instituição deixa de cumprir seu papel social, qual seja, aumentar a fronteira financeira. Eis o problema a resolver.

7 CONCLUSÕES

No período coberto pelo estudo, o Banco do Povo – Crédito Solidário não foi capaz de cobrir os Custos de Transação com as suas Receitas Operacionais, continuando insustentável tanto operacional como financeiramente. É também expressivo o valor de subsídios que essa instituição recebeu até 2003. O índice de subsídios mostra que as taxas de juros cobradas sobre os empréstimos não geram retorno suficiente para cobrir os custos. Portanto, as receitas advindas de Aplicações Financeiras são uma forma de segurança para a instituição, mas que barram o crescimento da Carteira Ativa. Se o Banco do Povo permanecer com a política de não aumentar as taxas de juros cobradas e ainda for obrigado a implementar um teto para suas taxas, como a sugestão do governo de 2% a.m, então o retorno sobre a Carteira de Crédito no Banco do Povo - Crédito Solidário não permitirá a sustentabilidade da instituição.

Os Custos de Transação influenciam a Sustentabilidade Financeira da instituição de duas maneiras: por um lado os custos em relação às receitas são altos o suficiente para tornar a instituição ainda insustentável e, por outro lado, a maior parcela do custo de transação diz respeito aos recursos humanos, que apresentam baixa produtividade na expansão do crédito, o que gera um menor retorno na carteira de crédito. Isso talvez seja causado por conta da pequena história de vida do Banco do Povo – Crédito Solidário.

Aparentemente, o paradoxo da expansão da fronteira financeira com a sustentabilidade encontra-se espelhado nos resultados do Banco do Povo. No início do processo de sua criação, a expansão do número de clientes afetou o índice de Sustentabilidade Operacional e Financeira na medida em que o aumento nos Custos de

Transação foi maior que o aumento nas Receitas Operacionais. Atualmente a Carteira Ativa ainda não é suficientemente grande para conseguir diluir esses custos e a produtividade ainda permanece baixa. Entretanto, a situação financeira do Banco ainda é indefinida uma vez que esse quadro pode ser revertido a médio prazo já que a expansão da Carteira Ativa pode gerar prováveis ganhos de escala. Portanto, o paradoxo pode ser apenas uma questão de prazos.

Desse quadro, todavia, existem algumas atitudes que podem ser tomadas. A primeira é que o Banco aumente a sua Carteira Ativa reconduzindo os fundos das Aplicações Financeiras para o portfólio de empréstimos (expandindo a fronteira financeira). Essa expansão irá gerar uma diluição dos Custos de Transação em uma Carteira Ativa maior.

Essas atitudes podem gerar mais Despesas Administrativas como aumento de impostos e despesas com risco de crédito. Porém, como já verificado, esses custos são pequenos em relação às despesas com a equipe total de crédito e essa em especial não irá se alterar, considerando que uma mesma equipe deve conseguir mais clientes para o Banco do Povo. Além disso, os custos podem crescer, mas espera-se que, ao longo do tempo, ocorram ganhos de escala, sendo que o aumento nas Receitas com a Carteira Ativa será maior que o aumento nos Custos de Transação. Outra atitude possível é manejar melhor as informações das Demonstrações Contábeis através dos índices sugeridos ou outros considerados importantes, a fim de estabelecer metas precisas.

Uma fraqueza do Banco do Povo é o número crescente de políticas do Governo em nome do “microcrédito”, como o lançamento dos programas no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Essas linhas de crédito geram uma certa confusão para o público alvo do Banco do Povo que a princípio não têm clareza quanto às diferenças de atuação dessas organizações, podendo dificultar a expansão da sua carteira de crédito no curto prazo, que é um grande desafio para os próximos anos.

Ao mesmo tempo, recomenda-se uma política de diminuição de custos e aumento da produtividade dos recursos humanos. Existem algumas constatações por parte da gerência do Banco de que o tempo de monitoramento de cliente durante o prazo do empréstimo é extenso, aumentando o custo de oportunidade do tempo do agente de crédito. Partindo desse pressuposto, pode-se tentar um outro arranjo de empréstimos para os clientes (como empréstimos solidários) a fim de diminuir o tempo de monitoramento dos empréstimos. Entretanto, é necessário um estudo mais detalhado a esse respeito. Por outro lado, a equipe administrativa pode estimular os agentes a alcançarem metas mais agressivas de crescimento da carteira, atrelado a um padrão mínimo de inadimplência.

Verifica-se que o subsídio para uma IMF pode ser necessário para auxiliá-la na diluição dos custos fixos iniciais no processo de abertura. Todavia, ele deve ter um tempo determinado de duração, como, por exemplo, 5 anos, a fim de que nesse período a instituição se torne sustentável financeiramente. Para isso, desde do início do processo a IMF necessita de um planejamento econômico com políticas de eficiência para que ela consiga atingir a meta estipulada.

O que pode acontecer, porém, é o subsídio trazer um certo conforto para as instituições, gerando a falta de eficiência nas transações, sendo que a estratégia deveria ser exatamente a contrária: para oferecer taxas de juros mais baixas para seus clientes em uma situação sem subsídio é necessária muita eficiência. A eficiência ocorre quando as tecnologias do microcrédito são empregadas em adaptação ao ambiente regional.

Quanto às políticas do governo, cobrar uma taxa de juros na ponta de 2% se demonstra dificilmente realizável nos primeiros cinco anos de criação de uma instituição de microcrédito porque ela não tem escala. Mesmo com os subsídios que o Governo oferece, o *spread* entre a taxa de juros de captação de recursos subsidiada e a taxa de juros para os clientes na ponta - com teto imposto - não é capaz de cobrir os altos custos fixos. Dificilmente as IMFs em processo de formação serão capazes de suportar as

mesmas políticas que as destinadas para os Bancos Comerciais que já têm ganhos de escala e de escopo.

O microcrédito ganhou força no Brasil na década de 90 com a criação das ONGs. Entretanto, devido às políticas atuais do Governo, questiona-se o dessas instituições em praticar o microcrédito frente às linhas de microcrédito que foram criadas junto aos Bancos Comerciais. Constatase que as ONGs não conseguem competir com os Bancos Comerciais na oferta de crédito – devido ao seu *know-how*, ganhos de escala e escopo. Entretanto, elas ainda podem desempenhar um papel importante na oferta de microcrédito no Brasil, atingindo a parcela da população que não tem acesso aos Bancos e ao mercado financeiro convencional. Existem os bolsões de pobreza urbanos e no meio rural, locais que um banco convencional ou qualquer outro correspondente bancário ainda não chegou e talvez não irão chegar devido aos altos custos de transação. Nesses locais as ONGs vão desempenhar não apenas seu papel econômico mas também social.

ANEXOS

ANEXO A – Demonstração de Resultados- DRE

		1998	1999	2000	2001	2002	2003
1 = 2 + 3 + 4	RECEITA OPERACIONAL	101.129,12	643.569,29	626.543,70	600.117,89	648.769,13	1.020.950,13
2	Receita da Carteira de Crédito	38.977,68	469.158,39	273.377,26	319.002,80	445.050,89	553.542,01
3	Receita com Multas e Juros de Mora	-	7.028,56	39.718,49	37.205,58	47.346,89	79.345,23
4	Receita de Aplicações Financeiras	62.151,45	167.382,34	313.447,94	243.909,51	156.371,35	388.062,89
5	DESPESA FINANCEIRA	6.840,52	109.977,74	163.912,04	140.337,85	188.331,86	266.645,69
6	Provisão para Devedores Duvidosos	4.186,71	35.515,44	(3.258,84)	1.872,11	24.710,75	30.914,67
7 = 1 – 5 – 6	RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	90.101,90	498.076,10	465.890,50	457.907,93	435.726,52	723.389,77
8	Outras receitas operacionais	-	-	220,69	3.391,13	2.094,57	1.966,32
9 = 10+ 11 +12	Outras despesas operacionais	170.073,78	484.607,35	632.672,57	661.902,69	756.838,04	875.906,33
10	Despesas com pessoal	-	343.783,29	408.282,96	513.948,83	532.306,79	563.003,43
11	Despesas Administrativas	170.073,78	138.034,71	224.269,00	147.815,72	201.719,65	240.524,19
12	Impostos e Taxas Diversas	-	2.789,35	120,61	138,14	22.811,60	72.378,71
13 = 7 + 8 – 9	RESULTADO OPERACIONAL	(79.971,89)	13.468,75	(166.561,38)	(200.603,63)	(319.016,95)	(150.550,24)
14	Receita não- operacional	-	8.294,82	16.130,95	2,80	2.728,71	88.434,72
15	Despesa não-operacional	207,37	2.221,48	-	30,38	-	-
16=14-15	RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	(207,37)	6.073,34	16.130,95	(27,59)	2.728,71	88.434,72
17=13+16	RESULTADO TOTAL	(80.179,25)	19.542,09	(150.430,43)	(200.631,22)	(316.288,24)	(62.115,52)

ANEXO B - Balanço Patrimonial (BP)

		1998	1999	2000	2001	2002	2003
A = B + C + D + I	ATIVO CIRCULANTE	769.879,72	3.048.940,85	2.726.968,99	2.496.957,77	3.550.713,59	3.361.241,95
B	Disponibilidades	843,86	51.198,31	52.070,88	29.677,88	986.160,68	77.354,46
C	Aplicações Financeira	343.934,90	2.180.594,87	1.973.689,07	1.307.287,50	1.077.823,62	1.206.930,62
D = e + h	Operações de Crédito	414.484,33	765.982,21	656.778,10	1.120.946,38	1.469.812,15	2.067.840,66
e	Valores e juros a receber	-	60.200,11	62.031,59	113.660,49	132.268,15	203.216,97
f	Carteira Ativa líquida	414.484,33	705.782,10	594.746,51	1.007.285,89	1.337.544,00	1.864.623,69
g	Carteira Ativa	418.671,03	742.928,52	626.048,95	1.038.439,62	1.391.017,05	1.942.316,34
h = f + g	(Reserva para Devedores Duvidosos)	(4.186,71)	(37.146,43)	(31.302,45)	(31.153,72)	(53.473,05)	(77.692,65)
I	Adiantamentos	10.616,64	51.165,46	44.430,95	39.046,01	16.917,13	9.116,21
J	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	-	-	-	-
K = L + m	PERMANENTE	62.941,00	92.599,45	82.733,01	69.371,33	52.131,65	45.560,08
L	Imobilizado de Uso	66.319,59	107.523,32	110.064,70	109.268,97	103.509,31	104.891,47
m	(Depreciação acumulada)	(3.378,59)	(14.923,87)	(27.331,69)	(39.897,63)	(51.377,66)	(59.331,39)
N = A + J + K	TOTAL DO ATIVO	832.820,72	3.141.540,30	2.809.702,00	2.566.329,10	3.602.845,24	3.406.802,03
O = P + S	PASSIVO CIRCULANTE	17.896,75	79.606,75	100.419,20	286.864,93	487.509,71	366.203,27
P = q + r	Obrigações por Empréstimo	6.569,53	-	-	166.235,68	273.670,27	251.998,19
q	Empréstimos Comerciais a curto prazo	6.569,53	-	-	-	-	-
r	Empréstimos Subsidiados a curto prazo	-	-	-	166.235,68	273.670,27	251.998,19
S = t + u	Outras Obrigações	11.327,22	79.606,75	100.419,20	120.629,25	213.839,44	114.205,08
t	Contas a pagar	11.327,22	75.740,17	96.852,31	117.988,93	209.819,84	87.899,50
u	Juros a Pagar	-	3.866,58	3.566,89	2.640,32	4.019,60	26.305,58
V = w	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-	2.122.267,04	1.375.584,19	997.414,13	1.425.603,78	1.060.711,48
w	Empréstimos subsidiados a longo prazo (BNDES)	-	2.122.267,04	1.375.584,19	997.414,13	1.425.603,78	1.060.711,48
X = O + V	PASSIVO Total	17.896,75	2.201.873,79	1.476.003,39	1.284.279,07	1.913.113,49	1.426.914,75
Y = z + aa + ab	PATRIMONIO LIQUIDO	814.923,97	939.666,51	1.333.698,62	1.282.050,03	1.689.731,75	1.979.887,28
z	Patrimonio Social	820.511,37	782.444,17	1.323.620,10	1.238.169,41	1.143.125,11	1.000.000,60
aa	Reservas, doações e empréstimos a fundo perdido	74.591,86	93.739,13	89.401,87	207.447,10	959.344,69	1.232.580,77
ab	Sobras ou perdas acumuladas	(80.179,25)	63.483,21	(79.323,35)	(163.566,48)	(412.738,05)	(252.694,09)
AC	P A S S I V O mais PATRIMÔNIO LÍQUIDO	832.820,72	3.141.540,30	2.809.702,00	2.566.329,10	3.602.845,24	3.406.802,03

ANEXO C – IMFs que forneceram dados para as médias do “MIX”

Idade - I (4 a 7 anos)						
15 de Abril	Cacpeco	FINCA EC	KCLF	Oscus	ProMujer	SIMC
AlAmana	CitiS&L	FINCA KY	MC	PAMECAS	Riobamba	SOLUCION
AlMajmoua	ENLACE	FM	MFW	Portosol	Sanfran	WAGES
BASIX	FATEN	FOCCAS	Moznosti	Piyeli	SAT	WVB
BCS	FAULU	IM	NLC	PMPC	SEDA	
Bossel	FEFAD	KASHF	NOA	PRIZMA	SIFFS	
Escala de Operações - E (Pequena)						
5 de Mayo	CitiS&L	FINCA EC	IASC	NRB	Sanatatea	SSCC
BCS	CONSTANT	FINCA GU	KASHF	OEF	SAT	Swayam
Bossel	FAEP	FINCA HA	KCLF	Piyeli	SEDA	Textila
BPR-A	Faur	FINCA TZ	MFAN	PMPC	SEF	USPD
BPR-C	FICA	FOCCAS	MFW	RADE	SIFFS	WAGES
BPR-D	FINCA AZ	GV	MOYUTAN	RSPI	SIMC	XAC
IMFs Não-Lucrativas - NL						
15 de Abril	BESA	FAMA	FINCA NI	MC	PRIZMA	SJPU
23 de Julio	BOSPO	FATEN	FINCA TZ	MCM	PRODEM	SSCC
5 de Mayo	Bossel	Faur	FINCA UG	MFW	ProMujer	SUNRISE
ABA	BRAC	FED	FMMPop	Microbank	Quilla	Swayam
ACEP	BT	Fgainza	FOCCAS	MIKROFIN	RADE	Textila
ACODEP	Cacpeco	FICA	FWWBCali	MOYUTAN	Riobamba	TONANTEL
ACREDICOM	CAM	FICCO	FWWBIndia	Moznosti	RSPI	TSPI
ACTUAR	CHUIMEQ	FIE	GV	NOA	Sagrario	Tulcán
ADOPEM	CMMMed	FINCA AZ	IASC	Nyesigiso	Sanatatea	USPD
ADRI	COMPART	FINCA EC	Inca	OEF	Sanfran	Vivacred
AGROCAP	CONSTANT	FINCA GU	KafoJiginew	Oscus	SEDA	WAGES
AKRSP	COOSAJO	FINCA HA	Kamurj	PAMECAS	SEEDS	WRHonduras
AlAmana	CRECER	FINCA HO	KASHF	Piyeli	SEF	WVB
AlMajmoua	ECOSABA	FINCA KY	KCLF	PMPC	SHARE	XAC
ASA	EMT	FINCA MA	KEP	Portosol	SIFFS	
BCS	FAEP	FINCA MX	LOK	PRIDE	SIMC	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIÓN. **Our history**. <http://www.accion.org> (28 July 2004)

ADAMS, D.W. **Transaction costs in decentralized rural financial markets**. Columbus: The Ohio State University, 1993. 21p. (Occasional Paper, 2093)

AKERLOF, G.A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v.84, n.123, p.488-500, 1970.

ALVES, S.D. da S.; SOARES, M.M. **Democratização do crédito no Brasil: principais desafios: atuação do Banco Central**. <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/democrat.pdf> (23 set. 2003)

ARAÚJO, U.M. Assimetria de informação no crédito rural: aspectos teóricos e um modelo para classificação do risco dos créditos concedidos a cooperativas agropecuárias. Piracicaba, 1996. 81p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional (COSIF)**. <http://www.bacen.gov.br> (07 jun. 2004)

BANCO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Microfinance enters commercial mainstream in Brazil**. <http://www.ibd.org> (25 Mar. 2002)

BANCO MUNDIAL. **Relatório do Banco Mundial 1989**: a importância do financiamento no desenvolvimento. Washington: 1989. 265p.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Programa de microcrédito**: normas e procedimentos aplicáveis aos agentes repassadores de microcrédito. <http://www.bndes.gov.br> (02 mar. 2004)

BARONE, F.M.; LIMA, P.F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. <http://www.bacen.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf> (01 out. 2003)

BARROS, G.S. de C.; ARAÚJO, P.F.C. de; BISERRA, J.V.; MESQUITA, T.C. de. **Estimativas de custos de transação no crédito rural**: estudo de uma amostra de bancos oficiais no nordeste brasileiro. Piracicaba: CEPEA/FEALQ, 1990. 18p. (Relatório de Pesquisa, 4)

BENSTON, G.J.; SMITH, C.W. Jr. A transaction cost approach to the theory of financial intermediation. **Journal of Finance**, v.31, n. 1, p.215-231, May 1976.

BEZERRA, E.S. Metodologia de análise de viabilidade financeira das instituições de microcrédito: aplicação de um modelo da organização VIVA CRED. Piracicaba, 2001. 90p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

BRAGA, M.B. A economia da informação e os mercados de crédito: algumas contribuições teóricas à moderna teoria da intermediação financeira. São Paulo, 1998. 141p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Diário Oficial**, 16 dez. 1976. Cap. XV, artigo 178. Dispõe sobre a Lei das Sociedades Anônimas.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Lei 10.194 de 14 de fevereiro de 2001. **Diário Oficial**, 15 fev. 2001. Dispõe sobre a instituição de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nº 6.404, de 15 dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências.

BRASIL. Leis, decretos, etc. Medida Provisória 122 de 25 de junho de 2003. **Diário Oficial**, 26 jun. 2003a. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. Resolução 2874 de 26 de julho de 2001. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor (SCMs). <http://www5.bcb.gov.br/ixpress/correio/correio/DETALHAMENTOCORREIO.DML?N=101142093&C=2874&ASS=RESOLUCAO+2.874> (10 jun. 2004a).

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. Resolução 3109 de 24 de julho de 2003. Dispõe acerca da realização de operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda e microempreendedores. <http://www5.bcb.gov.br/pg1Frame.asp?idPai=NORMABUSCA&urlPg=/ixpress/correio/correio/DETALHAMENTOCORREIO.DML?N=103101548&C=3109&ASS=RESOLUCAO+3.109> (10 jun. 2004b)

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. Resolução 3220, de 29 de julho de 2004. Altera o prazo de verificação do cumprimento da exigibilidade de aplicações em operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, passando a ser efetuado mensalmente. <http://www5.bcb.gov.br/pg1Frame.asp?idPai=NORMABUSCA&urlPg=/ixpress/correio/correio/DETALHAMENTOCORREIO.DML?N=104125397&C=3220&ASS=RESOLUCAO+3.220> (10 jun 2004c)

- BRUETT, T.; REUBEN, S.; SHARON, D. **Manual de técnicas de gestão microfinanceira**. Rio de Janeiro: BNDES, Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), 2002. 308p.
- COASE, R.H. The nature of the firm. **Economica**, v.16, n.4, p.386-405, 1937.
- CORREIOS. **Banco postal**. <http://www.correios.com.br> (28 jul. 2004)
- DESAI, B.M.; MELLOR, J.W. **Institutional finance for agricultural development: an analytical survey of critical issues**. Washington: International Food Policy Research Institute, 1993. 162p.
- DUM, E.G.; ARBUCKLE, J.G. Jr.; PARADA, M.R. de C. **Extending microfinance approaches into the agricultural sector: a review of key concepts**. Columbia: University of Missouri, 1998. 53p.
- FARINA, E.M.M.Q.; AZEVEDO, P.F. de; SAES, M.S.M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997. 286p.
- FRY, M.J. **Money, interest and banking in economic development**. 2.ed. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995. 522p.
- GIBBONS, D.S.; MEEHAN, J.W. **El mercado de valores**. México: Nacional Financiera, dez. 2001. p.35-63: La cumbre del microcrédito.
- GOUVÊA, J.L. Microcrédito, inclusão social e desenvolvimento local: a experiência do Banco do Povo. **Diálogo Econômico Local**, n.1, p.35-38, jul. 2003.
- HEIDHUES, F.; BELLE-SOSSOH, D.; BUCHENRIEDER, G. Transaction costs of group and individual lending and rural financial market access: the case of poverty-oriented microfinance in Cameroon. In: ZELLER, M.; MEYER, R.L. (Org.). **The triangle of microfinance: financial sustainability, outreach and impact**. Washington: The Johns Hopkins University Press, 2002. p.135-151.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **Perspectivas de expansão das microfinanças no Brasil:** marco legal, capitalização e tecnologia. <http://www.ibam.org.br> (01 out. 2001)
- INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONOMIA APLICADA (IPEA). **Ipeadata.** <http://www.ipeadata.gov.br> (20 mar. 2004)
- JUNQUEIRA, R.G.P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias (compact disc). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40. Juiz de Fora, 2003. **Anais.** Brasília: SOBER, 2003.
- KHANDKER, S.R. **Fighting poverty with microcredit:** experience from Bangladesh. New York: Oxford University Press, 1998. 228p.
- KLEIN, B. Transaction cost determinants of “unfair” contractual arrangements. **The American Economic Review**, v.70, n.2, p.356-362, 1980.
- MARION, J.C. **Contabilidade empresarial.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998. 541p.
- MEYER, R.L. Iniciativas asiáticas para desenvolver mercados financeiros rurais: algumas idéias para o Brasil. /Apresentado ao Seminário Internacional Bndes de Microfinanças, Rio de Janeiro, 2000/
- MEYER, R.L. **Track record of financial institutions in assisting the poor in Asia.** Manila: Publications Unit, Dec. 2002. 34p. (ADB Institute Research Paper, 49)
- MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v.37, n.4, p.1569-1614, Dec. 1999.
- PARENTE, S. **Políticas públicas e sustentabilidade.** http://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro2/Trabalhos/06_2T_Silvana.doc (15 jan. 2005)
- PEARL, D.; PHILLIPS, M.M. **Grameen Bank, which pioneered loans for the poor, has hit a repayment snag.** <http://www.interactive.wsj.com/fr/emailthis/retrieve.cgi?id=SB1006810274155982> 080.djm (20 Apr. 2002)

- PLANET RATING. **Centro de apoio aos pequenos empreendimentos do Maranhão (CEAPE/MA)**. <http://www.planetfinance.org.br> (12 jun. 2003)
- QUINTINO, C.A.A. O microcrédito “O Banco do Povo de Santo André: o crédito solidário”. São Paulo, 2002. 230p. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Capital.
- RAMOS, C.A. **Programas federais de apoio aos pequenos investimentos: justificativas, características e balanço preliminar**. Brasília: IPEA, fev. 1998. 26p.(Texto para discussão, 546)
- RHYNE, E. The yin and yan of microfinance: reaching the poor and sustainability. **The Microbanking Bulletin**, n.2, July, 1998. http://www.mixmbb.org/en/mbb_issues/02/mbb2.pdf. (june, 2004)
- ROBINSON, M.S. **The microfinance revolution: sustainable finance for the poor**. Washington: World Bank Open Society Institute, 2001. 356p.
- ROSENBERG, R. **Microcredit interest rates**. http://www.cgap.org/docs/OccasionalPaper_01.pdf (30 Apr. 2003)
- SANTOS, C.L. Qualidade de vida das famílias de mulheres beneficiárias do programa de microcrédito para atividades não-agrícolas do Projeto Pró-Sertão-Sergipe. Viçosa, 1999. 151p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.
- SHREIBER, J.G. Análise de custo benefício do programa UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações. Recife, 1975. 111p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
- STIGLITZ, J.E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economic Review**, v.71, n.3, p.393-410, 1981.

THE CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOREST (CGAP). **Definitions of selected financial terms, ratios, and adjustments for microfinance.**

<http://www.cgap.org> (01 Oct. 2003)

THE CONSULTATIVE GROUP TO ASSIST THE POOREST (CGAP). **Resource guide to microfinance assessments.** Washington, Nov, 2001. 15p. (Focus Note,. 22)

THE MICROFINANCE INFORMATION EXCHANGE (The MIX). **Microbanking Bulletin:** the premier source of industry benchmark.

<http://www.mixmbb.org/en/index.html> (6 Nov. 2003)

TONETO JÚNIOR, R.; GREMAUD, A.P. **Microcrédito e o financiamento rural:** mecanismos e gestão. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração (FEA), 2001. 11p. (Texto para discussão. Série Economia, TD-E 25)

VARIAN, H.R. **Microeconomic analysis.** 3.ed. New York: Norton & Company Inc., 1992. 506p.

VON PISCHKE, J.D. **Finance at the frontier:** debt capacity and the role of credit in the private sector. Washington: World Bank, Economic Development Institute, 1991. 444p.

WILLIAMSON, O.E. **The economic institutions of capitalism.** New York: The Free Press, 1985. 450p.

YARON, J. **Assessing development finance institutions:** a public interest analysis. Washington: World Bank, Aug. 1992. 36p. (World Bank Discussion Paper, 174)

YARON, J. What makes rural finance institutions successful? **The World Bank Research Observer**, v.9, n.1, p.49-70, Jan. 1994.

YUNUS, M. **Grameen Bank, microcredit and the Wall Street Journal.**

<http://www.grameen.org> (27 July 2004)

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres.** 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 2001. 343p.